



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 141

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 10 de julho de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Marta Matos (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Manuel Pereira) e Deputada Elisa Sousa*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, deu-se início à **Agenda da Reunião**, onde foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Resolução n.º 161/XI – “Recomenda a conclusão urgente da instalação da rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores e a realização de um estudo técnico que identifique a melhor localização do radar que será instalado no Grupo Ocidental”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Manuel Pereira (*PS*) e Paulo Estevão (*PPM*).

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 244/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a Reversão da Privatização dos CTT”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), o mesmo foi rejeitado por maioria. Proferiram declarações de voto os Sr. Deputados José Ávila (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 240/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie instrumentos de cooperação e/ou apoio financeiro que permitam a urgente contratação de um enfermeiro para prestar serviço, a tempo inteiro, no lar da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados Iasalde Nunes (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Ainda para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia (*PS*), seguido de um contraprotesto pela Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

Submetido à votação, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Iasalde Nunes (*PS*) e César Toste (*PSD*).

- [Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 246/XI - “Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a justificação do Pedido de Urgência pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 247/XI - “Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificado o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o mesmo foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*).

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 248/XI - “Cumprimento das medidas de combate à precariedade criadas no âmbito do Competir +”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 248/XI - “Cumprimento das medidas de combate à precariedade criadas no âmbito do Competir +”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), participaram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Joaquim Machado (*PSD*). Participou também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 159/XI - “Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*) e o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e de seguida a Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).

Submetido à votação, o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 159/XI - “Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Feita a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Pedro Moura (*PS*), António Lima (*BE*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*) e o Sr. Deputado José Contente (*PS*). Participou também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

- [Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 249/XI - “Pronúncia por iniciativa própria pelo cumprimento das medidas previstas para os Açores no Orçamento de Estado para 2020”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a justificação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Lima (BE), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 249/XI - “Pronúncia por iniciativa própria pelo cumprimento das medidas previstas para os Açores no Orçamento de Estado para 2020”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima (BE), usaram da palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo (PCP), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), os Srs. Deputados José San-Bento (PS), Paulo Estêvão (PPM), Luís Maurício (PSD), Artur Lima (CDS-PP) e a Sra. Deputada Graça Silveira (Independente). Usou também da palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Agradeço que ocupem os vossos lugares para que a Sra. Secretária da Mesa possa fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Sra. Secretária, pode então fazer a chamada.

Secretária: Muito bom dia a todos. Vou então proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Iasalde Fraga Nunes

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima de Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Joaquim José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Nós terminámos os nossos trabalhos ontem no debate do ponto 11 da nossa agenda, a iniciativa requerida pelo PPM, Projeto de Resolução n.º 161/XI.

Não tenho inscrições de momento. Por isso, pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Foi aprovada esta iniciativa.

Sras. e Srs. Deputados, o ponto 12 da nossa agenda foi retirado pelo proponente ...

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente esta iniciativa porque entende que esta posição unânime de defesa da instalação

destas infraestruturas no Arquipélago dos Açores são um contributo muito importante para que eles se efetivem, porque são efetivamente infraestruturas necessárias para o aumento da segurança e bem-estar das nossas comunidades, e entendemos que, de facto, não devemos pôr acima de interesses político-partidários os interesses coletivos, os interesses dos açorianos.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para saudar a câmara. A importância e a união que todos os partidos e grupos parlamentares registaram em relação a esta matéria é muito importante para que finalmente se consiga completar a instalação de uma rede de radares meteorológicos na Região Autónoma dos Açores, que é de grande importância para o futuro da Região e para a segurança das populações.

Nesse sentido, aquilo que se conseguiu fazer neste momento, que é criar este consenso, foi muito positivo para que este projeto possa chegar lá fora como uma reivindicação não do partido A, B ou C, mas da Região Autónoma dos Açores.

Também, em jeito de aparte, felicitar e agradecer a posição decisiva, que ele sabe bem qual foi, do Sr. Secretário Berto Messias nesta matéria porque de outra forma o projeto poderia não ter sido aprovado.

Muito obrigado.

(Neste momento, a Deputada Marta Matos foi substituída na Mesa pelo Deputado Manuel Pereira)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições para declaração de voto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Como eu estava a dizer, o ponto 12 da nossa agenda foi retirado pelo proponente, por isso avançamos para o ponto 13: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 244/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a Reversão da Privatização dos CTT”**.

Este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão é apresentado pelo PCP. Para justificar a urgência da iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(* Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se nas anomalias que têm existido em todas as ilhas na distribuição do correio por todas as pessoas.

Justifica-se dizendo e achando que o Governo Regional, concretamente, e a Assembleia Regional têm de tomar uma posição clara e firme em relação a essas anomalias.

Além dessas anomalias, tem vindo cada dia que passa a piorar, e nos últimos meses tem vindo a piorar bastante, e a Representação Parlamentar do PCP considera que é urgente ser debatido aqui nesta câmara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos então votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 18 deputados do PSD, dois do CDS-PP, um do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM e a Sra. Deputada Independente.

Presidente: Foi rejeitada a urgência, descera então a iniciativa à comissão especializada competente na matéria.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não obstante a rápida evolução tecnológica verificada nos últimos anos, os correios mesmo assim continuam a ser importantes como um sistema de comunicação para envio de documentos e encomendas para além da oferta de outros serviços interligados. Neste momento, o serviço postal universal é prestado pelos CTT e isso traz obrigações nem sempre tangíveis como a fiabilidade, a rapidez, em suma, a eficiência.

Com o negócio da troca de carta e documentos a cair e com o comércio eletrónico em franco crescimento, os CTT têm de se reinventar para agarrar estas novas oportunidades. Enquanto empresa pública, os CTT estiveram presentes em todo o país e criaram laços com as populações que serviam, logo, um símbolo da coesão, para além de gerar lucros para o Estado.

Depois de privatizada, a atividade passou a ser regulada por entidade independente e o Estado deixou de poder intervir nos mesmos termos do passado, nomeadamente para poder garantir a qualidade do serviço prestado às populações.

A partir da sua privatização e da conceção do serviço postal universal, o serviço degradou-se e por isso tem liderado no que às queixas dos açorianos diz respeito. Por essas razões, não temos dúvidas de que a privatização realizada na liderança de Passos Coelho não foi um bom negócio e o caderno de encargos para a concessão do serviço postal universal não garantiu a cobertura ideal da Região nem a qualidade de serviço que se impunha.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, mas isto é justificação da votação da urgência? Isto é uma intervenção. Chumbam a urgência e fazem uma intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é declaração de voto?

O Orador: Além do mais, os CTT possuem uma rede que ninguém possui e essa condição daria para prestar outros serviços que não estão a ser prestados.

Deputada Graça Silveira (Independente): António Vasco, a seguir lê isso tudo!

O Orador: O preâmbulo desta proposta aborda genericamente muitas questões de âmbito da gestão da empresa, portanto, ligadas à concessão, mas propõe a reversão da privatização, o que não é a mesma coisa.

Como é bem sabido, a renegociação do contrato de concessão, questão fulcral na qualidade da prestação de serviços será realizada até ao final do ano ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas isto o que é?

O Orador: ... e, por isso, muito embora considerando pertinente ...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... a discussão destas duas matérias distintas, ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, mas o que é isto?

O Orador: ... achamos ser necessário uma melhor clarificação.

É por essa razão que votamos contra o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão para possibilitar que a proposta baixe à comissão especializada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, para uma declaração de voto.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Faz uma intervenção!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A liberalização dos serviços postais, anteriormente monopolista, constitui uma tendência na europa, com regulamentação europeia obrigatória nesse sentido.

Deputado José Ávila (PS): Agora não dizem nada!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Adicionalmente, alguns países seguiram o caminho da privatização.

A lógica da liberalização é a de que o livre funcionamento do mercado deveria aumentar a eficiência e a inovação, levando a melhores serviços a preços mais baixos.

A privatização tinha como justificação a procura de um estado mais reduzido, diminuindo as dívidas públicas com a venda de ações de empresas estatais.

Nem todas as experiências têm tido o sucesso que se esperava, designadamente em matéria de redução de preços dos serviços ou na melhoria desses mesmos serviços.

Em Portugal, foi no Governo do PSD/CDS liderado por Passos Coelho que se procedeu à privatização dos CTT, cumprindo um compromisso assumido pelo Governo do Partido Socialista de José Sócrates ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A sério!

O Orador: ... em 17 de maio de 2011 com a assinatura do memorando de entendimento com a troika.

Quem consultar aquele memorando, é no ponto 3.31 que são descritas as empresas públicas que obrigatoriamente deveriam ser privatizadas, como foram a ANA, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... a TAP, a CP Carga, a GALP, a EDP, a REN, os CTT, entre outros.

Essas privatizações renderam 9,2 mil milhões de euros e os CTT cerca de 900 milhões de euros, à data verbas imprescindíveis num país à beira da bancarrota.

Parece inegável e nisso subscrevemos parcialmente os considerandos da presente iniciativa, que a qualidade do serviço piorou de uma forma generalizada, particularmente nas nossas ilhas.

E é inaceitável que assim seja.

As nossas populações necessitam de um bom serviço postal, com regularidade, rapidez e a adequada cobertura territorial.

Compete à entidade reguladora a fiscalização do contrato de concessão do serviço postal universal.

É essa fiscalização que importa que seja exercida com consequências práticas.

Importa que o Governo Regional possa exercer a sua pressão junto da entidade reguladora e do Governo da República, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que o contrato de concessão seja cumprido em todas as ilhas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto é que é uma declaração de voto!

O Orador: Esse é o caminho e questionamos o Governo que esforços tem tomado nesta matéria.

Ainda assim, entendemos que a reversão da privatização não resolveria o problema, mas entendemos que essa matéria deveria e poderia ser discutida neste momento e não baixar à Comissão, não há justificação para que baixe à Comissão, daí que o nosso voto tenha sido favorável à urgência apresentada pelo PCP.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A privatização dos CTT, escutada pela governação do PSD e do CDS com o único objetivo de entregar aos grupos económicos com interesse no acesso à banca, deixou as populações de diversas regiões sem a garantia e a segurança da frequência, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não ouviu o que o Sr. deputado António Vasco disse!

O Orador: ... qualidade e universalidade da prestação de serviço postal público.

Devido às condições arquipelágicas a que estão sujeitos, mais gravosa ainda ficou a situação de todos os açorianos que dependem de um serviço postal.

A gestão privada dos CTT compromete o que deve ser a prestação de qualidade, de serviço público postal que é fundamental para a economia e a coesão social e territorial do nosso país e com enorme foco na nossa Região. Face à ruínosa gestão privada protagonizada pela administração dos CTT e à evidente intenção de destruição do serviço público de correio na rede pública postal, cresce nas populações e entre os trabalhadores, as autarquias, as organizações e entidades oficiais, a nível nacional, regional e local, o apelo para urgente necessidade de recuperação ou controlo do serviço público dos CTT.

A partir do momento da sua privatização, os CTT já deixaram 33 concelhos sem estação de correios e um processo que ainda não terminou. Só em 2018 encerraram mais de 70 estações de correio por todo o país! Iniciaram um processo de encerramento de centros de distribuição postal, aumentando vertiginosamente o preço de todos os serviços postais. Nos últimos quatro anos, a gestão privada entregou aos acionistas a título de dividendos o dobro dos lucros obtidos! Para tal, delapidou o património imobiliário, muito dele histórico, recebido do Estado com autorização do Governo, recorrendo ainda a um aumento do preço do serviço de correio para financiar todo este vergonhoso processo.

Com a destruição da estrutura da empresa e da qualidade do serviço público postal, e a passagem de serviços financeiros para o Banco CTT, a gestão da empresa e os seus acionistas deixam claro o seu único verdadeiro interesse: o banco!

Importa lembrar que o Governo do PSD/CDS, ...

Deputado José San-Bento (PSD): É verdade!

O Orador: ... sem a oposição do PS, entregou o CTT privado a seus acionistas sem um único custo adicional, a licença bancária necessária para ainda conseguirem obter autorização do Banco de Portugal para a concessão do Banco CTT.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para salvar o país da bancarrota!

O Orador: A privatização dos CTT foi, e é, má para o país e para a nossa Região, mas pior só mesmo para os utentes e para com os seus trabalhadores. Com a privatização, para além da diminuição da matéria salarial, o atropelo dos direitos e a dignidade dos trabalhadores tem sido, no mínimo, vergonhoso! Na estrutura da empresa, as condições de trabalho têm vindo a ser destruídas a um ritmo de trabalho, aumentando através de uma absurda e perigosa redução do número de trabalhadores, seja no centro de distribuição postal, nas estações de correio e até mesmo no centro de tratamento.

Os trabalhadores das estações dos correios que restam têm banco ou não? Estão exaustos e os carteiros afastados dos seus giros por via da junção, redução e diminuição do centro de distribuição postal. Vem diminuindo o tempo de distribuição e o esgotamento, mas muitas vezes confrontados pelo atraso nas correspondências, que não é, de todo, a sua responsabilidade.

O atual Governo tem na sua posse a possibilidade de reverter a privatização dos CTT no quadro da legislação comunitária. Esse era, de resto, o único princípio, senão o principal, argumento invocado pelo Partido Socialista para rejeitar a proposta do PCP na República e a reivindicação dos trabalhadores e utentes dos correios.

Termino, Sra. Presidente, a Região não pode continuar a ver adiada uma resposta efetiva aos graves problemas que estão colocados nos CTT e no serviço público postal. A reversão da privatização dos CTT é um objetivo cuja concretização deve envolver a ponderação de diversas opções. Essas

opções podem ir desde a nacionalização, passando pela aquisição ou até negociação com acionistas dos CTT e outras formas que possam assegurar.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (Independente): Quer dizer que não tem de baixar à Comissão, é isso que quer dizer!

O Orador: O PCP mais uma vez afirma: é um imperativo nacional de soberania, coesão territorial e justiça social que se inicie o processo de recuperação e controlo de gestão do serviço postal universal por parte do Estado através da reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal. Sra. Presidente, termino a minha declaração política ...

Deputada Graça Silveira (Independente): De voto!

O Orador: De voto.

... dizendo que votei favoravelmente a esta iniciativa, aliás, não há desculpa absolutamente nenhuma da pandemia porque a Representação Parlamentar do PCP há mais de oito meses que vem levantando o problema com o atraso das reformas que não chegam por parte do CTT à ilha das Flores e os pensionistas ficam sem receber a sua reforma muitas vezes mais de 30 dias. Por isso, nós achamos importante e votámos favoravelmente para que haja uma reversão num serviço que não tem sido bem prestado, que é um mau serviço prestado a todos os açorianos desta Região!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, eu devo dizer que depois de ouvir estas declarações de voto não sei porque é que esta câmara não votou a urgência favoravelmente, porque os

diversos grupos e representações parlamentares pelos vistos estavam com vontade de discutir a iniciativa e sentiam-se preparados e informados para discutir a iniciativa, por isso eu não consigo perceber porque é que a urgência não foi aprovada, até tendo em conta o próprio sentido de voto que foi aqui manifestado pelo Partido Socialista em que depois faz aqui uma resenha muito exaustiva em relação a esta temática.

Portanto, eu não percebo, sinceramente, depois de ouvir estas declarações de voto porque é que esta questão não foi discutida. Primeiro ponto.

O segundo ponto tem a ver com o facto de ser, de facto, uma situação muito urgente. É necessário que, no sentido favorável da iniciativa ou desfavorável, esta questão seja discutida porque é das questões, neste momento, mais prementes e que choca mais a opinião pública açoriana, que é de facto o péssimo serviço que os CTT estão a realizar em todas as ilhas, em todas as ilhas!

Aqui não há uma ilha mais ou menos beneficiada. É verdade que há mais prejudicadas, que é quem está mais longe, que é o caso das Flores, como o Sr. Deputado referenciou, e o caso do Corvo em que esperamos meses! Há gente na ilha do Corvo que está há quase três meses à espera de encomendas, é uma coisa impressionante!

Portanto, isto não funciona! Já não é um péssimo serviço, é pura e simplesmente já não funcionar em muitas das suas valências. É preciso fazer alguma coisa.

O terceiro ponto que eu queria aqui destacar é: o PPM discordou sempre em absoluto da privatização deste serviço, deste como de outros serviços, como por exemplo também da TAP. Nós consideramos que há setores que são setores estratégicos do Estado ou da autonomia que devem manter-se nas mãos do Estado ou da autonomia açoriana para que se possa prestar um serviço que é nuclear, é essencial para as populações. Eu penso que o que se

provou foi que as privatizações que foram realizadas no âmbito da crise, e que muitas vezes foram impostas ao país por parte de poderes externo, nomeadamente pela União Europeia, significaram um erro tremendo porque o que nós verificamos é que esses processos de privatização colapsaram, e não colapsaram pelo facto de estarmos a enfrentar uma pandemia e os efeitos da pandemia. Já estavam nesta situação em períodos anteriores.

O que acontece agora é que com este contexto as coisas se agravaram ainda mais, mas o mau serviço que vinha a ser prestado por parte deste serviço é muito anterior à crise, é muito importante que se possa referenciar isso.

E, portanto, nós, se tivéssemos a oportunidade de votar hoje a iniciativa do PCP, teríamos votado esta iniciativa favoravelmente porque consideramos que aqui, tal como os setores da água, tal como os setores da energia, que estes setores são fundamentais e o Estado deve manter o controlo destes setores, até porque quando os privados tomam controlo destes setores o que acontece é que à menor alteração da conjuntura internacional em conjunturas internacionais muito difíceis, em que há uma variação da conjuntura internacional num sentido que torna a exploração destas áreas (e outras semelhantes) que torna mais difícil, o que é que acontece? O que é que tem vindo a acontecer, quer na banca, quer nos outros setores todos? Quando há grandes dificuldades, grandes alterações, quem é que paga? O Estado, são os contribuintes. Nós é que vamos pagar os problemas de gestão da iniciativa privada nestes setores, porque o que se vê é que depois não têm capacidade de resposta para saírem da situação sozinhos, e nós é que pagamos! Nós, os contribuintes, é que pagamos as dificuldades que os privados têm vindo a enfrentar nestas áreas! O que se demonstra que, como muita gente defende, os ultraliberais, que a gestão privada é a solução para tudo, afinal quando a situação é difícil, os privados socorrem-se do Estado para sair dessas situações difíceis! E nós pagamos muito mais caro porque o resgate destes

setores está a ficar muito mais caro ao Estado, às populações e aos contribuintes, que é quem paga estes sucessivos resgates.

Por isso, não me falem na privatização de setores fundamentais. Já vivi o suficiente, conheço história suficiente, acompanhei estes processos. Já tenho a minha opinião feita em relação a esta matéria.

É essencial o Estado e a Região manterem nas suas mãos, e termino, Sra. Presidente, estes setores.

Devo dizer, finalmente para terminar, que há outra questão essencial que eu gostaria de ter visto discutida hoje aqui neste debate, mas que não foi possível, fica para outra oportunidade, que é o papel que o representante, o que é que tem vindo a defender ao longo deste tempo todo, do Governo dos Açores em relação ao grupo de trabalho de está a estudar esta questão e a eventual intervenção do Estado novamente.

Essa questão é uma questão essencial, já fiz um requerimento e ficou por responder. Obviamente não vou aqui fazer referências porque o Partido Socialista já não pode falar, mas é uma questão muito, muito interessante saber o que é que o Governo dos Açores tem estado a defender no âmbito deste grupo de trabalho que foi criado a propósito dos CTT e da situação terrível do mau serviço que as populações enfrentam no âmbito desta área.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou, naturalmente, a favor deste Pedido de Urgência e Dispensa em Comissão por considerar que este assunto era, de facto, pertinente e urgente de ser debatido hoje nesta Casa.

Em 2014, os CTT foram alvo de um processo de privatização pelo então Governo do PSD/CDS no seguimento de um longo processo de reestruturação que os CTT sofreram ao longo dos anos por anteriores governos, e sofreram com um objetivo: preparar essa mesma privatização. Existia um consenso entre os dois grandes partidos do centrão, três neste caso, também fazia parte o CDS no Governo, para privatizar esta empresa e este setor, que há muito era apetecível aos grandes interesses. E viu-se para que é que essa privatização serviu: serviu para canibalizar a empresa que aos poucos os acionistas com cada vez mais ambição foram retirando chorudos dividendos dos CTT.

Por exemplo, em 2018, de 27,3 milhões de lucros, pagaram 57 milhões de dividendos. E vê-se para que é que serviu a privatização. Serviu para enriquecer alguns à custa da qualidade do serviço, que nos Açores todos conhecemos a péssima qualidade que hoje temos e que se veio a degradar ao longo dos últimos anos; serviu para atacar os direitos dos trabalhadores numa empresa onde há cada vez mais precariedade, onde os recursos são cada vez menos e onde o serviço é cada vez mais impossível de prestar por parte desses trabalhadores.

E o serviço também piorou pela falta de resposta às populações nas encomendas, mas também no afastamento da rede de balcões dos CTT, foram encerrados balcões dos CTT. Relembro uma proposta e um balcão que foi encerrado recentemente na Calheta, em São Miguel, trouxemos aqui uma proposta para que o Governo Regional e o Governo da República intervissem e impedissem esse encerramento, até essa proposta foi chumbada.

E aqueles que se queixam da privatização e acusam quem a fez, tiveram, é verdade, a oportunidade para, durante os últimos, por várias vezes, reverter essa privatização com inúmeras propostas, muitas do Bloco de Esquerda,

para que essa privatização fosse revertida, e têm agora também essa oportunidade de fazer desta vez, pelo menos, já tarde, para muito prejuízo dos Açores e dos açorianos e açorianas, para reverter essa privatização.

E este sinal que esta Casa poderia dar hoje discutindo e votando esta pronúncia seria um sinal importante de que os Açores não aceitam mais este serviço dos CTT e querem uma empresa pública e um serviço postal que sirva as populações, e foi isto que não foi possível fazer hoje, e é lamentável porque possivelmente já não será possível nesta legislatura.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

...

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel.

O Orador: Posso? Quando o Sr. Deputado Francisco César fizer a gentileza de me deixar fazer a minha declaração de voto.

Eu queria começar esta declaração de voto por lamentar profundamente a forma como os trabalhos foram conduzidos nesta matéria e a postura adotada por muitas das Sras. e Srs. Deputados no âmbito da discussão desta urgência. Numa altura em que existe um problema gravíssimo com os CTT na Região, numa altura em que o serviço prestado é por todos reconhecido como péssimo, numa altura em que este serviço afeta gravemente a vida dos açorianos, nós temos uma oportunidade de discutir esta matéria nesta Casa e essa urgência é chumbada.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Muito bem!

O Orador: É legítimo, é legítimo. O que não é legítimo é que toda a gente aproveite para discutir a iniciativa na declaração de voto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa parte é que não me parece que seja legítimo, essa parte é que envergonha os trabalhos desta Casa e não dignifica minimamente! Os açorianos não conseguem entender o que se passou aqui hoje! Há uma oportunidade para discutir um assunto importante, esse assunto não é discutido porque se entende que a urgência é chumbada, mas depois toda a gente esteja disposta a discutir a iniciativa durante a declaração de voto.

O CDS votou a favor porque a matéria é muito importante, é urgente arranjar soluções e nós entendíamos que esta era a oportunidade para fazê-lo. Lamentavelmente isso não aconteceu.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu só lamento não ter preparado uma intervenção com quatro ou cinco páginas para agora também fazer a minha declaração de voto, lendo a intervenção que tinha pensado.

O Sr. Deputado Alonso Miguel chamou, e bem, à razão, mas o que foi verdadeiramente lamentável e é que abriu a permissividade ao que se passou aqui, porque a Sra. Presidente depois ficou numa situação de que se permitiu a um, teve que permitir aos outros todos, foi exatamente o deputado da bancada do PS que chumbou a urgência ...

Presidente: Sra. Deputada, não pode interpelar as outras bancadas.

A Oradora: Não estou a interpelar ninguém, estou só a dizer o que é que se passou aqui, não estou a interpelar nem estou a dizer nada.

Chumbaram a urgência e são os que fazem uma declaração de voto a fazer claramente uma intervenção sobre o assunto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

Deputado Francisco César (PS): Isto é que não é uma declaração de voto!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E a outra foi?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Mas como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e bem, tudo isso aconteceu porque é a prova de que todas as bancadas estavam preparadas efetivamente para discutir a iniciativa e de que não havia necessidade para haver uma baixa à Comissão, porque se as pessoas ainda não perceberam qual é a diferença entre uma coisa e outra é: chumbando uma urgência, a iniciativa vai ser tratada à mesma, mas na Comissão. A grande diferença é que toda a gente hoje aqui falou e ninguém teve que votar a iniciativa e ninguém teve que mostrar o seu sentido de voto, que ainda torna mais lamentável a situação, que foi: falou-se, falou-se, falou-se, mas ninguém das respetivas bancadas mostrou ao que vinha, nem se era a favor ou contra a iniciativa, e isto é que é sim vergonhoso.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 15 da nossa agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 240/XI – “Recomenda ao Governo Regional que crie instrumentos de cooperação e/ou apoio financeiro que permitam a urgente contratação de um enfermeiro para prestar serviço, a tempo inteiro, no lar da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo”.**

Este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão é requerido pelo PPM. Para justificar a urgência ...

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, para a condução dos trabalhos e para também ao certo aqui da nossa bancada, gostaria de saber a que horas vai fazer o intervalo regimental da manhã.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, sinceramente, ainda não tinha pensado nisso ...

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP)**: Mas pensei eu!

Presidente: ..., mas poderá ser às 11h30, 11h15. Geralmente eu faço o intervalo em função do andamento dos trabalhos, portanto, não poderei dar nota, mas será mais ou menos dentro da hora que é normal fazermos.

Bem, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para justificar a urgência, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É preciso ter em conta as nossas circunstâncias, e as circunstâncias atuais do debate parlamentar é que temos agora o plenário do mês de julho, não vamos ter nenhum plenário no mês de agosto e vamos ter um plenário final no mês de setembro.

(Aparte inaudível)

Mês de setembro. Mas eu posso precisar: início do mês de setembro. Mas é a mesma coisa, estava correta afirmação.

Isso significa que existindo uma questão urgente para resolver, se não for votada aqui, nós perdemos na prática dois meses para a sua execução e,

portanto, não servimos os interesses da população, e obviamente que se tratando de uma questão também desta simplicidade, porque é uma questão muito simples, eu considero que se justifica plenamente a urgência. Se a votarmos favoravelmente isso significará que ganhamos aqui dois meses que são fundamentais para servir, durante este tempo que resta, a população do Corvo, nomeadamente no caso da Santa Casa da Misericórdia, disponibilizando o serviço de enfermagem permanente, e isso é fundamental. Por isso é que é, de facto, urgente votar essa questão, tendo em conta estas circunstâncias e a importância do assunto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como todos nós sabemos, o Projeto de Resolução que o Sr. Deputado do PPM traz aqui a esta Casa com carácter de urgência encontra-se em análise na CAPAT. Deu entrada no dia 15 de junho de 2020 ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Na CAS!

O Orador: Na CAS, peço imensa desculpa. É que eu faço parte da CAPAT, peço imensa desculpa.

Deputada Graça Silveira (Independente): É um deputado muito transversal!

O Orador: Deu entrada no dia 15 de junho de 2020 e seguiu o seu processo normal. Foi deliberado e decidido por unanimidade, em reunião da Comissão e por todos os partidos com assento nesta Comissão e pela Sra. Deputada Independente, que fossem ouvidos a Ordem dos Enfermeiros, o Presidente do Conselho de Ilha do Corvo, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia e

o Governo Regional. Ouvimos no passado dia 30 de junho a Ordem dos Enfermeiros, faltam ouvir as restantes entidades.

Se é certo que o Projeto de Resolução é um iniciativa do PPM, que o proponente pode pedir o seu agendamento a qualquer momento e que até o pode retirar se assim o entender, também é certo que a Comissão é composta por deputados de quase todos os partidos desta Casa e que estes deputados têm o direito de ouvir as entidades que foram propostas em Comissão, serem esclarecidos para tomarem uma posição em relação ao seu sentido de voto. Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota contra esta urgência, considerando que este Projeto deve continuar a sua análise na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Aparte inaudível)

Tinha-se inscrito, Sr. Deputado? Mas se se quer inscrever, está inscrito, e tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estando eu na sala no ponto prévio, já tive, enfim, o cuidado de me atualizar sobre o que se passou aqui, e relativamente à urgência eu acho que no fim do ano, só falta mais um plenário, inauguramos mais uma praxe parlamentar. É que agora discutimos o diploma na urgência, e na urgência fazemos a discussão do diploma e deixa-se andar e discute-se a urgência. Porque o que está aqui em causa, nesta Casa que devia ser o superior interesse dos açorianos, deviam ser os problemas das pessoas, afinal de

contas não. Chumba-se as urgências quando dá jeito ao partido, quando não dá jeito, não se chumba as urgências.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: E é isso que se está aqui a passar e acho que isto tem de ser divulgado, já que alguma comunicação social não divulga o que se passa aqui dentro, divulga apenas a pedido e à medida, alguma comunicação social. E, portanto, eu acho que nós todos temos o dever de publicitar isso porque envergonha esta Casa, o que se passou agora há um bocado e o que se está a passar nesta urgência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E também uma coisa para refletir para o futuro é o papel da comunicação social aqui dentro nesta Casa. É também uma coisa que temos de refletir sobre se vale a pena estarem aqui ou não e o que é que fazem a respeito deste Parlamento, a primeira Casa da democracia, o primeiro órgão da autonomia, se vale a pena alguma comunicação social estar aqui presente, sobretudo aquela que é pública e paga pelos impostos de todos nós.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência trazida aqui pelo Deputado Paulo Estêvão do PPM em relação à ilha do Corvo é, sem dúvida nenhuma, importante porque são mais técnicos na área da saúde que ficam naquela ilha. Nós todos percebemos que a ilha dos Flores e a ilha do Corvo são mais distantes dos hospitais de referência e necessitam realmente de gente capaz para que possam ocorrer os primeiros cuidados de saúde naquelas ilhas, e neste caso até na Santa Casa da

Misericórdia. Aliás, não nos faz impressão nenhuma que este enfermeiro pudesse ser do Centro de Saúde e ser da Santa Casa, ou seja, prestar o serviço nas duas unidades, não nos faz impressão nenhuma.

O que é certo é que com a atitude do Partido Socialista nesta Casa nós vamos perder três a quatro meses em relação a que isto seja realmente definido, e foi dito na Comissão pelo Deputado do Partido Socialista eleito pela ilha do Corvo que estava de acordo até com a iniciativa. Então se está de acordo com a iniciativa, a única coisa que é preciso fazer aqui é votar a favor para que não se perca dois nem três meses e que só se consiga fazer uma coisa destas, ou seja, um enfermeiro ir realmente para a ilha do Corvo, daqui a dois ou três meses. Daqui a dois ou três meses ser aprovado e daqui a seis ou sete, ou daqui a um ano ou daqui a dois.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ia amanhã!?

Deputado André Rodrigues (PS): A Santa Casa se quiser contratar um enfermeiro amanhã, contrata!

O Orador: Ou seja, taticamente arranja-se aqui ocasiões certas para que só no tempo das eleições é que se possa realmente fazer alguma coisa por estas ilhas que são mais distantes. Aliás, nós estamos perfeitamente a ver que se isto for discutido nesta Casa daqui a três ou quatro meses, se for aprovado, vai calhar exatamente em cima das eleições autárquicas na ilha do Corvo! Ou seja, tomam-se medidas avulso, tomam-se medidas táticas só pensadas nas eleições.

Isto não é democracia, isto não é querer desenvolver as ilhas todas por igual, isto é querer deixar para trás as ilhas mais pequenas e mais afastadas dos centros de decisão.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! É verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, há questões que realmente não se percebem e que os açorianos também de certeza que não percebem. Numa iniciativa com a densidade e complexidade de um Comité de Ética não é preciso ouvir nada nem ninguém, para decidir que é preciso ir um enfermeiro para o Corvo tem de se ouvir um rol de entidades e deixar a iniciativa a marinar na Comissão!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

A Oradora: Isto é a maneira como se conduz trabalhos?

Ninguém acredita que o PS quer baixar esta iniciativa à Comissão porque tenha de ouvir um rol de pessoas para decidir para levar um enfermeiro para o Corvo, porque os senhores ontem não quiseram fazer a vossa iniciativa baixar à Comissão porque não era preciso ouvir nada nem ninguém.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia pediu a palavra para?

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia** (*PS*): Um protesto, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não pode protestar!

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia** (*PS*): Às declarações feitas pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Quais declarações, Sra. Presidente? Ele não disse! Eu até posso ter dito que o Sr. Deputado é o melhor da Casa!

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito breve ...

Presidente: Eu acho que todos percebemos quais eram as declarações.

O Orador: ... e nem me quero intrometer nesta história de saber da urgência ou não, eventualmente até de se saber a opinião do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia sobre os serviços de enfermagem no Corvo. Respeito a iniciativa e respeito tudo aquilo que esta Assembleia decidir em relação aos seus trâmites. Agora, que se venha dizer que para um documento que esteve aqui em apreciação nesta Assembleia não se ouviu nada nem ninguém, é uma afronta, é uma mentira que eu tenho de repudiar.

Obrigado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente, não se referiu a nada e ninguém?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para um contraprotesto, tem dois minutos.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ia rejeitar o tempo que a Sra. Presidente me deu para contraprotesto porque isso era aceitar a legitimidade de ter dado um protesto ao Sr. Deputado Faria e Maia.

Primeiro, não disse a que é que estava a protestar; e depois disse que eu tinha dito que aquela iniciativa não servia para nada nem para ninguém?!

Sra. Presidente, aquilo que eu disse aqui foi: “Uma iniciativa da complexidade daquela não quiserem fazer baixar à Comissão porque não era

preciso ouvir nada nem ninguém”! Não é dizer que a iniciativa não precisa para nada nem para ninguém!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto agora dói mais!

A Oradora: E eu, já agora, gostaria de saber, porque parece que nesta manhã de sexta-feira a condução dos trabalhos entrou em modo ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Free style!

A Oradora: ... completamente descontrolado. Eu gostava de saber o que é que o Sr. Deputado Faria e Maia protestou! É que eu ainda não consegui perceber!

Portanto, também ainda não percebi para que é que me deu a palavra para um contraprotesto, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira, tem todo o direito de discordar da forma como a Mesa conduz os trabalhos, mas a Mesa é que conduz os trabalhos.

E, portanto, eu entendi que as afirmações que fez poderiam conceder o direito a protesto ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas conduziu mal!

Presidente: ... e por isso mesmo também lhe dei o direito ao contraprotesto, que usou, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E usou muito bem!

Deputada Graça Silveira (Independente): Isto é o caos!

Presidente: ... ou poderia não usar. Ficaria sempre ao seu critério.

Sr. Deputado César Toste, tem agora a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD intervém porque, no âmbito da audição que nós começámos a ter na Comissão de Assuntos Sociais e quando se começou a falar sobre este tema,

ouvimos primeiramente o Presidente da Secção Regional da Ordem dos Enfermeiros, o enfermeiro Pedro Soares, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que nos falou de uma situação que depois gerou a concordância de todos os presentes e que traz toda a legitimidade ao PPM de trazer com urgência a esta Casa porque o que o Deputado Paulo Estêvão coloca neste Projeto de Resolução é o cumprimento de uma portaria, que é a Portaria n.º 67/2012 de 21 de março, que o próprio enfermeiro Pedro Soares frisou, que as estruturas residenciais para idosos devem conter um enfermeiro para 40 residentes, em caso de presença de idosos com dependência um enfermeiro para cada 20.

Percebendo aquilo que o Deputado do PCP frisou de que o enfermeiro do Centro de Saúde pode fazer esta intervenção, é importante que haja um enfermeiro nos lares porque o trabalho tem de ser de acompanhamento sempre daquelas pessoas. Portanto, não é um trabalho em que ao mesmo tempo está no Centro de Saúde e se acontecer alguma urgência onde é que está o enfermeiro? Não vai a correr.

Eu percebo essa situação, pode haver boa vontade, mas é importante que se dê valor ao enfermeiro e ao papel dos enfermeiros das estruturas residenciais dos Açores! O próprio enfermeiro Pedro Soares frisou a importância de nós analisarmos, isto a nível dos Açores porque existem lares que não estão a cumprir com isso! Existem lares que têm um enfermeiro para 72 utentes! Portanto, isto é tanto simples e gerou a concordância na Comissão.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Onde é que isso existe?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, esta legitimidade é importante porque é importante para os corvinos.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

Vamos então votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa)*: Isso não é verdade! Não existe!

Presidente: Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 17 deputados do PSD, três do CDS-PP, um do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM e a Sra. Deputada Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que esta urgência deveria ter sido aprovada pelas circunstâncias de tempo que eu referenciei. Nós só voltamos a ter um plenário em setembro, e, portanto, perdemos aqui dois meses em relação à aprovação desta iniciativa, ainda para mais sendo uma iniciativa que existiu e existe unanimidade política, como se verificou no âmbito da Comissão. O Sr. Deputado do Partido Socialista foi lá dizer que concordava com a iniciativa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E obviamente o proponente também falou com a Santa Casa da Misericórdia no sentido de saber se existia ou não existia concordância por parte da Santa Casa, e claro que a Santa Casa disse: “Não temos é os instrumentos financeiros para assegurar o funcionamento do serviço de enfermagem na Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo”.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas disse isso onde?

O Orador: Necessitamos do apoio da Região e foi isso que eu propus! E, neste momento, se as diversas forças políticas concordam com esta matéria, se a lei assim o exige, se o interesse dos utentes assim o exige, porque é que vamos ficar dois meses sem servir a população, que é o nosso objetivo? Nós estamos aqui para servir a população dos Açores, e toma-se aqui uma decisão, como aqui bem foi referenciado, quando se alteram diplomas daquelas importância e complexidade não se pode ouvir mais ninguém, e agora num diploma destes que recolhe unanimidade política, a unanimidade da instituição e que é explicado por aquele que é o interesse das populações, toma-se uma decisão que afetará bastante a população da ilha do Corvo, mais uma vez, porque se vai ficar à espera do quê se os senhores já sabem e se concordam e se a generalidade das pessoas concorda com a medida e a medida é efetivamente necessária? Porque é que o serviço de enfermagem permanente na Santa Casa da Misericórdia do Corvo vai continuar sem funcionar durante estes meses todos? O que é que justifica uma coisa destas? Nada justifica!

E eu devo-vos dizer que é este tipo de jogadas políticas, de esperar pelas eleições, de arrastar os prazos só por interesse político e prejudicando o interesse das populações, isto é muito negativo e eu tenho uma profunda discordância com esta forma de fazer política.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez insisto. É pena, mas muita pena, que o povo dos Açores não saiba o que se passa aqui dentro porque não temos alguns jornalistas de comunicação social pública devidamente capacitados para transmitir para os açorianos o que se passa aqui dentro.

Ontem foi aprovado nesta Casa um diploma estruturante para a sociedade açoriana, o Comité de Bioética. Não houve uma notícia na televisão, uma notícia de um diploma estruturante!

Passando isto, Sra. Presidente, em democracia, em liberdade, se os deputados são sujeitos a escrutínio dos jornalistas, os jornalistas também são sujeitos a escrutínio dos deputados! Era só o que faltava não o serem!

Fica aqui a minha opinião. É minha e do Grupo Parlamentar do CDS e eu manifesto-a em liberdade de expressão quando eu quiser.

Passando à frente.

Relativamente à saída segura da pandemia. Então, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho de lhe fazer uma criticazinha porque para o Corvo ...

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar diretamente.

O Orador: ... não é necessário apenas uma enfermeira para a Santa Casa. É necessário mais uma enfermeira para o Corvo e para o Centro de Saúde do Corvo! Porque é preciso capacitar o Serviço Regional de Saúde para responder à segunda vaga da pandemia que aí vem, e vinha dinheiro na alteração orçamental, e para que é que serve?

Deputada Graça Silveira (Independente): Para pagar dívida?

O Orador: Para eleitoralismo puro, ...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... o que se passou aqui ontem com o radar da Terceira e passa-se agora.

Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem uma coisa certa. É que vai ser convidado para quando a enfermeira for para o Corvo o senhor vai à inauguração da enfermeira no Corvo.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Independente)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Vão convidá-lo para o senhor ir inaugurar a enfermeira no Corvo. Vai receber esse convite ali do Sr. Secretário Berto Messias.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, está no âmbito da declaração de voto desta iniciativa.

O Orador: E, portanto, a urgência desta matéria não é de hoje! A urgência desta matéria é já de há muito tempo. Não se compreende que a um Provedor lhe diga: “Ouça, vamos dar-lhe recursos humanos altamente diferenciados, vamos dar uma enfermeira para o seu lar de idosos” e o Provedor diga: “Não quero, para quê? A gente não precisa, a gente lá vai arranjanando”.

Quer dizer, quem é que no respeito pelos utentes, no respeito pelos idosos, que são os seres mais fragilizados da nossa sociedade, diz que é preciso ouvir o Provedor para ir um enfermeiro trabalhar para a Santa Casa? Isto é ultrajante! É humilhante e ofende aqueles que mais precisam! É o que se está a passar aqui dentro.

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: É humilhante o que se passa aqui dentro e a urgência ...

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar as outras bancadas! Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: ... é ainda mais justificada quando a saída segura da pandemia não seja letra nem seja conversa! É capacitar o Serviço Regional de Saúde ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e esse é o recurso fundamental porque o Corvo tem os mesmos direitos de todas as outras ilhas, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Apoiado!

O Orador: ... e o que se passa no Centro de Saúde do Corvo, já o disse aqui, não é aceitável! Não é aceitável que um doente vá a soro para casa, não é aceitável que o doente não fique no Centro de Saúde!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Não é aceitável uma série de coisas! E, por isso, é preciso um enfermeiro para a Santa Casa, que trabalhe no Centro de Saúde e que trabalhe num lado e que trabalhe no outro, e que apoie a saúde dos corvinos e, sobretudo, dos mais idosos!

Vir aqui chumbar urgências para depois ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, não pode interpelar as outras bancadas! Sr. Deputado!

O Orador: ... em setembro vir fazer a inauguração da enfermeira é pura e simplesmente lamentável e uma falta de respeito para com os utentes e para com os idosos.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, foi aqui chumbada a iniciativa e a urgência do Sr. Deputado do PPM em relação a um enfermeiro para a ilha do Corvo, mas nós percebemos perfeitamente que são jogadas políticas ...

Deputado Francisco César (PS): Jogada política?

O Orador: ... que quem suporta o Governo e o partido que suporta o Governo tem, e teve, em relação também, por exemplo, à iniciativa em relação à valorização das carreiras da saúde, em relação a aumentar a remuneração, trazido aqui pelo PCP, a quem esteve na linha de combate.

São jogadas políticas também elas por quem foi contra a que, e foi ontem aqui debatido, em relação àquilo que foi prometido pelo Governo Regional em relação aos trabalhadores dos matadouros da nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Já estamos nos matadouros, Sra. Presidente!

O Orador: Ou seja, são jogadas políticas que nós percebemos ...

Presidente: Sr. Deputado, tenho de lhe fazer a mesma advertência que fiz ao Sr. Deputado Artur Lima. No âmbito da declaração de voto, não pode interpelar as outras bancadas.

O Orador: São jogadas políticas por quem, e não estou interpellando bancada nenhuma, ...

Deputado Francisco César (PS): Ele está a falar sobre matadouros, Sra. Presidente!

O Orador: ... chumba aqui iniciativas como chumbou esta aqui hoje e agora.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para reafirmar, a Representação Parlamentar do PCP votou favoravelmente porque considera importantíssima a temática que o senhor trouxe aqui. Mais, nós percebemos que há uma tática política por parte de quem precisa de estes pequenos jogos políticos para ganhar eleições e para receber mais uns votos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas uma coisa que lhe digo e sinto: o povo açoriano está a ver isto tudo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está!

O Orador: ... está a ver que existem táticas políticas para continuarem a ganhar eleições e a manterem-se no poder, embora muitas vezes com posições ...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... completamente contrárias à vontade do povo e muitas vezes completamente antidemocráticas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Iasalde Nunes, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Iasalde Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Srs. Deputados, então a tática política é a tática política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Então, esse Projeto de Resolução dá entrada no dia 15 de junho (15 de junho!), ou seja, há menos de um mês que esse Projeto de Resolução deu entrada na Comissão. Foi aprovado por todos os partidos na Comissão que nós ouvíssemos a Ordem dos Enfermeiros, o Presidente do Conselho de Ilha do Corvo, o Provedor da Santa Casa e o Governo Regional, nós apenas ouvimos a Ordem dos Enfermeiro e a tática política é nossa?

Deputado João Vasco Costa (PS): É uma vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou será que dava jeito à oposição que nós chumbássemos neste momento esse Projeto de Resolução?

Se calhar a tática política era esta.

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Srs. Deputados!

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Um protesto tendo em conta as afirmações que me foram dirigidas por parte do Sr. Deputado Iasalde Nunes, falando em tática política ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Deputada Graça Silveira (Independente): Não tens direito!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Regimento impede protestos a declarações de voto. Por isso é que eu estive durante este período ...

(Aparte inaudível)

Sra. Deputada Graça Silveira, o Regimento impede protestos a declarações de voto. Se a Sra. Deputada não conhece o ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas a Sra. Presidente deu ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, na minha declaração de voto!

Presidente: Era intervenção! Intervenção!

Voices dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Deu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu dei a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia no âmbito da intervenção da urgência, e Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, por favor!

Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): É um protesto!

Presidente: Ó Sr. Deputado, mas o Regimento impede protestos a declarações de voto, por isso é que eu estive durante as declarações de voto a interpelar os Srs. Deputados que estavam no uso da palavra a pedir-lhes que não interpelassem as outras bancadas. Também chamei à atenção ao Sr. Deputado Iasalde.

Portanto, eu não lhe posso conceder a palavra porque o Regimento impede.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Fez uma declaração de voto!

Presidente: Sr. Deputado, foi no âmbito da intervenção.

Portanto, não vamos levantar questões onde elas não existem.

Não lhe posso, independentemente da sua razão, dar a palavra para um protesto.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Sr. Deputado César Toste, pediu a palavra para uma declaração de voto, tenho de lhe conceder a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou a favor ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... desta urgência, uma vez que ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... é uma situação importante para o Corvo. Estamos a falar em saúde, estamos a falar em doentes, estamos a falar de uma população que precisa de mais enfermeiros, e é legítimo após ouvirmos algumas diligências, percebendo a importância que é para o Corvo trazermos este tema. E se é importante para todos nós termos a presença dos profissionais de saúde, esta era uma altura também de valorizar, ainda por cima neste tempo de pandemia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, pede a palavra para?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, para defesa da honra da minha bancada porque o Sr. Deputado Iasalde acabou de dizer um aparte aqui que o PCP ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... tinha dado a tática para esta situação ao Deputado Paulo Estêvão. E é a defesa da honra da bancada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu não lhe posso dar a palavra para defesa da honra de um aparte porque ele nem sequer é audível por ninguém, Sr. Deputado. Portanto, lamento, mas não lhe posso conceder a palavra.

Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para a defesa da honra da bancada.

Presidente: Sr. Deputado, defesa da honra em relação a quê?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o Sr. Deputado Dionísio Maia não teve de explicar porque é que fez voto de protesto, os deputados do Partido Socialista não têm de explicar porque é que fazem as suas intervenções e pedem os votos de protesto, e da minha parte a Sra. Deputada ... a Sra. Presidente, que também é deputada, ...

Presidente: Também é deputada.

O Orador: ... ouviu muito bem as afirmações que foram proferidas pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes, e o que está aqui a fazer é a proteger o Sr. Deputado Iasalde Nunes e os interesses da bancada do Partido Socialista, mais uma

vez! Porque vimos como é que foi feita a declaração de voto inicial desta manhã por parte do Partido Socialista sem que a senhora o tivesse interrompido, e agora está a conduzir os trabalhos da forma como sempre conduziu ao longo desta legislatura!

Eu peço a defesa da honra da bancada porque, obviamente, considero que a honra foi ofendida com as declarações do Sr. Deputado Iasalde Nunes!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem todo o direito de discordar da forma como a Mesa orienta os trabalhos, aliás, como qualquer Sra. e Sr. Deputado desta Assembleia.

Eu não lhe posso conceder a palavra para defesa da honra a apartes porque isso então seria algo que não poderia ter razão de ser, porque os apartes muitas vezes são inaudíveis, eu não ouvi nada.

Portanto, não posso dar a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quais apartes! Foi uma intervenção!

Presidente: Sr. Deputado, o senhor sabe que se tivesse pedido defesa da honra sobre uma intervenção teria de tê-lo feito logo a seguir à intervenção, que é o que diz o Regimento, e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, não lhe posso conceder a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ó Sra. Presidente, vamos lá ver.

Presidente: Para uma interpelação?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu pedi a defesa da honra não por um aparte, foi pelas declarações produzidas pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu também já tive a oportunidade de esclarecer que os pedidos de defesas da honra têm de ser imediatamente às intervenções e não foi o que aconteceu, porque, entretanto, já tivemos outra declaração de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão. Não vamos criar problemas que não fazem sentido neste momento.

Nós vamos fazer um intervalo, regressamos às 11h45.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 17 da nossa agenda. É um Pedido de Urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Alerto a câmara que entrou na Mesa, e já foi distribuído por todos, um requerimento de alteração deste Pedido de Urgência que inicialmente tinha Dispensa de Exame em Comissão e que agora não tem.

Portanto, é o **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 246/XI - “Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”**.

Sr. Deputado Artur Lima, para justificar a urgência, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Justifico a urgência, efetivamente a urgência, para ver se retomamos a normalidade dos nossos trabalhos, porque entendemos, e segundo foi aqui informado após a manifestação dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que estaria em curso, como, aliás, acho que já esteve, uma reunião entre o Governo e os referidos técnicos. E nós entendemos que este Parlamento e a Comissão competente deve reunir-se também e ouvir o sindicato e as razões dele e, por isso, pedimos urgência para a Comissão para que se possa chamar os referidos técnicos superiores de diagnóstico e

terapêutica à Comissão para também explicarem as suas razões e serem ouvidos, e não apenas pelo Governo, porque esta Casa tem uma palavra muito importante a dizer na matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Pedido de Urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra.

Secretário: Falta anunciar.

Presidente: Ah, peço desculpa. Tem de se anunciar o resultado da votação.

Peço desculpa.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Pedido de Urgência foi rejeitado com 28 votos do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 16 deputados do PSD, três do CDS-PP, um do Bloco de Esquerda ...

(Pausa)

Presidente: Para repetir a votação?

Sr. Deputado Francisco César, é para repetir a votação?

Vamos então repetir a votação deste Pedido de Urgência requerido pelo CDS.

Sras. e Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto se há inscrições para declaração de voto.

Para declarações de voto não?

Muito bem, a urgência foi aprovada, baixará então à Comissão competente para o respetivo relatório.

Passamos agora ao ponto 19 da nossa agenda: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 247/XI - “Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justifica a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como também já foi aqui dito anteriormente pelo Sr. Deputado Artur Lima, este é um problema que urge resolver. Urge resolver porque estamos a falar, obviamente, de técnicos e também de profissionais de saúde que diariamente estão no terreno e que não merecem que ao fim deste tempo todo a sua situação se encontre por resolver.

Já há vários anos que têm vindo a fazer greves, greves que não têm sido entendidas nem têm conseguido chegar a entendimento com a tutela para que a sua situação do ponto de vista laboral seja resolvido, entendemos que este é assunto que não pode continuar, e tanto é que ainda no início desta semana tivemos aqui mais uma greve que teve 100% de adesão dos mesmos técnicos a nível do Serviço Regional de Saúde.

Obviamente que na passada terça-feira, quando demos entrada com este Projeto de Resolução, não tínhamos ainda conhecimento daquilo que já foi anunciado à posteriori, da tal reabertura do processo negocial, portanto,

consideramos que esta resolução já teve o seu mérito. Já teve o seu mérito porque, efetivamente, este era um processo que estava suspenso, com reuniões que findaram em janeiro deste ano, que deveriam ter continuado a acontecer sendo que a última deveria ter acontecido em fevereiro e não aconteceu, infelizmente, e, portanto, o processo foi suspenso de forma unilateral.

De forma satisfatória, independentemente daquilo que será o sentido de voto da bancada do Partido Socialista, consideramos que este projeto já teve o seu mérito porque já foi anunciado que a tal reabertura negocial já estará agendada, e já estará prevista uma reunião para o próximo dia 31 de julho.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 16 deputados do PSD, três do CDS-PP, um do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM e a Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, aconteceu aquilo que nós estávamos a prever, que lamentavelmente este projeto não mereceu aprovação desta Assembleia. Consideramos nós

que seria justo, e não conseguimos perceber, porque efetivamente o seu ponto resolutivo é muito simples e o que visa é que: “A Assembleia Legislativa recomenda ao Governo Regional que, através da Secretaria Regional da Saúde e de forma imediata, retome as negociações com os sindicatos representativos ...

Deputado Francisco César (PS): Mas elas estão a ser feitas neste momento!

A Oradora: ... dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

E, portanto, não conseguimos perceber porque é que esta urgência é chumbada.

De qualquer forma, volto aqui a repetir-me porque felizmente, como referi, após a entrega desta resolução, o Governo agendou uma reunião com os sindicatos e, portanto, como já disse, esta iniciativa já teve o seu mérito porque voltou a pôr em cima da mesa este processo negocial. Infelizmente é o que temos, é um Governo que anda a reboque, que não age, que reage, e para isso os técnicos superiores de outras classes profissionais podem contar com o apoio desta bancada.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista começa por reconhecer e valorizar os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica da Região e a sua carreira e considerá-los como um dos pilares fundamentais e

imprescindíveis ao Serviço Regional de Saúde, enaltecendo aqui o excelente trabalho que tem dado em prol de todos nós.

Não temos dúvidas que desempenham um trabalho que todos os dias é reconhecido por todos. Reconhecemos que as carreiras sofreram alterações legislativas de alguma complexidade, reconhecemos também que este é um processo no foro da área laboral que precisa de ter o seu enquadramento e compatibilização com a convenção coletiva de trabalho que foi aprovada em janeiro de 2019, e tendo em consideração que todo o trabalho neste sentido está a ser já desenvolvido pelo departamento do Governo com competências em matéria da saúde e está agendada uma reunião para o dia 31, como aqui já foi dito e o compromisso de que será encontrada uma solução satisfatória para estes profissionais de saúde, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista justifica assim a razão por que votou contra esta urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sim, efetivamente houve uma alteração legislativa que, muito mais do que complexa, foi completamente injusta. Temos vários técnicos que estavam no topo da carreira que vieram para meio da carreira, e com essa alteração legislativa temos pessoas que estão na carreira há 16 anos que ficaram exatamente na mesma situação de quem entrou há um mês. Portanto, mais do que complexo é injusto.

Este Projeto de Resolução aquilo que propõe ao Governo é que se inicie rapidamente todo um processo negocial. Se o Governo até já o começou a fazer, por maioria de razão deveria levar a bancada do PS a aprovar e não a chumbar, não se percebe. Então, chumba-se porque já está a acontecer?

Quer dizer, não se percebe a incapacidade que a bancada do PS tem de reconhecer os contributos ...

Presidente: Sra. Deputada, não pode interpelar as outras bancadas.

A Orador: Eu sei que não posso interpelar. Muito bem, Sra. Presidente, eu já me foco.

Mas a verdade é que é um sentimento de ... nem sequer eu acho que seja de vingança, é de incapacidade de podermos todos juntos contribuir, como sempre se diz aqui, e já que estamos em fim de ciclo fazer também esta leitura, este apelo de que todos podemos contribuir e de que todos aqui temos que contribuir para o melhor dos Açores e dos açorianos não pode ser só um discurso, tem de acontecer na prática.

E, portanto, há uma iniciativa que pede, e com toda a justiça, que esta situação destes técnicos, que é lamentável, seja reavaliada e seja renegociada, porquê chumbar uma urgência? Falando em trabalhos parlamentares, chumbar esta urgência quer dizer que é importante que ela vá para a Comissão para ter outros pareceres e outro tipo de andamento, que não é necessário neste ponto resolutivo. E, portanto, não faz sentido nenhum um Projeto de Resolução com um ponto resolutivo destes ter sido chumbada a urgência e com baixa à Comissão.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições para a declaração de voto, vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 21 da nossa agenda: **Pedido de urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 248/XI - “Cumprimento das medidas de combate à precariedade criadas no âmbito do Competir +”**.

Este Pedido de Urgência é requerido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta este Pedido de Urgência porque considera que esta alteração que se efetuou a partir de uma proposta do Bloco de Esquerda de Decreto Legislativo Regional ao programa de incentivos Competir + que, relembrando aquilo que foi aprovado, previa, e prevê porque está efetivamente aprovada, que para as empresas apoiadas por esse sistema de incentivos existissem patamares mínimos de criação de emprego com postos de trabalho efetivos, com contratos sem termo, nomeadamente 50% para as grandes e médias empresas e 35% para as micro e pequenas empresas, para além de outras alterações na orgânica, por exemplo, da comissão de acompanhamento desses mesmos incentivos e alterações também importantes relativamente à transparência de todos estes apoios, nomeadamente alterando de forma substancial alguns aspetos do relatório de acompanhamento que é publicado anualmente e que permite, obviamente, aferir do número de incentivos atribuídos, do número de postos de trabalho, dos tipos de vínculos, das suas áreas de atividade, e aquilo que se verifica é que no último relatório, que já deveria refletir exatamente estas alterações e que demonstra o cumprimento na íntegra do Decreto Legislativo Regional, é que efetivamente tudo está na mesma e que a legislação que foi aqui aprovada não está cumprida ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e este Projeto de Resolução vem efetivamente recomendar ao Governo algo tão simples como o cumprimento daquilo que está em vigor. Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo, vamos então passar à votação deste Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a Urgência e a Dispensa de Exame em Comissão, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima, agora para apresentar a iniciativa.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A precariedade laboral é um dos maiores problemas da nossa região. A precariedade é causa da pobreza e, no atual contexto de crise, são os precários os primeiros a sofrer.

O Bloco de Esquerda tem procurado, não só denunciar situações de precariedade, mas também tem apresentado propostas para combater a precariedade através de alterações legislativas que confirmam segurança no trabalho e estabilidade na vida das pessoas.

Por proposta do Bloco de Esquerda foi aprovada em dezembro de 2018 na Assembleia Legislativa, nesta Casa, uma alteração ao programa de incentivos às empresas Competir +. Esta alteração entrou em vigor em fevereiro de 2019, no ano transato.

A medida aprovada visa contribuir para o combate à precariedade nas empresas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Sabe que é mentira e insiste na mentira!

O Orador: ... apoiadas por dinheiros públicos.

Mais concretamente, esta medida dispunha que:

- As empresas apoiadas ficariam obrigadas a celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado, os chamados contratos efetivos, com, pelo menos, 50% dos seus trabalhadores, sendo esse valor reduzido para 35% no caso das micro e pequenas empresas.

- Para aumentar a fiscalização, a medida dispunha ainda que:

- A efetiva criação e manutenção dos postos de trabalho fosse fiscalizada pela respetiva comissão de acompanhamento;

- Que essa comissão passasse a integrar membros das duas centrais sindicais.

E finalmente, para tornar transparente o cumprimento destas alterações, assim como de todo o Decreto Legislativo Regional, ficou estabelecido que do relatório anual de todos os incentivos passasse a constar:

1 – A área de atividade das empresas apoiadas, nomeadamente através da publicação do código da atividade;

2 – O número de postos de trabalhos criados e a respetiva natureza de cada um dos contratos. Dados que têm de constar do relatório durante três ou cinco anos, consoante se trate de pequenas e médias empresas ou grandes empresas, respetivamente.

Acontece que mais de um ano depois da aprovação da alteração à lei, bem como da sua entrada em vigor a 16 de fevereiro de 2019, constata-se pelo relatório anual que o Governo está obrigado a divulgar até 31 de março de cada ano que a lei durante o ano de 2019 não foi aplicada.

Este facto é grave porque viola as regras da democracia e do cumprimento da lei a que todos e todas estamos obrigados.

Este facto é grave porque é o próprio Governo Regional que não só não aplica a lei a que está obrigado como assume no relatório que não cumpriu.

Não podemos deixar de salientar que, nos últimos anos, esta foi a primeira alteração legislativa aprovada nos Açores que constituiu um contributo importante no combate à precariedade.

Precariedade que afeta milhares de açorianos e açorianas, em particular os mais jovens.

Esta atuação do governo, ao não cumprir aquilo que estava disposto na lei, é por demais gravosa no plano da democracia e da ética republicana, mas é ainda mais uma demonstração da falta de respeito do Governo Regional do PS pelos direitos dos trabalhadores.

Apresentamos por isso este Projeto de Resolução de modo a recomendar ao Governo o óbvio: que seja cumprido aquilo que foi aprovado.

Para isso tem de começar, e no seu ponto um do Projeto de Resolução, por alterar o relatório referente ao ano de 2019 para estar de acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional, e tem de aplicar no imediato as restantes medidas que foram aprovadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional Berto Messias, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Antes de mais, dizer ao Sr. Deputado António Lima que o Governo não aceita de ninguém, muito menos do Bloco de Esquerda, qualquer tipo de lição sobre democracia, cumprimento das regras, cumprimento da lei, e muito menos aceita lições de moral do Bloco de Esquerda sobre respeito pelos trabalhadores e combate à precariedade laboral.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, recuso em absoluto o teor do final da sua intervenção quanto a esse tipo de considerações que pura e simplesmente não correspondem à realidade.

Na nossa perspetiva, esta proposta não tem qualquer razão de ser, até porque esta proposta na nossa perspetiva parece-nos um equívoco e depois de todo o debate público que se gerou à volta deste assunto, agora também enferma de alguma teimosia por parte do Bloco de Esquerda, porque o Bloco de Esquerda sabe perfeitamente, tendo em conta os esclarecimentos que foram dados pelo Governo Regional, quer aqui, quer publicamente, que esta proposta não tem qualquer razão de ser porque o Governo obviamente que cumpriu escrupulosamente o Projeto de Resolução que saiu deste Parlamento, e passo a explicar.

O diploma que resultou da iniciativa parlamentar do Bloco de Esquerda para alteração da legislação do Competir + e para que fosse consagrado em letra de lei as preocupações do Bloco de Esquerda, houve a aprovação da resolução, houve a alteração legislativa das regras do Competir +, e por via dessa alteração ao Competir + depois da aprovação da resolução do Bloco de Esquerda, produziu efeitos a partir do dia 16 de fevereiro de 2019, passando, por isso, obviamente, a aplicar-se a todas as candidaturas apresentadas a partir dessa data.

Como os senhores muito bem sabem e como o Bloco de Esquerda muito bem sabe, todos os procedimentos de análise deste tipo de candidaturas têm diversas etapas, têm diversos procedimentos, sendo a última das quais a celebração do termo de aceitação da decisão por parte dos empresários, o que por vezes, e muitas vezes, implica a aprovação dos projetos de arquitetura e especialidades por parte das câmaras municipais, o que, por vezes, como todos sabem, é também um processo complexo e por vezes longo.

Ora, durante o período em causa, ou seja, o período em que esta alteração legislativa passou a ter efeitos até ao final do ano de 2019, ou seja, entre 16 de fevereiro e 31 de dezembro de 2019, foram apresentadas 229 candidaturas ao Competir +, das quais 61 não previam a criação de qualquer novo posto

de trabalho. As outras, fora as 61, passaram à fase de execução com apresentação de pedidos de pagamento oito projetos apresentados ao Competir+. Quer isto dizer o quê? Quer isto dizer que a quase totalidade dos projetos aprovados ao longo de 2019 não demonstraram durante esse ano que iniciaram os seus investimentos, ou seja, não tiveram pedido de pagamento referente à execução dos investimentos.

Dos oito pedidos de pagamento, três respeitavam a pedidos únicos, de projetos completamente concluídos, os quais não previam a criação de postos de trabalho dada a sua pequena dimensão, projetos estes que são obviamente também, apesar da sua pequena dimensão, elegíveis ao abrigo do Competir+.

Além disso, convém esclarecer também que, de acordo com o que está na legislação do Competir+ que é, obviamente, pública, a criação de postos de trabalho pode ocorrer até quatro meses após a conclusão do projeto, sendo que o prazo de realização dos investimentos pode ir até três anos após a contratualização do incentivo.

Resumindo e concluindo: no período entre a altura em que esta alteração legislativa passa a ter efeitos até ao final do ano de 2019, pelas razões que eu acabo de referir, não havia dados a reportar no âmbito do relatório obrigatório que o Sr. Deputado António Lima referiu.

E, portanto, Sr. Deputado António Lima, V. Exa. tem razão quando refere aquilo que tem de estar no relatório, e aquilo que eu lhe digo é que aquilo que tinha de estar no relatório está corretíssimo porque não havia dados novos a reportar nesse relatório ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então escreva isso!

O Orador: ... tendo em conta as candidaturas que foram apresentadas.

E, portanto, Sr. Deputado, é esta a verdade dos factos, foi isto que aconteceu. Foi, aliás, dada nota pública relativamente a esta matéria.

Relativamente ao seu Projeto de Resolução, o ponto um não pode ser cumprido porque o relatório não tem de ser atualizado, porque não tem de ser dado reporte relativamente à criação de novos postos de trabalho, e o ponto dois relativamente ao cumprimento desta legislação está obviamente e escrupulosamente a ser cumprido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Alonso Miguel, tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como sabem, o CDS votou contra este Projeto de DRL apresentado pelo Bloco de Esquerda em dezembro de 2018, que resultou na quarta alteração ao Competir +, na altura através de uma intervenção, naturalmente brilhante, do Sr. Deputado Artur Lima, ou como é moda agora dizer, o Sr. Presidente do CDS-PP/Açores, Dr. Artur Lima, e dizia na altura o Sr. Deputado que o CDS não é a favor de uma economia planificada. Nós defendemos uma economia de mercado. É certo que numa Região com as nossas especificidades, é importante e é preciso que o Governo crie medidas de apoio e de incentivo à criação de emprego nas empresas, mas também é verdade que esse não pode ser um fardo e não pode ser uma obrigação que depois possa ter um efeito perverso e que prejudique a própria empresa.

Na altura achávamos, e continuamos a achar, que a proposta do Bloco de Esquerda era uma proposta ideológica, era uma proposta que tinha uma visão de economia planificada e de economia estatizada, e, portanto, nós continuamos atualmente a achar isto.

No entanto, o que está em causa com isto não é se nós concordávamos com a proposta do Bloco de Esquerda ou não, em democracia quando uma proposta é aprovada, naturalmente é para se cumprir. Parece-nos, de facto,

que o Sr. Secretário Regional Berto Messias deu uma justificação competente, esclareceu alguns aspetos que nós não tínhamos conhecimento. Agora, também é verdade que nos parece que houve aqui alguma falta de informação e que isso que o Sr. Secretário Regional disse podia constar do próprio relatório ou podia ter sido feita uma justificação em relação a esse relatório.

O que nós entendemos é que se não há razões para atualizar o relatório, não se atualiza, mas essa justificação que foi competente podia ter sido dada em sede própria.

É este o entendimento e, portanto, o CDS-PP entende que se a legislação está a ser cumprida não há razão para aprovar isto. Agora, é preciso que quando as atualizações aos relatórios tiverem de ser feitas, que obviamente se cumpra uma deliberação que foi aprovada nesta Casa e que se dignifique o trabalho deste Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

Peço desculpa, pensei que se tinha inscrito.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário, o Bloco de Esquerda não pretende nem poderia pretender dar lições de moral a quem quer que seja, nem ao Governo

Regional nem ao Partido Socialista. Pretendemos sim trazer um assunto que é importante a debate nesta Assembleia, e trazê-lo de uma forma que julgamos que é a correta, que é marcando a nossa posição, a nossa opinião sobre ele e a nossa avaliação sobre aquilo que foi feito e recomendando, efetivamente, ao Governo que cumpra aquilo que foi decidido, e decidido não através de um Projeto de Resolução, como disse o Sr. Secretário, mas através de um Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Foi uma alteração, tem razão!

O Orador: Exatamente.

De facto, este assunto tem sido alvo de algum debate público, mas o debate sobre esta matéria começou, e deixe-me recordá-lo, porque fiz uma pergunta no âmbito de outra iniciativa relativa ao Competir + no primeiro plenário que realizámos por videoconferência, e na altura tive a oportunidade de questionar o Sr. Vice-Presidente sobre esta mesma matéria, e no âmbito do debate estávamos a debater o Competir +, uma proposta do PSD relativamente ao Competir +, perguntei ao Sr. Vice-Presidente sobre o cumprimento ou não cumprimento daquilo que estava previsto e a resposta foi nenhuma. Em artigo de opinião escrevi isso mesmo, que a legislação não estava a ser cumprida. Tive uma resposta não do Governo, mas sim de um dirigente da Administração Pública, porque se já havia poucas dúvidas de que o Partido Socialista e o Governo são quase a mesma entidade, pelos vistos a Administração Pública também intervém politicamente ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e em vez de ser o Governo a responder no sítio próprio, que é no Parlamento, é a Administração Pública a responder nas páginas dos jornais.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É uma nova forma de fazer política ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é nova!

O Orador: ... que vamos aprendendo com o Governo e com o Partido Socialista.

Mas diz o Sr. Secretário que nenhuma das candidaturas de 2019 se enquadravam nesta norma e não poderiam estar publicadas.

Sr. Secretário, ninguém acredita que das 220 candidaturas todas elas os postos de trabalho não se enquadrassem nesta norma, porque a data da criação dos postos de trabalho não é relevante porque essa criação desses postos de trabalho devia estar aqui incluída no próprio relatório.

Mas diz o Sr. Secretário que não cumprem a legislação totalmente.

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse isso!

O Orador: E para demonstrar que não cumprem a legislação totalmente, basta olhar para o relatório e comparar com o relatório de 2018, é porque o relatório de 2019 deveria ter, por exemplo, uma colunazinha que não dava trabalho absolutamente nenhum, era uma nova coluna onde se colocaria três letras no seu cabeçalho: um “C”, um “A” e um “E”. E essa coluna seria o código de atividade, e nem isso (nem isso!) foi alterado no relatório. E não tem nada ver com candidaturas.

E quer o Sr. Secretário Regional convencer o Parlamento e convencer os açorianos e açorianas que se não alteraram uma coisa tão simples como uma coluna numa folha de Excel, cumpriram o resto da legislação. Sr. Secretário, ninguém acredita, o Bloco de Esquerda não acredita, e vai continuar a dizer que, obviamente, não foi cumprido aquilo que está estipulado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não consegue provar isso!

O Orador: Deixe-me dizer que das duas respostas (três, porque a sua é igual à última que foi dada) que o Governo deu para justificar e responder ao Bloco de Esquerda relativamente a esta matéria, são diferentes. Basta ler o artigo

de opinião do Sr. Diretor Regional Ricardo Medeiros e basta ler a nota do GaCS da semana passada relativamente a esta matéria.

As respostas são diferentes e os argumentos são diferentes. Bem, quando se tem tanto a certeza de que se cumpriu e de que se fez aquilo que devia ter sido feito, responde-se da mesma maneira e com os mesmos argumentos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Se não perceber de uma maneira vai perceber de outra!

O Orador: ... e passo a ler.

Dizia o Sr. Diretor Regional que “todos os projetos que deram entrada e estavam enquadrados na nova norma já estavam em execução do seu investimento”.

Deputado Carlos Silva (PS): Já estavam o quê?

O Orador: Já estavam em execução do seu investimento, dizia o Sr. Diretor Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): E então? Está mal escrito?

O Orador: Depois, diz o Governo Regional em nota pública, que, como disse o Sr. Secretário, afinal era porque a criação de postos de trabalho pode ocorrer até quatro meses após a conclusão do projeto. Bem, afinal em que é que ficamos? Estavam em execução ou então a criação de postos de trabalho pode ocorrer quatro meses após o projeto?

Sr. Secretário, certamente que nem todos os projetos se enquadravam nesta norma, mas seria tão simples, mas tão simples, o Governo Regional colocar um asterisco nos projetos que não se enquadravam, isso é que é a transparência para as pessoas saberem o que é que está a ser feito, porque isso seria muito, muito simples, e quer o Governo Regional acreditar que não fez o menos, que era alterar uma simples folha de Excel, e fez o mais, que era exigir o cumprimento das restantes normas.

Mas sobre transparência, pergunto ao Governo como é que está a ser fiscalizado este Decreto Legislativo Regional, e pergunto-lhe: no último ano quantas vezes reuniu a comissão de acompanhamento e quais são os membros da comissão de acompanhamento; e pergunto-lhe quem foram os membros que as centrais sindicais nomearam para essas comissões de acompanhamento e quantas vezes a comissão reuniu e se esses membros atenderam essas comissões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava a ver que não se ia inscrever!

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, vou-lhe conceder esse privilégio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado! É um gosto!

O Orador: Sr. Deputado António Lima, sinceramente custa-me um bocadinho. Não queria intervir, mas sou obrigado a isso ...

Deputado Marco Costa (PSD): Sobre a proposta!

O Orador: ... porque o Sr. Deputado demonstra aqui, muito honestamente, muita má fé.

Deputado António Lima (BE): Má fé?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Oh, Sra. Presidente!

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, posso? A democracia permite o diálogo, ou não?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode continuar com os insultos, como é deputado do Partido Socialista tudo é permitido!

O Orador: O Sr. Deputado Paulo Estêvão bem tenta, mas não vai conseguir. Obrigado.

Sra. Presidente, estava aqui a dizer que o Bloco de Esquerda demonstra má fé com a sua iniciativa, mas sobretudo com as acusações que faz e demonstra má fé porque sabe que aquilo que está a dizer não é verdade. Já foi esclarecido várias vezes em comunicado, pelo Sr. Secretário Regional, e mesmo assim insiste nas acusações infundadas, e isso é claramente má fé.

Deputado João Bruto Costa (PSD): Quatro vezes!

O Orador: O Bloco de Esquerda diz que apresentou uma proposta nesta Assembleia que teve a aprovação também do Partido Socialista, é bom que seja reconhecido, para que houvesse um incentivo à contratação sem termo. Essa proposta entrou em vigor a 16 de fevereiro de 2019 e só se aplica às candidaturas apresentadas após essa data.

Como é óbvio, o próprio diploma do Competir + também diz que a execução de um projeto pode demorar até três anos para ser concretizado. Se pode demorar três anos a ser concluído, qualquer candidatura apresentada em março de 2019, pode até ser um ou dois anos, vai passar de 2020 e só pode ser analisado se cumpriu ou não a execução daquela medida no ano seguinte e não poderia ser nesse relatório. Se não há nada a colocar no relatório, o Governo não poderia alterar o relatório.

Portanto, o Sr. Deputado vem aqui acusar o Governo e o Partido Socialista porque é contra a transparência, não promove a transparência, vem dar lições de moral quando não as tem para dar e não consegue dar um exemplo muito claro de alguma entidade que tenha concorrido ao Competir +. Dê um exemplo ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Dê um só!

O Orador: ... de uma empresa que tenha concorrido ao Competir + que tenha criado um posto de trabalho e que não esteja a cumprir a legislação. Não consegue porque não existe! Foi explicado aqui pelo Governo Regional, foi explicado no comunicado: “A Direção Regional de Apoio ao

Investimento e à Competitividade salienta que o diploma que foi aqui alterado produziu efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2019, passando-se a aplicar a todas as candidaturas apresentadas a partir desta data”.

Mais: “A criação de postos de trabalho pode ocorrer até quatro meses após a conclusão do projeto”.

Uma coisa é o projeto estar em execução, mas não estar concluído. É disso que estamos aqui a falar. O Sr. Deputado não pode é concluir que por estar em execução ele já está concluído e que já devia ter os postos de trabalho criados. Não é isso que está a acontecer.

Portanto, a sua acusação é injusta e demonstra que o senhor não quer ser esclarecido. Vem aqui apenas abanar a bandeira da luta contra a precariedade como se fosse o único partido que se preocupasse com os trabalhadores nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista tem um património nesta matéria muito antes de mim e vai continuar a ter muito depois de mim. Tem um património na reposição de direitos, na reposição de rendimentos, na criação de medidas que promovem a contratação sem termo e há um progresso notável a este respeito. Nunca tivemos tantos açorianos empregados nos Açores nem uma população ativa tão elevada como a que tivemos muito recentemente, e isso demonstra que as políticas públicas do Partido Socialista produziram efeitos, e mais importante ainda: que os empresários e os trabalhadores reconhecem que essas políticas são boas e têm vindo a fazer a diferença no dia-a-dia dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder ao Sr. Deputado António Lima. Eu não sei quantas vezes a comissão de acompanhamento reuniu, mas terei todo o gosto em recolher essa informação com as respetivas atas e remeter à Mesa para distribuir a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, mas foram proferidas algumas afirmações que têm de ser rebatidas também, pela bancada do Partido Socialista. Claro que na temática que estamos a falar, aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda, a Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente.

Em relação ao emprego, é bom que se diga que não é completamente verdade aquilo que foi afirmado aqui pela bancada que suporta o Governo Regional, porque existe falta de emprego nos Açores, existe falta de emprego em todas as ilhas da Região. Aliás, muitos jovens voltam às suas terras depois de terem o seu percurso académico e muitas vezes não conseguem colocação nas diferentes ilhas para onde querem ir viver.

Os baixos salários e a precariedade laboral são notórios por toda a Região, tanto nas autarquias locais como através do Governo Regional, é notório! Ainda há bem pouco tempo e há bem poucos dias disse aqui, e continuo a afirmar, que a escola de Santa Cruz das Flores tem falta de funcionários. Existem crianças com quatro e cinco anos que são postas ao abandono em cima de um banco para almoçarem ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Mas o que é isso? Posta ao abandono?

Deputado Carlos Silva (PS): Isto não tem nada a ver com o assunto!

O Orador: ... sem terem o cuidado de ter qualquer auxiliar de ação educativa a ajudá-los! E foi perguntado por mim ao Sr. Presidente do Conselho Executivo: “Sr. Presidente do Conselho Executivo, o que é que está a falhar?”, e ele respondeu, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que isso tem a ver com o diploma?

O Orador: ... foi claro: “Temos falta de pessoal. Não temos gente suficiente. Temos 20% das pessoas que trabalham como auxiliares com precariedade laboral”, ou seja, em programas ocupacionais! O que é que certo é que isto tem de ser reiterado e tem de ser dito aqui nesta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto Costa (PSD): É verdade!

Deputado João Vasco Costa (PS): E a estrada de Santa Cruz para as Lajes não tem nada a ver com isto?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvindo a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, vemos que há uma nova divisão cronológica do tempo. Até agora utilizou-se o “Antes de Cristo” e o “Depois de Cristo”.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

De acordo com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, há o “Antes de Carlos Silva” e “Depois de Carlos Silva” porque o Sr. Deputado referenciava: “O Partido Socialista tem um património antes de mim e terá outro depois de mim”. Património com que V. Exa. até há bem pouco tempo não concordava e não subscrevia, e, portanto, V. Exa. apropriou-se daquilo que negava anteriormente.

Sr. Deputado Carlos Silva, é evidente que o Bloco de Esquerda, na minha perspetiva, não deixa de ter razão nesta matéria. Diz o antigo deputado e atualmente Secretário, Berto Messias, vamos ver o que é que será no futuro ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande deputado!

O Orador: ..., mas o que dizia o Sr. Secretário Berto Messias era: “Bem, está a ver? Nós não introduzimos nos relatórios porque muito disto não teve qualquer tipo de efeito e, portanto, não colocámos no relatório, não é preciso atualizar”.

Há uma coisa que era muito utilizada pela Administração Pública que eu considero que o Governo Regional também deve continuar a utilizar em muitas das vossas áreas de intervenção. Era uma frasezinha para quem não tinha feito nada, escrevia-se “sem novidade”.

É o que V. Exa., pelo menos no relatório, deveria ter dito. Era nessa matéria e também em muitas outras matérias em que o Governo Regional não regista progressos bastaria escrever “sem novidade”. Mas, como é evidente, se isso não constar na informação oficial, pois ninguém sabe. Diz V. Exa.: “Não temos novidade, não fizemos progressos, as medidas implementadas não

estão a ter o sucesso que nós esperávamos e a criar o emprego que nós esperávamos”, mas V. Exa. tem de escrever isso.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: V. Exa. tem de escrever isso! E, portanto, tem de relatar e fazer a descrição dessas matérias.

Depois, o Bloco de Esquerda também lhe colocou aqui um conjunto de questões em relação à comissão de acompanhamento, por exemplo. Mas o Sr. Secretário, que estava tão bem informado e que foi tão displicente na sua resposta inicial, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é isso que está em discussão, Sr. Deputado!

O Orador: ... afinal, sobre isto, não tinha informação. Agora o que eu lhe pergunto é: então tem tanta informação sobre o relatório e não tem informação sobre a comissão de acompanhamento?

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é isso que está discussão aqui!

O Orador: Isto aqui é algo muito estranho! “Eu não sei nada sobre o acompanhamento, mas sei tudo sobre o relatório”, ou pelo menos da não existência do relatório. É um paradoxo, Sr. Secretário! E, portanto, a sua argumentação tem várias fragilidades como acabei agora de anunciar e de descrever.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tinha pedido a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Exatamente, Sra. Presidente. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, e considerando também o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos por agora e regressamos às 15h para continuarmos o debate.

Eram 12 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando ao debate e depois do intervalo regimental, aproveitando também esta intervenção para, por um lado, responder a algumas intervenções anteriores e também reforçar algumas questões que coloquei no âmbito do debate.

Indo em primeiro lugar ao Partido Socialista e à sua intervenção através do Deputado Carlos Silva para dizer que relativamente às acusações de má fé, eu corrigia talvez o Partido Socialista e diria que não se trata propriamente de má fé, mas talvez (e mais) de nenhuma fé, até porque o Bloco de Esquerda não tem nenhuma fé no Governo Regional do Partido Socialista.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): A gente também não temos nenhuma fé nos senhores!

O Orador: A expressão correta é mesmo nenhuma fé, nenhuma fé no Governo Regional do Partido Socialista nesta matéria e em muitas outras.

Enganar os açorianos e açorianas com os malabarismos das palavras sobre os caminhos insondáveis da burocracia é bastante simples porque fala-se em prazos, em pormenores das candidaturas, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Isso preocupa-o! Preocupa-o!

O Orador: ... mas julgo eu que basta dizer que qualquer candidatura e qualquer contrato deve prever não só os postos de trabalho, mas também os contratos que vão ser firmados com esses trabalhadores ao abrigo da nova legislação. Por isso, não basta e não se pode vir para aqui com todos estes caminhos e estes pormenores insondáveis da burocracia para tentar esconder aquilo que não se fez.

Será provavelmente impossível de acreditar para qualquer açoriano e açoriana que nos ouve que quando não se fez uma coisa tão simples como alterar um papel, uma folha de Excel, se tenha cumprido aquilo que era mais difícil, que era garantir que as candidaturas cumpriam um conjunto de critérios que estavam aprovados. Julgo eu que o intervalo regimental foi útil porque certamente terá dado tempo ao Governo Regional e ao Sr. Secretário Berto Messias para, por exemplo, saber os nomes das pessoas que as centrais sindicais indicaram ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas onde é que está isso nos pontos resolutivos?

O Orador: ... para a comissão de acompanhamento e que eu perguntei numa das intervenções da parte da manhã ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas onde está isso no corpo resolutivo? Não faz parte da resolução!

O Orador: ... e gostaria de saber porque certamente teve tempo, o Governo, para telefonar para a Direção Regional e ter essa informação que, não tenho dúvidas, estará prevista e estará nalgum documento no meio dos muitos documentos que farão parte do processo relativamente ao Competir +.

E reforço essa questão sobre quais e quem são os membros indicados pelas centrais sindicais ao abrigo desta alteração que foi proposta e aprovada nesta Casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não faz parte do Projeto de Resolução!

Deputado António Lima (BE): Faz!

Deputado Carlos Silva (PS): Dos pontos resolutivos não consta nada disso!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda, e vai fazê-lo julgo que acompanhado de toda a câmara se nos ativermos, efetivamente, àquilo que são os pontos resolutivos deste Projeto de Resolução, que, para centrarmos a discussão, convêm ter em conta, e que são designadamente, no seu ponto n.º 2, recomendar ao Governo Regional que cumpra as medidas previstas no Decreto Legislativo em apreço de combate à precariedade. Eu julgo que qualquer um de nós aqui presentes, as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo, estaremos motivados e empenhados para que efetivamente as situações de emprego precário na nossa Região, que são muitas, somos das regiões do país com uma maior prevalência de precariedade laboral, que é praticada não só pelo setor privado, mas pela própria Administração Pública Regional, dizia que todos nós estaremos de acordo na necessidade de nos empenharmos no

combate a essa precariedade. Julgo que isso é um dever cívico, é uma responsabilidade política, diria até que é um desígnio da própria autonomia. Portanto, se nos ativermos ao ponto n.º 2 deste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, estaremos aí de acordo e, portanto, em condições de votar favoravelmente esta iniciativa.

O mesmo se passa com o ponto n.º 1 que é para o Governo Regional proceder à atualização do relatório. Bom, mesmo fazendo fé desta vez nas declarações do Sr. Secretário Regional Berto Messias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Desta vez está de boa fé!

O Orador: Desta vez. Das outras veremos se fazemos fé ou não nelas. Não estou a repristinar qualquer juízo de valor. Tão só neste momento e nesta circunstância.

... de que não há nada a acrescentar ao relatório, eu julgo que há, no mínimo, para que o relatório fique rigoroso, completo, e em consonância com o que foi aprovado no ano passado neste Parlamento, que é preciso pôr um asterisco, uma alínea, uma nota de rodapé a dizer que efetivamente não tendo sido criados empregos, não há mais nada a acrescentar ao relatório, mas que ele tal qual como se apresenta está completo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque quem efetivamente lê o relatório e cruza com a informação ...

Deputado Carlos Silva (PS): É disso que estamos aqui a falar!

O Orador: ... do Decreto Legislativo acha que há uma desconformidade entre uma coisa e outra.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é a sua opinião!

O Orador: E, portanto, no mínimo, também relativamente ao primeiro ponto resolutivo deste Projeto de Resolução, julgo que estamos todos de acordo para que efetivamente se faça esta recomendação ao Governo Regional.

Creio que também nisto serei acompanhado por todas as Sras. e Srs. Deputados, de que não vem mal nenhum ao mundo ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Já veio!

O Orador: ... recomendar ao Governo Regional que continue a esforçar-se para reduzir a precaridade do emprego na Região ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está aqui!

O Orador: ... e para que efetivamente faça uma pequena adenda a um relatório que, estando concluído, poderá ficar perfeito e em sintonia com aquilo que foi decidido.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é isso que está em questão!

O Orador: Mas, o Sr. Deputado António Lima veio levantar uma questão que para o PSD também é importante, que é verificar se efetivamente o Governo Regional cumpriu com o que lhe estava incumbido fazer nesta matéria. E, portanto, insistimos na pergunta que já foi feita, que é saber quem são os representantes das centrais sindicais que integram a comissão, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está em causa no ponto um!

O Orador: ... e quando é que efetivamente o Governo Regional solicitou a essas mesmas entidades a indicação dos seus representantes para integrarem esta comissão. É porque nos parece ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Parece mal!

O Orador: ... que este Projeto de Resolução vem na senda de outras matérias que já durante este plenário nós estivemos a apreciar e que acabam por ser, em parte, o padrão de comportamento do Governo Regional, que é apesar do consenso, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Essa história do padrão de comportamento não é bem aplicada aí!

O Orador: ... apesar da unanimidade na aprovação dos diplomas, que deixa a bancada da maioria bem na fotografia, mas que passado um tempo o Governo Regional esquece-se de cumprir com aquilo que lhe foi determinado pelos legítimos representantes do povo dos Açores.

Já durante este plenário nós vimos que uma resolução não foi cumprida, um Decreto Legislativo pelos vistos também não foi integralmente cumprido, um documento assinado com os representantes dos trabalhadores, no caso dos trabalhadores dos matadouros, também não foi cumprido, e, portanto, ...

Deputado Carlos Silva (PS): A resolução 201!

O Orador: ... vamos vendo que isto é o padrão de comportamento deste Governo Regional.

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual é o vosso padrão de enquadramento? Diga lá!

O Orador: Mas há ainda mais uma coisa a dizer sobre esta matéria, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não seja sectário!

O Orador: ... que é a seguinte.

Com respeito por eventuais compromissos do Sr. Vice-Presidente do Governo neste momento, porventura alguma coisa mais importante do que responder, como é dever do Governo, perante o Parlamento dos Açores, percebi porque é que esta matéria foi confiada ao Sr. Secretário Regional Berto Messias. É porque no decurso dos nossos debates sobre esta matéria, acabamos por ter uma informação que é muito díspar ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: ... daquela que habitualmente está na base das declarações públicas e notas de imprensa do Sr. Vice-Presidente, e é uma coisa que mais do que essa disformidade e desconformidade, porque são as duas coisas efetivamente, deve ser preocupante. É que desde fevereiro de 2019 até à presente data, o programa Competir não criou um posto de trabalho, porque

se tivesse sido criado efetivamente isso daria lugar à tal correção, à tal adenda ao relatório.

Há esta coisa notável, que é um Governo que não cumpre, nunca tem culpa,

...

Deputado Carlos Silva (PS): Tinha boa fé!

O Orador: ... e é muito farto a anunciar.

De vez em quando, a boca foge para a verdade e nós acabamos por, mais uma vez, conhecer a realidade que já conhecemos, mas que fica confirmada nas vossas próprias palavras.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Governo Regional entrou em serviços mínimos. Ficou encurralado neste assunto e neste momento o Sr. Secretário Berto Messias parece que fez um voto de silêncio, não a esta câmara com certeza, mas ao resto do Governo e ao Partido Socialista para não os comprometer. E, portanto, estamos aqui confrontados com uma barreira que é um voto de silêncio sobre esta matéria. São feitas perguntas por parte do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda muito pertinentes, o Sr. Secretário afinal sabe pouca coisa, o que coloca em causa as suas afirmações iniciais em relação a um conhecimento muito minucioso

do dossiê, afinal há partes do dossiê que desconhece, sendo que algumas dessas partes são muito importantes, nomeadamente ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas pode falar nesta figura regimental!

O Orador: ... quem integra estas equipas que são responsáveis por estes relatórios e por estes pareceres.

V. Exa. o que diz é que não sabe, o pior que lhe podia acontecer, Sr. Secretário, é que se venha a aperceber daqui a uns dias que não é o facto de não saber, é de não ter sido feito. Isso é que é grave. Porque se V. Exa. neste momento em que está a responder a este Parlamento em relação a estas questões, V. Exa. está a dizer que não sabe uma coisa a propósito da qual já sabe que não foi feita, o Sr. Secretário está a mentir a este Parlamento. É isso que o Sr. Secretário está a fazer. Não há nenhum tipo de dúvida em relação a esta questão.

Portanto, não chega dizer que não se sabe, porque o senhor está a dizer esse “não sei” como um sentido de desresponsabilização, como se dizer que não se sabe pudesse desresponsabilizá-lo em relação àquilo que não foi feito. Não é assim. Se o senhor está a dizer que não sabe e já sabe que não foi feito, V. Exa. deveria aqui reconhecer que não foi feito e que afinal o Bloco de Esquerda tem muita razão em relação a esta matéria, em relação às dúvidas que têm apresentado de forma sistemática ao longo dos últimos meses.

Por isso, Sr. Secretário, faço esta intervenção a apelar que faça um exercício de memória, que saia desse seu voto de silêncio, que regresse ao debate e que dê aqui as respostas que lhe foram exigidas porque a sua responsabilidade é responder sempre, sempre, com verdade ao Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, a minha interpelação é no sentido de saber se regimentalmente o Governo Regional pode intervir neste debate e se dispõe de tempo.

(Risos do Deputado Luís Rendeiro)

A razão deste meu questionamento é porque, com recorrência, o Sr. Secretário Berto Messias ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Já está inscrito!

O Orador: ... nos votos de protesto faz a V. Exa. perguntas sobre o Regimento sabendo que não pode intervir, e agora podendo intervir, quando me deu a palavra, não tinha registo de inscrições para intervenção.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o Governo tem tempo e está inscrito o Sr. Secretário Regional, a quem vou dar a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega do Governo:

Esta semana de trabalho já vai longa e, portanto, eu não vou estar aqui a comentar estes artifícios e artimanhas regimentais do Sr. Deputado Machado ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São como as suas!

Deputado Marco Costa (PSD): São parecidas com as suas!

O Orador: ... porque julgo que não são minimamente úteis para aquilo que estamos aqui a discutir.

Também devo lembrar, Sras. e Srs. Deputados, e para a comunicação social que eventualmente possa estar desatenta, que este debate não começou agora depois do almoço. Nós já estivemos a discutir esta matéria, e, portanto, eu próprio já usei da palavra por mais do que uma vez neste debate.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Mas ele só veio depois do almoço!

O Orador: Parece-me pertinente clarificar essa matéria.

Eu fui, parece-me, absolutamente claro na minha primeira intervenção. Expliquei a posição do Governo, expliquei por que razão o relatório apresentado não se refere às questões relacionadas com a criação dos postos de trabalho e fiz uma explicação exaustiva sobre as razões, as regras das candidaturas a investimentos no âmbito do Competir +, daqueles que são os prazos para pedidos de pagamento que comprovam, digamos assim, a execução desses investimentos, e a regras relativamente à sua execução e à criação de postos de trabalho.

Fui absolutamente claro, isso constará, naturalmente, do diário das sessões, naquela que é a posição do Governo. E, portanto, na nossa perspetiva, tendo em conta aquilo que é aqui apresentado pelo Bloco de Esquerda, entende o Governo que o ponto um para proceder à atualização do relatório relativamente aos incentivos, na nossa perspetiva, não tem razão de ser pelas razões que eu expliquei; e relativamente à segunda matéria, pois muito bem, nós estamos precisamente a cumprir aquilo que consta no Decreto Legislativo Regional, aliás, aprovado aqui por esmagadora maioria.

Quanto às questões do Sr. Deputado António Lima, eu já respondi. Eu disse que não tenho a informação de quantas vezes reuniu a comissão de análise.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem, mas devia ter!

O Orador: Eventualmente deveria ter, aqui faço o respetivo ato de contrição.

Mas também referi que, com todo o gosto, reunirei essa informação e farei chegar à Sra. Presidente para distribuir à câmara, sendo que também me parece que essa matéria de pormenor invocada pelo Sr. Deputado António Lima não releva para aquilo que estamos aqui a discutir nos pontos resolutivos apresentados pelo Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda agora percebeu o erro da sua proposta, percebeu pelas razões já explicadas que a sua proposta não tem razão de ser e não faz sentido, e agora agarra-se a uma minudência ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: ... para ver se consegue minimamente salvar este debate.

A nossa posição é muito clara, foi explicada aqui, foi explicada publicamente pelo Governo Regional, foi, aliás, explicada também num artigo de opinião de resposta ao Sr. Deputado António Lima, e tem toda a razão. O Governo tem de responder é aqui, perante as Sras. e os Srs. Deputados e é isso que estou a fazer.

Relativamente aos representantes dos sindicatos nessa comissão de análise, pois, Sr. Deputado, terá de fazer essa pergunta aos sindicatos, ...

Deputado António Lima (BE): O Governo sabe!

O Orador: ... que são quem indica os seus respetivos representantes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Apenas para reafirmar aquilo que já dissemos, mas também para não deixar sem réplica a observação feita, e permita-me com toda a franqueza, não muito elegante do Sr. Secretário Berto Messias relativamente à artimanha.

Se é artimanha fazer a pergunta que eu fiz à Sra. Presidente, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor sabia a resposta!

O Orador: ... ó Sr. Secretário Regional, foi a primeira vez que usei da artimanha que V. Exa. usa e abusa em todos os plenários.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há um voto de protesto que aqui seja apresentado em que o senhor não se levante para usar dessa artimanha.

Portanto, eu modestamente me resigno a essa condição de iniciado nessa matéria onde V. Exa. leva, com todo o gosto, essa dianteira.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muita substância!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto do debate, julgo que é importante fazer um recapitular daquilo que ele foi, dos argumentos utilizados e das explicações dadas.

Começando pelo início, porque, entretanto, houve o intervalo da hora de almoço, julgo que é importante rever e recapitular alguns pontos. O que é claro, e daí o primeiro ponto resolutivo deste Projeto de Resolução, é que o relatório que é apresentado pelo Governo relativamente aos projetos e às candidaturas aprovadas ao abrigo do Competir + não está, de forma alguma, conforme a legislação. Não está em vários aspetos, mas julgo que falar daquele mais simples e daquele que nada sequer tem a ver com os tais postos de trabalho, vem demonstrar como é que ele não está efetivamente conforme.

Uma coisa tão simples como adicionar uma coluna onde estivesse o código de atividade da empresa, nem isso foi feito.

Relativamente aos postos de trabalho, e como já amplamente foi referido, para além da informação do número de postos de trabalho, se os postos de trabalho são a tempo inteiro ou a tempo parcial, deveria estar a informação relativamente ao tipo de vínculo laboral, se é contrato a termo ou contrato sem termo. Não está esta parte.

O Sr. Secretário diz que vai remeter à Mesa mais tarde essa informação, mas o Governo não sabe quantas vezes reuniu a comissão, mas mais importante do que isso, porque essa era uma alteração que constava da proposta que fizemos, que era incluir nessa mesma comissão de acompanhamento representantes das duas centrais sindicais, não sabe quem foram os representantes indicados.

Bem, julgo eu que um telefonemazinho seria talvez suficiente para isso porque se a comissão reuniu, foi pedido às centrais sindicais para indicarem alguém e essa pessoa atendeu a uma reunião e dessa reunião haverá convocatórias e atas. Por isso, não se sabe. Fica aqui no vazio e logo veremos mais tarde essa informação.

Foram aprovadas, segundo o relatório que aqui tenho, 195 candidaturas em 2019. Está aqui, é público, e quer fazer crer o Governo que em nenhuma destas candidaturas se aplica uma legislação que esteve em vigor 11 meses do ano. Nem uma, nem sequer uma. E certamente que algumas não se aplicaria, mas como já aqui foi dito, um asterisco, uma alínea a referir isso mesmo faria milagres pela transparência, faria milagres pela credibilidade deste relatório e pela credibilidade do próprio Governo Regional.

E quer o Governo então que com estas incertezas e com estes incumprimentos claros relativamente ao relatório ... e não é que o Bloco de Esquerda acredite porque o Bloco de Esquerda não acredita, mas quer o Governo que as pessoas tenham fé que o Governo não fez aquilo que era mais fácil, que era alterar um simples relatório que se faz em dois minutos,

mas fez o que era mais difícil, que era garantir que os postos de trabalho cumpriam, que os vínculos laborais dessas pessoas cumpriam, efetivamente, a legislação. O que para nós está claro é que não o fez. Não o fez porque não fez o mais fácil e não fez o mais difícil.

Para concluir, esta iniciativa vai ser chumbada, mas julgo que provavelmente terá um bom efeito, é que a partir de agora o Governo provavelmente, esperemos nós, irá passar a fazer aquilo que já devia ter feito durante o ano anterior.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo vai continuar a fazer o que sempre fez!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta iniciativa.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 248/XI foi rejeitada com 28 votos do Partido Socialista, tendo votado favoravelmente 17 deputados do PSD, um do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM e a Sra. Deputada Independente, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Encerrámos este ponto da nossa agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 23: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 159/XI - “Recomenda ao**

Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores”.

Este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão é requerido pelo PPM, por isso tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para justificar a urgência.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que está em causa é o desmantelamento do Gabinete de informação e propaganda do Governo Regional e do Partido Socialista.

Temos uma urgência democrática em fazer este debate. Aliás, de uma iniciativa que data de três de setembro de 2019. É muito urgente. É mais urgente do que nunca, até tendo em conta as circunstâncias que estamos a enfrentar a nível da comunicação da informação. É muito urgente. Este debate em democracia em relação à informação livre é sempre muito urgente, é sempre muito atual.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Há inscrições. Sra. Deputada Graça Silva, tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, gostaria de lhe dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai aprovar a sua urgência. No entanto, não ficaria de bem comigo mesma se não deixasse aqui duas outras notas sobre o seu Pedido de urgência democrático, como disse.

A verdade é que o senhor alegou no seu Pedido de Urgência perante a CAPAT que esta urgência tinha a ver exatamente com o facto de a iniciativa não se encontrar relatada e estar a demorar demasiado tempo na Comissão. O Sr. Deputado também sabe que é um facto que quando redigiu o ofício

dirigido à Presidente da Comissão, já tinha na sua posse o relatório relativo a esta iniciativa.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Friso: quando redigiu o ofício dirigido à CAPAT, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não acredito nisso!

A Oradora: ... já tinha na sua posse o relatório relativo a esta iniciativa.

Deputado João Paulo Ávila (PS): É verdade!

A Oradora: Era esta nota que gostaria de deixar, não podia deixar passar. Este relatório foi entregue nos serviços no dia dois de julho, portanto, muito a tempo de entrar numa agenda normal do plenário, mas o senhor, como, aliás, se verificou durante esta semana e como até também se verificou na última semana de plenário em que o senhor agendou com Pedido de Urgência também uma outra iniciativa da CAPAT e depois também foi o senhor que pediu a retirada deste diploma exatamente pelos mesmos motivos, portanto, é algo que o senhor já nos vem habituando, aos seus pedidos de urgência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que isto tem a ver com a urgência?

A Oradora: Só reforçar que o Partido Socialista vai aprovar esta urgência, mas que não deixamos de lamentar esta sua atitude, uma atitude que nós até consideramos desleal perante os seus colegas de CAPAT uma vez que o senhor nem faz parte da Comissão, mas que a Sra. Relatora teve a deferência para consigo, e bem, de lhe enviar o relatório para que o senhor se pronunciasse e até ao momento o senhor não respondeu à Sra. Relatora sobre o relatório.

Reforçar que vamos aprovar a urgência, mas não deixamos de lamentar a sua atitude, que está perante um processo completamente concluído.

Disse, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Defesa da honra.

Deputada Mónica Rocha (PS): Alguém disse alguma mentira?

Presidente: Defesa da honra a?

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Às afirmações que foram proferidas por parte da Sra. Deputada, que me parecem absolutamente evidentes.

Presidente: Sr. Deputado, poderia só especificar qual foi a expressão lesiva da sua honra para que eu possa ...

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, chamar desleal a alguém acha que é aceitável?

Presidente: Sr. Deputado, cada pessoa é que sente na sua honra.

Tem a palavra o Sr. Deputado para defesa da honra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sra. Deputada, eu nem sequer percebi metade da ladainha que V. Exa. referenciou.

Deputada Mónica Rocha (PS): Mais claro é impossível!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados. O Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: O que sei é que na Conferência de Líderes, como os restantes líderes terão oportunidade de testemunhar, fiz uma referência a esta situação, que esta iniciativa não estava relatada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Quando o senhor já tinha o relatório!

O Orador: Isso é falso! É que isso é falso!

Deputada Graça Silva (PS): Está registado!

O Orador: Tenho de o afirmar com a energia e com toda a convicção! É que é falso! No momento em que eu apresentei, e está aqui o Sr. Deputado Artur Lima, estão aqui os representantes de todos os partidos, eu fiz referência a esta situação na Conferência de Líderes que este relatório não existia. Portanto, eu fiz o trabalho de levantamento em relação aos relatórios que não estavam feitos no âmbito das minhas iniciativas e este não estava! Apresentava um atraso muito significativo.

Deputada Graça Silva (PS): Isso é desleal, disse bem!

O Orador: Inclusivamente o Sr. Deputado Francisco César, e muito bem, teve oportunidade de elogiar a sua atitude, disse-me que era uma situação que iria discutir dentro do grupo parlamentar e informar-se a esse respeito porque, obviamente, também estranhava que o relatório não estivesse pronto. É tão simples como isto!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não sabia!

O Orador: O relatório não estava pronto!

Se a Sra. Deputada diz que me enviou, se a Sra. Deputada disse aquela ladainha que eu não percebi, porque depois enviou, não enviou ... Portanto, eu já não percebi nada disso, até porque acho que isso é absolutamente irrelevante ...

Deputada Graça Silva (PS): Ai! É!

O Orador: ... na medida em que V. Exa. o que tem aqui é graves culpas! Porque a verdade é que não tinha o relatório feito e deveria ter o relatório feita, Sra. Deputada!

Deputada Graça Silva (PS): Estava sim senhor feito!

O Orador: Meses e meses para fazer o relatório depois das audições! Quando é que foi a última audição? Ó Sra. Deputada, eu não estava para lhe dizer isto! Aprecio V. Exa. e não quero fazer política com ataques pessoais, como V. Exas. tentam sempre inquirar os debates para as questões pessoais.

Deputado Carlos Silva (PS): Como fez há bocadinho!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E o que quero dizer, Sra. Deputada, é que muitos meses depois da última audição o relatório não estava pronto! Acha que isto é competente?

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Acha que isto é correto?

Portanto, pura e simplesmente a referência que fiz na altura em que a fiz é que não existia relatório.

As audições há quantos meses já tinham terminado?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Eu não lhe sei agora precisar, mas eu penso que as audições já tinham sido feitas ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... há mais de seis meses (a última) e o relatório continuava a aguardar! É tão simples como isso!

Mas a questão é de substância em relação às palavras que me dirigiu que são ofensivas. Fique com elas, Sra. Deputada. Eu não faço política de ataques pessoais, Sra. Deputada. Eu não tenho esse registo, Sra. Deputada. Registei apenas o atraso nesta matéria.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: É pura e simplesmente isso. Mas estamos aqui para a discussão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva, para prestar os devidos esclarecimentos, tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silva (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, só para reafirmar que o relatório lhe foi enviado no dia 29 ...

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Deputado Pedro Moura (PS): 29, às 13 e 23!

A Oradora: ... e o senhor redigiu a carta no dia um, está registado no seu email. Faça favor de ver, 29 de junho, à semelhança, no mesmo email, dos outros coordenadores e líderes parlamentares que estão representados na CAPAT.

Portanto, só para reafirmar, Sr. Deputado, que o senhor tinha na sua posse ao qual o senhor nunca deu resposta, é verdade, e que no dia um redigiu esta carta dirigida à CAPAT a dizer que não tinha o relatório. O senhor tinha o relatório.

Relativamente ao espaço temporal entre a última audição e o relatório. O senhor viveu neste mundo como eu nos últimos meses, sabe quais foram as prioridades e este foi um dos diplomas que não impunha prioridade nesta fase.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! A culpa é da pandemia!

O Orador: Logo que terminou as prioridades ficou relatado, e o senhor tem esse conhecimento. E, por isso, reafirmo que é lamentável o que o senhor fez relativamente a isso.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lamentável da sua parte!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Membro do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para o debate da urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me permite, este assunto foi abordado na Conferência de Líderes e, de facto, o Sr. Deputado Francisco César informou a Conferência de Líderes, o Sr. Deputado Luís Maurício também se poderá levantar e dar o seu testemunho, aliás, como todos os outros líderes que aqui estão, que iria junto da bancada do Partido Socialista e da Comissão respetiva indagar o que é que se teria passado porque, efetivamente, o atraso é bastante grande e não se compreende numa matéria muito importante quanto esta.

Eu julgo que agora nós estamos aqui nem sequer é a discutir a urgência, é a emergência de aprovar esta urgência para se discutir este diploma, aliás, muito importante para a transparência (não vou entrar no diploma), mas que fique clarificado de uma vez por todas como é que as coisas se passam e se estão a passar.

Quanto às explicações, a Sra. Presidente da Comissão já as deu, o Sr. Deputado Paulo Estêvão já as deu também e todos os líderes parlamentares ouviram. É inconcebível que demore um ano para se fazer um relatório. Mas, sobre essa matéria, os intervenientes já se explicaram.

Para dizer também, e para terminar, que o CDS votará favoravelmente esta urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Para uma interpelação? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Para um esclarecimento à Sra. Presidente, que eu julgo que lhe é devido, tal como a todos.

Tal como foi referido aqui, foi-me questionada a razão pela qual haveria um relatório que deveria estar, supostamente, emitido e não estava há algum tempo, e aquilo que disse na Conferência de Líderes foi que iria questionar porque é que não estava pronto e foi o que fiz. A resposta que me foi dada internamente foi de que, à data da Conferência de Líderes, o relatório já estava feito e que a razão pela qual antes não teria sido produzido tinha a ver com as prioridades que tinham sido delineadas durante o período da pandemia. Ou seja, a instrução que tinha sido dada era despachar tudo o que tivesse a ver com pandemia, e nós sabemos que isto é verdade, e que depois não houve oportunidade de fazer o relatório.

Mas bom, eu penso que a questão não se coloca aí. O Partido Socialista aprovou a urgência.

Deputada Graça Silveira (Independente): Aprovou? Ainda não foi votado!

Deputado André Rodrigues (PS): Mas a Presidente da Comissão já disse que íamos votar a favor!

O Orador: O relatório foi emitido, vamos então à discussão do diploma.

O que lhe posso dizer, e acho que é justo dizer, é que o esclarecimento que eu solicitei ao meu grupo parlamentar foi saber a razão pela qual não havia relatório. Foi-me dito que havia já relatório produzido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Confirmo que efetivamente foi isso que aconteceu na Conferência de Líderes e, portanto, estamos em sintonia.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação, Sra. Presidente, primeiro referenciando aqui que não foi o PPM que provocou esta questão, que é uma questão menor e que é uma questão burocrática, que é uma questão que não tem interesse nenhum, mas que alguém insistiu em relação a isto.

Mas também lhe devo dizer, porque a Sra. Presidente tem nesta matéria um conhecimento específico, porque V. Exa. quando faz uma agenda verifica quais são as iniciativas a respeito das quais existem relatórios. E a pergunta que lhe faço é se no âmbito da última Conferência de Líderes à data em que eu lhe apresentei a reclamação sobre o facto de um relatório cuja última audição tinha sido para aí há seis meses, se esse relatório estava pronto? É um dado objetivo.

Na data em que agendou, em que preparou/seleccionou os assuntos que seriam incluídos na agenda desta sessão, se nessa data estava ou não estava este relatório concluído? Essa é a pergunta e é uma pergunta objetiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, pela sua interpelação.

O relatório nessa data não estava pronto. O que eu fiz foi aquilo que me pediu. Liguei à Sra. Presidente da Comissão para saber o motivo e a resposta que me foi dada foi que o relatório estava em fase de conclusão e que já tinha sido remetido. Aliás, atesto que tudo o que está a ser dito aqui é exatamente o que aconteceu.

Deputada Graça Silva (PS): Estava à espera da sua resposta!

Presidente: Portanto, acho que podemos passar à votação, se não há mais inscrições.

Vamos então votar este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Pedido de Urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado por unanimidade este Pedido de Urgência, vamos então ...

Para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16h25.

Eram 15 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 31 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, tendo sido aprovado o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, passamos agora para o ponto 24 da nossa agenda:

Projeto de Resolução n.º 159/XI - “Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo

Regional dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que vamos discutir agora é um assunto de enorme importância.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Estamos a falar verdadeiramente de um eixo fundamental do funcionamento de qualquer sistema democrático, que é: a informação. A informação, como é que ela é gerada, nomeadamente a informação institucional, e como é que ela é veiculada.

E a verdade é que nós vivemos num sistema político que não gera alternância. Aqui, estamos a viver há 24 anos com o mesmo partido a governar a Região. Trata-se de uma anormalidade democrática. Trata-se de uma situação inaceitável. São gerações inteiras que vivem dominadas pela hegemonia do mesmo partido durante décadas, que abafa, que oprime, que asfixia o pluralismo e asfixia a democracia.

E a verdade é que esta é uma constatação que o anterior Presidente do Governo Regional, Carlos César, já fazia em 96, quando era ele que estava na oposição e que esteve na oposição durante 20 anos. Dizia ele, Carlos César, em 1996, no Açoriano Oriental: “20 anos em qualquer parte do mundo é demais, criam-se clientelas e favoritismos.” Era isso. E tinha toda a razão em o dizer. O problema está que os senhores, alguns dos quais que aqui se sentam, estavam nessa época na oposição e sentiam que 20 anos era demais em qualquer parte do mundo. Agora pensam exatamente o contrário porque são os senhores que detêm o poder. E detêm o poder utilizando os instrumentos da autonomia para abafar, para esmagar o pluralismo na Região

e conseguirem um conjunto de maiorias absolutas que sucedem legislatura após legislatura.

E o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, nesse contexto, é fundamental. Os senhores criaram algo que é muito raro, que existe em muitos poucos sítios, criaram uma estrutura imensa de propaganda, uma estrutura que produz notícias que não têm qualquer tipo de objetividade, que produz notícias que têm um único objetivo, que é: intoxicar a opinião pública com informação que muitas vezes não corresponde à realidade.

E deve-se dizer até que alguns desses profissionais (vejam bem como é que isto é apresentado) fazem perguntas ao Governo, e o Governo veicula que um determinado Membro do Governo respondeu isto, isto e aquilo. É evidente que nunca lhe fazem perguntas difíceis. O que ali está é uma seleção das notícias da propaganda que interessa ao Governo Regional veicular. E, portanto, é isto que sucede com o Gabinete de Apoio à Comunicação Social. E o que ele significa, meus senhores? O que ele significa? Quase meio milhão de euros por ano! Quase meio milhão de euros por ano que são gastos numa instituição deste tipo, quando os nossos órgãos de comunicação social estão a passar por uma situação de penúria absoluta, estão a ficar completamente sem capacidades! Os senhores gastam meio milhão de euros nesta agência de propaganda e ainda gastam mais meio milhão de euros, entretanto, nos jornalistas e em todas as instituições e nas despesas que fazem em cada gabinete do Governo, que também, por sua vez, tem esta incumbência.

E, portanto, se juntarmos tudo, estamos a falar de 1 milhão de euros que é gasto com a vossa comunicação, que o mesmo é dizer na vossa propaganda. E é evidente que nas sociedades atuais este tipo de produção de notícias, a forma como isto é veiculado e a magnitude dos meios de que os senhores dispõem faz toda a diferença.

Por tudo isto, esta iniciativa é uma iniciativa que pretende defender a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, para apoiar a democracia, para permitir a democracia nos Açores, porque ele não é necessário, porque é um escândalo, um autêntico escândalo que os senhores gastem 1 milhão de euros nesta matéria todos os anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Só isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega do Governo:

Traz-nos aqui, o PPM, um Projeto de Resolução que visa extinguir o Gabinete de Apoio à Comunicação Social. E se dúvidas houvesse, esta apresentação do diploma pela parte do Sr. Deputado Paulo Estêvão clarificou aquelas que são as suas intenções e também aqueles que são os pressupostos que motivam esta proposta.

Veja-se bem, Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão entende que, afinal, o facto de o Partido Socialista ganhar as eleições não decorre da vontade do povo, a culpa disso é do GaCS, veja-se bem.

Deputado Marco Costa (PSD): Vai com calma!

O Orador: É o GaCS que faz com que o Partido Socialista ganhe as eleições na nossa Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Também! Não só, mas também!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não só, mas também!

O Orador: Há essa questão, que segundo o Sr. Deputado Paulo Estêvão é um pormenor, que é a vontade do povo que legitimamente e em liberdade escolhe nas eleições regionais aquele que é o seu Parlamento e do qual decorre, como sabem, o Governo Regional.

Ora, vamos a factos e explicar aquilo que é o GaCS, o que é que faz o Gabinete de Apoio à Comunicação Social e para que é que serve o GaCS. Aliás, o GaCS que decorre e existe há longos anos na nossa Região, sendo, digamos, permitam-me a expressão, um herdeiro daquilo que era antigamente o GIA – o Gabinete de Imprensa dos Açores. O GaCS é uma estrutura da Administração Regional.

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma boa preparação!

O Orador: O GaCS é uma estrutura com funcionários da Administração Pública Regional, com o respetivo conteúdo funcional, que desempenham funções na Administração Regional e que, por isso, não respondem perante qualquer partido político, mas sim perante aqueles que são os seus direitos e os seus deveres no âmbito das suas funções na Administração Regional.

O GaCS é, por isso, composto por pessoas idóneas, até prova em contrário, pessoas sérias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não têm nomeação política?

O Orador: ... e funcionários da Administração Pública no desempenho das suas funções. E que, devo dizer, no âmbito das suas funções, não merecem, na nossa perspetiva, que a sua seriedade possa ser colocada em causa no âmbito do trabalho que desempenham.

E o GaCS tem desempenhado funções ao longo dos anos e aquilo que faz é, resumidamente, divulgar aqueles que são os eventos culturais, os eventos desportivos, as notas relativamente à Proteção Civil, aos eventos sísmológicos, aos alertas da Proteção Civil quando há alertas relativamente a mau tempo e também divulgar e congregar a informação que lhe chega de cada um dos gabinetes de cada um dos Membros do Governo e, conseqüentemente, divulgar também essa informação junto da comunicação social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ataques ao PSD também!

O Orador: E no GaCS, desde 2013 até hoje, não se verifica qualquer tipo de aumento nas despesas afetas a este gabinete. Pelo contrário, até se verifica um decréscimo nessas despesas. Houve, durante esse período, uma pequena variação que teve que ver com a justa valorização remuneratória dos trabalhadores da Administração Pública, valorização remuneratória no âmbito daquilo que constou do Orçamento do Estado, dos trabalhadores da Administração Pública, e que, por isso, teve também efeito, e ainda bem, nos trabalhadores da Administração Pública que exercem funções no Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

E diz o Sr. Deputado Paulo Estêvão, diabolizando esta estrutura, que também os gabinetes dos Secretários e dos Membros do Governo têm assessores de imprensa e que, por isso, estamos a falar de mais meio milhão de euros para essa área. Não é verdade, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É, é!

O Orador: Há, aliás, uma orientação clara do Sr. Presidente do Governo, em que qualquer assessor de imprensa que desempenha funções num gabinete de um Membro do Governo Regional só pode ganhar mensalmente no máximo, tem como teto máximo o valor bruto de 1900 euros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só!...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Acha pouco?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acha pouco?

O Orador: Não estou a dizer que é só ou que não é só, estou a dizer que é muito longe do relato que o Sr. Deputado Paulo Estêvão faz. E essas pessoas, trabalhando com total isenção de horário, trabalhando de noite e de dia para aquilo que for necessário, sem fins de semana, sem feriados, têm um vencimento líquido por mês na ordem dos 1300, 1400 euros. Portanto, é isso que estamos a falar.

E até devo dizer que há Membros do Governo que não têm assessor de imprensa. Eu não tenho assessor de imprensa por opção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não precisa!

O Orador: Não tenho no meu gabinete alguém que exerça funções na área da assessoria de imprensa. Tenho uma chefe de gabinete, um assessor jurídico e um assessor que trata das questões relacionadas com o PROMÉDIA e com os assuntos na área da juventude. E, portanto, eu, enquanto Membro do Governo, não ativei essa prerrogativa de poder ter uma assessoria de imprensa através deste modelo.

E, portanto, é disto que estamos a falar quando falamos do GaCS.

Deputado Marco Costa (PSD): Hão de se candidatar à vaga!

O Orador: É disto que estamos a falar quando falamos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social na nossa Região, que teve, no ano de 2019, encargos globais na ordem dos 490 mil euros, no âmbito, obviamente, dos vencimentos das pessoas que lá trabalham e que fazem o seu trabalho de forma séria. Há, no GaCS, um coordenador que é nomeado político, digamos assim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quanto é que ganha? 1900 euros?

O Orador: E, portanto, é essa a única pessoa que, no âmbito das suas funções, é nomeado para a coordenação do Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Portanto, é disto que estamos a falar. As pessoas do Gabinete de Apoio à Comunicação Social não ganham mais do que os outros. Os funcionários que lá desempenham funções não respondem perante qualquer partido político, desempenham sim as suas funções de forma séria e idónea no âmbito daquele que é o seu conteúdo funcional na Administração Pública Regional.

E, relativamente a esta matéria, eu não posso também deixar de dizer o seguinte, porque isso tem sido transversal nesta narrativa do Sr. Deputado

Paulo Estêvão quando se refere ao GaCS e a outras questões: é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na minha humilde opinião, baseia a sua intervenção política num pressuposto com o qual eu não posso concordar, que é a permanente estupidificação das pessoas...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a permanente estupidificação da comunicação social. Porque diz o Sr. Deputado que nós inundamos a comunicação social com notas de imprensa do GaCS. Pois bem, desde logo, a comunicação social só utiliza as notas que sai do GaCS se muito bem entender. Mas ao mesmo tempo diz que a comunicação social está na penúria porque o Governo não apoia a comunicação social. Ou seja, como é que então o Governo domina a comunicação social se a comunicação social está na penúria porque o Governo não apoia a comunicação social?

E, portanto, eu, de facto, acho que o Sr. Deputado Paulo Estêvão diz uma coisa e o seu contrário na sua intervenção, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É a incoerência!

O Orador: ... nesta ânsia, nesta cegueira permanente de atacar o Governo, numa visão sectária da sociedade. Nós acordamos de manhã e o que é que pensamos fazer logo? É criar problemas e constrangimentos ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. E criar no Gabinete de Apoio à Comunicação Social uma estrutura e alguma coisa que dificulte a vida ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Ó Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é assim, não é de facto assim, como tive oportunidade e acabei de explicar. E reitero aquilo que disse: o Sr. Deputado tem, no âmbito da sua ação política, essa estratégia permanente de estupidificação das pessoas...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É isso mesmo!

O Orador: ... e de estupidificação permanente da comunicação social, pressuposto e estratégia com a qual nós não concordamos.

O Gabinete de Apoio à Comunicação Social é uma estrutura que desenvolve o seu trabalho, que divulga a ação, penso que legítima, do Governo Regional. E pôr isso em causa, bom, pôr isso em causa seria eventualmente também pôr em causa aquele que é o trabalho dos gabinetes de apoio à comunicação social que tem cada um dos partidos, legitimamente, fazendo as notas que muito bem entendem, dando nota pública que muito bem entendem, divulgando as suas atividades como muito bem entendem.

E, portanto, é isto que faz o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, sem qualquer tipo de drama, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... sem qualquer tipo de dramatização ou sem qualquer tipo de lançamento de anátemas ou de fantasmas relativamente a esta matéria, porque, felizmente, os açorianos não se deixam estupidificar. São, felizmente, uma sociedade cada vez mais informada relativamente à atividade política, relativamente àquilo que cada um entende.

E estou certo também que os açorianos não se deixam comprar e muito menos se deixam enganar, seja pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social, seja por aquilo que for.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Microfone, por favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fiquei ainda mais preocupado do que aquilo que já estava com a intervenção do Sr. Secretário Berto Messias.

Deputado Carlos Silva (PS): Não fique preocupado!

O Orador: É que, afinal, imagine-se, o GaCS é um órgão da Administração Pública, constituído por funcionários públicos. Se assim é, Sr. Secretário, estão sujeitos às regras e ética da função pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: E se é assim, Sr. Secretário, não vão para o Facebook insultar os dirigentes partidários, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... que é o que fazem os funcionários do GaCS, alguns deles! E posso-lhe mandar os prints (como modernamente se chama). E não precisávamos, talvez, de sair desta Casa para encontrar algum.

Se é assim, Sr. Secretário, vai ter queixa na Inspeção Regional para saber qual o código de conduta e de ética de um funcionário público.

Deputado Carlos Silva (PS): É quando quiser!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É porque eu quero saber qual é. Se são da Administração Pública, ainda é mais grave o que o senhor disse. É que a Administração Pública é politizada pelo Governo. Temos uma Administração Pública politizada e isso não pode ser, Sr. Secretário Regional! Eu não posso aceitar que o senhor tenha dito... O senhor, naturalmente, enganou-se a dizer isso! Não queria dizer isso! Eles estão ao código de ética da função pública? Conhece a Lei de Trabalho em Funções Públicas? Sabe quais são as regras que se aplicam?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Eu gostaria que me explicasse, se são funcionários da Administração Pública. Ou são funcionários ao serviço do Governo?

E, Sr. Secretário, se havia o “GICA” ou “GIGA” ou lá o que se chamava, se houve o GaCS, quando foi criado, hoje em dia não se justifica de maneira nenhuma, porque o acesso maciço de qualquer pessoa em casa... Há jornalistas que não saem de casa. Aliás, a pandemia também provou isso, que conseguem fazer sem sair de casa. E, portanto, se, aqui há uns anos, era necessário haver um GaCS, sério, independente, isento, talvez fizesse sentido. Hoje em dia, não faz nenhum sentido com o acesso aos meios digitais, com o acesso à internet e todos os meios disponíveis. Não faz nenhum sentido, Sr. Secretário.

Mas mais grave é que o senhor, e para usar a sua expressão, o GaCS não é um gabinete de apoio à comunicação social. Apoio?! Eu gostaria que me explicasse em que sentido e em que perspetiva, Sr. Secretário, porque, para usar a sua palavra, talvez seja o gabinete da estupidificação da comunicação social. Talvez seja isso. Gabinete de Apoio à Comunicação Social?!

Ó Sr. Secretário, falou na Proteção Civil, da importância do GaCS na Proteção Civil?! Eu, por acaso, Sr. Secretário, tive o cuidado de lá dentro ver o mês de junho... não, este mês só, de julho. Das quase uma centena de notícias, sabe quantas tem da Proteção Civil ou da Cultura? Uma.

Mas vou-lhe ler, Sr. Secretário, o GaCS, 10 de julho:

“Governo dos Açores lança campanha de eficiência energética dirigida às empresas e indústrias.” Muito informativo;

Segunda notícia, “O Governo dos Açores vai cumprir compromissos firmados com os trabalhadores dos matadouros.”;

“O Governo dos Açores reitera posição sobre o Quadro Financeiro da União Europeia.”;

“Concluída a primeira fase de reformulação do Nó da Relva.”;

“Agenda do Governo para o dia 10 de julho.”;

“Plano de reestruturação da SATA será apresentado aos Deputados, logo que esteja formalmente concluído.”;

“Agenda do Governo dos dias 10 e 11 de julho.”;

“Novo quartel de bombeiros e perspetiva de futuro ao trabalho dos bombeiros, afirma Vasco Cordeiro.”;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Propaganda!

O Orador: Dia 9 de julho:

“Executivo está a trabalhar com a Associação de Turismo dos Açores e operadores (...)”;

Mais, “Governo do Açores solicita ao Governo da República que intensifique as diligências junto do POSEI.”;

“Agenda do Governo para 9 de julho.”;

“Novo regime jurídico acautela especificidades e valoriza os guardas florestais nos Açores, afirma João Ponte.”.

Deputado Carlos Silva (PS): E o comunicado da Autoridade de Saúde?

O Orador: E, portanto, só tem aqui uma depois: “Sismo de magnitude 2,6 na ilha Terceira.”

Ó Sr. Secretário, o senhor não queria dizer o que disse! E, portanto, nestas notícias todas, Sr. Secretário... O senhor acha que isto é correto? Isso é politizar, isto é catequizar a comunicação social! É a cartilha que os senhores vendem todos os dias!

Deputado Francisco César (PS): Não usem!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Não usem?!

O Orador: É a cartilha que os senhores vendem todos os dias! Porque apoiar a comunicação social era num verdadeiro PROMÉDIA de apoio à comunicação social!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E era isso que o senhor tinha que fazer, mas foi isso que o senhor não fez!

E gastar meio milhão de euros para andar a fazer propaganda política da mais pura e dura, como eu aqui demonstrei, ...

Deputado Francisco César (PS): Não demonstrou!

O Orador: ... Sr. Secretário, é esbanjar o dinheiro dos açorianos, quando o Governo dos Açores espera por Mecenas para comprar ventiladores, quando o Governo dos Açores espera por Mecenas para ter um extrator de RNA! E gasta meio milhão de euros num gabinete de estupidificação da comunicação social, de pura propaganda política.

Mas, se quiser, eu depois vou-lhe ler as outras notícias. É porque tem muitas mais para ler e são todas...

Agora, se são funcionários públicos, também no GaCS vão passar a ser publicados os comunicados do CDS, que enviar. Vai enviar para o GaCS. Se é Administração Pública, está ao serviço de todos os açorianos e não ao serviço de um Governo, porque senão é um organismo político criado por V. Exas., alimentado por V. Exas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é absolutamente evidente para todos é que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social é um gabinete de propaganda pura e dura! É um gabinete de propaganda pura e dura! É um gabinete...

Dizia V. Exa.: bom, uma coisa não pode ser outra coisa, porque se nós enfraquecemos a comunicação social não lhe concedendo apoios, como é que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social pode fortalecer a

comunicação social? Pois, o que eu lhe digo é: enfraquecendo a comunicação social, tendo cada vez menos trabalhadores, menos jornalistas, tendo cada vez menos meios. V. Exas. colocam à disposição da comunicação social uma informação que pressupostamente deveria ser neutral e institucional, mas essa informação que V. Exas. colocam à disposição é uma informação falsa.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Aliás, ao longo deste período, eu encontrei várias informações. Por exemplo, há cerca de 1 ano e tal, demonstrei claramente que as notas do ensino secundário, as vossas comunicações, as comunicações do Gabinete de Apoio à Comunicação Social eram falsas, absolutamente falsas, tinham várias incorreções. Ficou profundamente demonstrado isso. Ficou demonstrado. E que as incorreções todas eram no sentido de favorecer a informação institucional.

E, depois, o Sr. Deputado Artur Lima fez aqui referências de vários Membros do Governo que dizem, dizem, dizem... Quem é que lhe perguntou? Mas não são os jornalistas que fazem perguntas aos Membros do Governo?! Quem é que lhe perguntou? Quem é que lhe fez a pergunta? É que para quem lê aquelas notícias...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que faz as perguntas nas conferências de imprensa?

O Orador: ... parece que aquela pergunta foi feita por um jornalista, mas não foi! Mas não foi feita por um jornalista! Por isso é que aquelas perguntas, que eu imagino que nem deverão ter sido feitas, é uma pergunta... Olha, uma pergunta destas para que esta informação possa sair. E é-me relatado por jornalistas, nesse mesmo dia em que sai essa pergunta que não é feita pelo jornalista, que, entretanto, poderia fazer o contraditório, essa pergunta que aparece, esse mesmo Secretário não esteve disponível para responder às perguntas dos jornalistas. Telefonaram-lhe: ah, o Sr. Secretário não está

disponível. Mas, entretanto, uns minutos depois, aparece a resposta a uma pressuposta pergunta. De quem? De algum órgão de comunicação social? Não! A pergunta é feita por um funcionário político que vocês lá têm, para responder a essas questões!

Por isso, meus senhores, eu que sou de história estou farto de estudar este tipo de fenómenos. Todos os sistemas hegemónicos, todos os sistemas não democráticos precisam de um gabinete de propaganda.

Os senhores podiam ao menos mudar-lhe o nome, ficava claro. Não era Gabinete de Apoio à Comunicação Social, era gabinete de propaganda, que é o que os senhores lá têm.

E, depois, dizer-vos também, dizia o Sr. Secretário Berto Messias: bom, eu até nem tenho assessor... Bom, eu fiz as contas, há cerca de 3 anos, e divulguei essas contas junto da comunicação social. E não foram contestadas. Eu fiz as contas. Fui às vossas publicações todas, fiz as contas. Os senhores gastam, no Governo, meio milhão de euros. Meio milhão, dentro do Governo. A que tem que se somar outro meio milhão no Gabinete de Apoio à Comunicação Social. 1 milhão de euros é o que os senhores gastam com isto.

Se já têm assessores, se já têm serviços no âmbito desses gabinetes, com jornalistas, eu pergunto-vos o seguinte: então para que é que precisam do Gabinete de Apoio à Comunicação Social? Os senhores não estão a duplicar as funções? É que, pelo que sei, aquilo é um trabalho em equipa, é o Gabinete de Apoio à Comunicação Social mais os jornalistas que trabalham para os diversos gabinetes de informação da comunicação social.

Daqui a pouco, os senhores não governam. Aliás, os senhores pouco governam. Os senhores o que remetem é propaganda, propaganda, propaganda, todos os dias junto das pessoas.

E, portanto, o que vos quero dizer é que, de facto, Sr. Secretário Berto Messias, repudio as suas afirmações. Os senhores é que estão a estupidificar, estão a tentar estupidificar o povo açoriano. Estão a inundar de notícias falsas o povo açoriano.

Que não são os senhores que pagam, é pago pelos impostos de todos nós! E através dos impostos de todos nós, os senhores financiam um gabinete de propaganda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro colega do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, é certo que, segundo a vossa perspetiva, o Governo tem imensos e muitos poderes, mas o Governo ainda não tem o poder de criar ocorrências na Proteção Civil para que daí decorram notas no GaCS sobre ocorrências na Proteção Civil.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está!

O Orador: E, portanto, isso nós ainda não conseguimos. E, portanto, se há poucas notícias...

Eu posso esperar que atenda o seu telefonema porque eu estou a falar para si. Já combinaram? Muito bem.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, se existem poucas notícias na área da Proteção Civil no GaCS, ainda bem. Ainda bem. É sinal que não existem ocorrências na área da Proteção Civil e, portanto, não é necessário que o GaCS dê nota dos alertas sobre essa matéria.

E no GaCS, obviamente, com toda a legitimidade que o Governo tem, no GaCS estão também as notas públicas e as posições públicas dos Membros

do Governo, daquela que é a nossa perspetiva relativamente a determinadas matérias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é da função pública!

O Orador: Da mesma forma que todos os partidos políticos também dão nota pública dos seus posicionamentos através dos seus órgãos de comunicação internos, que também são, Sr. Deputado Paulo Estêvão, pagos pelos impostos de nós todos. E ainda bem que assim é, a bem da nossa democracia.

E, Sr. Deputado Paulo... Artur Lima, eu estou a confundir-vos muita vez, peço imensa desculpa. O Sr. Deputado Artur Lima levanta e refere um exemplo de uma pessoa que deu nota da sua opinião no Facebook sobre...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um assessor do GaCS!

O Orador: Ó Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado está a insinuar que uma pessoa por trabalhar na Administração Pública não tem direito a ter a sua opinião?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um assessor do GaCS!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima está a insinuar que uma pessoa não pode expressar livremente a sua opinião nas redes sociais, seja sobre o CDS, o PSD, o PS ou o Governo?! Eu até, Sr. Deputado, se assim entender, posso também dar-lhe vários exemplos de trabalhadores da Administração Pública que estão em vários partidos políticos e que, livremente, no Facebook, dão nota do seu desagrado sobre as medidas do Governo Regional para o qual esses funcionários também desempenham funções na Administração Pública. E ainda bem que assim é. Mas vejo, Sr. Deputado Artur Lima, que está a pôr em causa a liberdade de expressão de uma pessoa, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... só porque essa pessoa trabalha na Administração Pública Regional. E, portanto, fica também isso registado.

E devo dizer também, veja-se o que estamos a discutir: os Srs. Deputados acusam o Governo de falta de transparência, mas eu recordo que o GaCS é precisamente o repositório de todas as posições públicas de todos os Membros do Governo sobre todas as matérias. Portanto, se não houvesse GaCS, os senhores não podiam estar aí a referir as nossas notas, aquilo que foi dito e a tentar aproveitar alguma espécie de contradição. Portanto, eu diria que o GaCS é o Gabinete de Apoio à Comunicação Social e é também um gabinete de apoio aos partidos da oposição no nosso Parlamento.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O argumento arrogante!

O Orador: E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós concordamos em algumas coisas, discordamos em muitíssimas coisas, mas há uma coisa que nós sabemos: é que, felizmente, e ainda bem para nós todos, nós temos nos Açores uma democracia madura, uma democracia consistente e uma democracia onde as pessoas não se deixam enganar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): 20 anos já não é demais?

O Orador: ... e não se deixam estupidificar. Os açorianos são gente de craveira, que não se deixa enganar nem muito menos condicionar-se pelas notas do GaCS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixavam-se enganar até 96!

O Orador: Nem a comunicação social assim deixa que isso aconteça.

O GaCS emite as notas dos gabinetes dos Membros do Governo, emite informações que eu julgo serem informações de relevantíssimo interesse

público. Veja-se, por exemplo, o trabalho que o GaCS desenvolveu no âmbito daquelas que foram as notas públicas dadas no âmbito da pandemia, ou veja-se o trabalho que o GaCS desenvolveu de apoio ao subsite criado sobre a COVID, que tem um conjunto de informações de grande relevância e de grande interesse público para a nossa Região. É isso que o GaCS faz. O GaCS não desenvolve estas estratégias fantasmagóricas que o Sr. Deputado Paulo Estêvão defende.

Existe o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, desempenha as suas atividades e as suas funções por gente séria e idónea no âmbito dos seus conteúdos funcionais da Administração Pública, mas também emite, diga-se, aquela que é posição política do Governo Regional dos Açores, enquanto órgão de Governo próprio, eminentemente político também, que tem também a legitimidade de... emitir as suas opiniões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Omitir! Dizia bem, omitir!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem! É assim que a democracia funciona, Sr. Deputado!

O Orador: Exatamente no mesmo patamar que as Sras. e Srs. Deputados, todos têm também a legitimidade e o direito de dar nota pública das vossas posições. Assim é, felizmente, a democracia na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado João Vasco Costa (PS): Agora regressamos a 91!

O Orador: O PSD acompanha uma parte do diagnóstico feito pelo PPM sobre o GaCS, designadamente em duas vertentes: ...

Deputado Carlos Silva (PS): Sectária!

O Orador: A primeira das quais, que podendo ser de uma epígrafe, mas que não se fica por aí, é de matéria, é de substância, de que não se trata de um gabinete de apoio à comunicação social, é um gabinete de informação;

E a outra vertente na qual acompanhamos o PPM é quanto à estrutura empolada que este gabinete ao serviço do Governo Regional tem efetivamente. Para as funções de comunicação institucional, que um governo também deve ter, não é, obviamente, necessário uma estrutura com esta dimensão e com os custos que o GaCS efetivamente tem.

E estamos a falar em termos gerais e absolutos, sem a referência sequer à existência de assessores de imprensa e outros profissionais de comunicação que trabalham nos gabinetes dos Membros do Governo. E, portanto, só o GaCS em si é já uma estrutura com uma dimensão que não faz sentido, que choca, que deve chocar qualquer açoriano pelos custos que tem, se acrescermos a isso a circunstância de os Membros do Governo Regional também disporem de um assessor de imprensa, que pode ter uma remuneração bruta de até 1900 euros. Mas eu chamo a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados para o facto de um vencimento bruto de 1900 euros corresponder a 2350 euros de encargos para a Administração Pública Regional, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O homem da precariedade!

O Orador: ... considerando os custos que a entidade empregadora obviamente tem também de suportar para efeitos de Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações.

Deputado Carlos Silva (PS): É o milagre da multiplicação!

O Orador: Portanto, aos cerca de meio milhão de euros que o Governo Regional gasta anualmente com o GaCS há a acrescer nunca menos de mais uns 300 mil euros com os assessores de imprensa, fotógrafos e outros profissionais de comunicação que trabalham nos gabinetes dos Membros do Governo. E, portanto, estamos a falar, muito por baixo, em 700 mil euros anuais, numa região pobre, como nós, infelizmente, ainda somos.

Deputado Carlos Silva (PS): E em 91 como é que era?

O Orador: Como nós, infelizmente, ainda somos. Somos uma região pobre e, infelizmente, continuamos a ser.

Difícilmente um açoriano percebe e aceita que uma parte do seu esforço para impostos seja gasta desta maneira, até porque (fazendo uma conta que também é simples) se esse dinheiro fosse disponibilizado para o investimento, com ajudas comunitárias, ele potenciava anualmente um investimento superior a 3 milhões de euros. E na nossa Região há carências suficientes, há carências bastantes que justificariam a canalização de dinheiro para esse fim.

Portanto, o GaCS tem uma estrutura que não se justifica, tem uma despesa que não se justifica e que choca qualquer açoriano de bom-senso. E, portanto, não faz sentido manter uma estrutura com esta dimensão. Faz, sim, sentido reestruturar o GaCS, reduzir o número das assessorias de imprensa do Governo Regional, usando, naturalmente, as poupanças obtidas aí para apoio, esse sim, apoio efetivo à comunicação social.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de propriamente me concentrar especificamente em alguns dos argumentos que aqui já foram lançados, eu pedia a compreensão da Sra. Presidente para referir-me a uma questão que para mim é da maior importância e que tem a ver com o relacionamento entre os Deputados, quer na Comissão, quer fora da Comissão, e quando eu digo os Deputados, incluo os responsáveis das Comissões, os responsáveis da Assembleia, etc., que tem a ver, ao fim e ao cabo, com o trabalho que todos nós temos. E digo isso porque alguns pormenores, que até escusadamente foram falados aqui, sobre os trâmites em que todo este processo decorreu não passaram para todos nós e para a opinião pública aquela imagem que eu tenho das Comissões onde já participei, onde as pessoas se relacionam pela boa-fé, pela camaradagem e sem qualquer tipo de preconceito.

E eu digo isto porque pode haver quem pense que a Comissão CAPAT funcionou mal. Pois, como a Sra. Deputada Marta Matos já explicou ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, o relatório, independentemente desse assunto ter demorado algum tempo na Comissão, por fatores diversos que não interessa aqui analisar, independentemente disso, o relatório foi enviado a todos os líderes no dia 29, que foi numa segunda-feira.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, outra vez? Este assunto já não estava esclarecido?

O Orador: Esta questão está esclarecida, mas o que eu quero dizer eu já chego lá.

E nós, a instrução que temos é: até à quinta-feira, à meia-noite, entregar tudo o que ficará disponível para o Plenário, tudo relatado. E, de facto, na quinta-feira, às 2h da tarde, isso estava entregue.

E se o Sr. Deputado Paulo Estêvão, pessoa por quem eu tenho grande consideração pelo esforço que ele coloca e pelo empenhamento nas questões que levanta, tivesse de alguma maneira falado entre nós sobre a possibilidade de isso ser agendado, evidentemente que não se chegaria a toda esta confusão. Mas o que interessa é que isso está agora resolvido, está feito e interessa salvaguardar este tal ambiente de camaradagem e de boa-fé.

E é dentro deste ambiente, que é o ambiente que também muitas vezes eu partilhei com os meus colegas quando trabalhava na comunicação social, que queria também dizer que fiquei, digamos, um bocadinho impressionado, porque eu sei que o Sr. Deputado Artur Lima tem consideração pelos Deputados e pela comunicação social, fiquei também impressionado quando se deu aqui a ideia de que a comunicação social anda um bocado... a ideia que pode não ser a que o Sr. Deputado queria exprimir, que anda um bocado vendida ao Governo. E eu gostava de ir a factos. E os factos é que eu digo: o meu amigo e camarada Osvaldo Cabral, que dirige, por exemplo, o Diário dos Açores... Os senhores acham que o jornal está vendido ao Governo? O Correio dos Açores, do Américo Natalino Viveiros, com as reportagens que tem efetuado, está vendido ao Governo? A RTP Açores, nalgumas reportagens que faz...

Deputada Graça Silveira (Independente): Nalgumas! Está vendida numas, não está noutras!

O Orador: ... e que levanta muitos dos assuntos que depois até servem para a oposição falar, está vendida ao Governo?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Portanto, falar genericamente que os órgãos da comunicação social estarão vendidos ao Governo, acho que é um exagero.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É engraçado, não falou no Açoriano Oriental!

O Orador: É evidente que numa sociedade pequena, num meio pequeno e numa economia fraca é fundamental que os órgãos de comunicação social tenham a capacidade de desenvolver a sua missão. E isso é fundamental. Por isso, que eles tenham os meios para isso.

E o GaCS ou Gabinete de Informação dos Açores, como era antigamente designado, desempenha, na minha opinião, neste aspeto, um papel fundamental.

O GaCS não faz notícias! Quem faz as notícias são os jornalistas. O GaCS divulga informações, divulga eventos...

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: ... e divulga eventos da mais variada natureza. Até por experiência própria posso dizer que muitas das exposições de artistas diversos que não têm nada a ver com política, muitas das conferências, reuniões de médicos, reuniões da Ordem dos Engenheiros, etc., são conhecidas porque todas essas organizações solicitam a sua divulgação. O GaCS concentra uma série de notícias e dá essas notícias e põe essas notícias...

Deputada Graça Silveira (Independente): Ah, notícias! Informação não! Notícias! Foi-lhe a boquinha para a verdade!

O Orador: Não, o que eu disse foi...

Deputada Graça Silveira (Independente): Notícias!

O Orador: A senhora está a interpretar mal o que eu estou dizendo!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: As notícias que são fornecidas por essas entidades ao GaCS, o GaCS divulga como informação. Porque uma notícia tem várias componentes, uma das quais uma componente que é uma componente opinativa. Eu não tenho visto no GaCS comentários. Divulgação, sim, de declarações, de posições. Ou seja, a própria propaganda, que se define como um conjunto de atos que tem por fim divulgar uma doutrina, uma determinada opinião, acho que o GaCS não divulga uma doutrina, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Acho que encaixa perfeitamente!

O Orador: ... divulga é uma série de eventos.

E a informação do GaCS é fundamental para os órgãos de comunicação social. E os órgãos de comunicação social até recebem essas informações e fazem a sua investigação.

Deputada Graça Silveira (Independente): Precisam de meios para fazer investigação!

O Orador: Não é propriamente um copy-paste. Fazem a sua informação e muitas vezes até essa informação é utilizada para desmentir informações do Governo. Quantas vezes eu já não vi o Governo divulgar através do Gabinete de Apoio à Comunicação Social que os combustíveis vão baixar, são mais baratos x do que no Continente. A seguir vem uma notícia no jornal: o Governo divulgou, mas não é bem assim, porque no site tal, tal, da Direção de Energia...

E esse é o papel dos jornalistas. Pode às vezes ser feito de uma forma melhor, pode outras vezes ser feito de uma forma que não é aquela que concordamos que seja a melhor. Mas é evidente que o papel dos jornalistas é sempre um papel que agrada a uns e não agrada a outros. Muitas vezes, quando estamos na oposição, não gostamos. Quando estamos na posição, digamos, quando somos do regime que está no poder, não gostamos. Mas, enfim, a interpretação e os comentários são sempre subjetivos.

O certo é que os órgãos de comunicação social, especialmente nesta fase onde há muitas notícias, que não são notícias, são boatos e rumores que circulam nas redes sociais, os órgãos de comunicação social com responsabilidade são essenciais e precisam de apoios diversos. O GaCS, na minha opinião, é um desses apoios.

O Sr. Deputado Joaquim Machado falou também numa estrutura empolada. Pois, o GaCS tem 16 funcionários distribuídos por diversas ilhas dos Açores. Eu penso que são 9 funcionários em Ponta Delgada, 3 na Horta e 4 em Angra. Eu não sei se isso é uma estrutura empolada. Para tanta coisa que há a divulgar, eu não considero, de facto, uma estrutura empolada.

Em relação aos custos, há muito que se lhe diga, porque parte desses custos, para além do pessoal, há equipamentos, há as transmissões, enfim, há uma série de coisas que são importantíssimas hoje em dia.

Não há empresa com determinada dimensão, não há instituição, não há governo que não tenha um gabinete de comunicação. E se não tem, contrata. Aliás, isso não tem nada a ver com o assunto que está aqui em debate, mas toda a gente sabe que nas monarquias e as monarquias têm os melhores gabinetes de comunicação do mundo inteiro.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, nesse seu Projeto de Resolução, que recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, e nota-se quando se lê o Projeto de Resolução, ele fala de um problema, sim, que pode ser um problema, mas não é só por causa do Gabinete de Comunicação Social nem especialmente por causa do Gabinete de Comunicação Social. Ele, de resto, nas primeiras duas folhas, fala é que nos 43 anos de experiência autonómica nenhum Presidente do Governo foi reeleito, a alternância de poder nas Regiões Autónomas está altamente condicionada, não se trata de um fenómeno político isolado no âmbito do

funcionamento dos sistemas políticos contemporâneos (aí reconhece que é uma situação que se verifica em vários países)...

Portanto, o que está aqui em causa, e que nós não podemos concordar, ou seja, é a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social dos Açores, que existe há muito tempo, e, penso, do que temos ouvido dos órgãos de comunicação social, é benéfico para esses órgãos de comunicação social. Isso, extinção? Não!

Pode-se ou não concordar com algumas das atuações, mas o gabinete existe, o gabinete tem que existir, porque faz um papel fundamental para que os órgãos de comunicação social possam dar a conhecer ao povo açoriano os inúmeros eventos, não só de carácter político, que se passam por toda a Região e outros eventos fundamentais desde a previsão do tempo, ocorrência de sismos, etc., acontecimentos que são fundamentais para a nossa vida, até como agora aqui já foi referido, o caso da saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Caro Sr. Deputado Pedro Moura e caro amigo, tenho por si muita consideração e estima, como sabe. Já agora, faço-lhe uma sugestão e não me leve a mal a brincadeira, mas, já agora, proponha lá que o GaCS divulgue o horário das missas, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Das farmácias!

Deputado Francisco César (PS): Noutros tempos!

O Orador: ... o horário da Transmaçor, o horário da SATA, enfim, todas as festas do Espírito Santo, todos os eventos. Aí era uma verdadeira informação útil.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Aniversários de pessoas!

O Orador: Portanto, era uma informação útil.

Mas, Sr. Deputado Pedro Moura, eu vou esclarecê-lo, eu presumo que se referia àquilo que eu disse de manhã e não ao que eu disse à tarde sobre a comunicação social. Mas eu tenho aqui um livrinho que gosto muito, de uma pessoa que eu aprecio muito, que é o José Manuel Fernandes, o seu distinto colega, que diz o seguinte: “Num tempo (...)”, que é o atual porque este livro é de agora, “(...) em que as empresas de media tradicionais enfrentam enormes dificuldades e desafios, importa defender o jornalismo profissional e independente, até porque este desempenha um papel central no equilíbrio de sistemas de pesos e contrapesos e de governo limitado que caracterizam as democracias modernas.” É isso que eu penso da comunicação social. E se ela fosse assim, estávamos todos bem e a viver em democracia.

Mas, infelizmente, não é a comunicação social. Não confunda, nunca, meu caro Pedro, nem eu confundo, a árvore com a floresta. Como em qualquer classe, há bons e maus. E temos aqui exemplos de maus jornalistas, se me permite, com toda a frontalidade e sinceridade. O que eu tenho para dizer, digo. Não confundo nem as instituições... Eu não confundo um jornal com os seus jornalistas. Eu não confundo a RTP com os seus jornalistas. Agora, que na RTP há bons e maus jornalistas, há. Que há exemplos disso, há. Não tenho nenhuma dúvida. Mas não confundo a árvore com a floresta.

E julgo que, quer a RTP, quer a RDP, quer qualquer jornal privado, são fundamentais para a informação numa sociedade e para a liberdade. Podia citar-lhe mais duas ou três informações, mas tenho pouco tempo.

E dizer, Sr. Secretário Berto Messias, que hoje fiquei extremamente preocupado. Eu não sabia, ignorância minha, naturalmente, e eu pecador me confesso, que os senhores funcionários do GaCS têm contrato de trabalho em funções públicas, ou seja, estão obrigados ao cumprimento dos deveres e direitos dos funcionários públicos. E olhe que eu vou fiscalizá-los a partir de hoje, Sr. Deputado, porque o que o senhor acabou de dizer...

Deputado Carlos Silva (PS): Já podia ter fiscalizado!

O Orador: Aliás, o senhor tem aqui o nomeado Francisco Ribeiro, vou só referir os nomeados, e o aqui-nomeado Fernando Alvarino. E, portanto, não vou referir os outros trabalhadores. Mas vou-lhe dizer uma coisa: para 500 mil euros, fazendo uma continha por alto, cada um deles custa à volta de 2 mil euros por mês, Sr. Secretário Berto Messias.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Eles talvez trabalhassem de graça!

O Orador: Isto dá que pensar a um técnico superior de diagnóstico e terapêutica. Isto dá que pensar a um engenheiro que entra para a função pública. Isto dá que pensar a um arquiteto. Isso dá que pensar a muita gente, Sr. Secretário.

E lembro-lhe os princípios da Administração Pública, Sr. Secretário: o princípio da justiça e da imparcialidade, o princípio da igualdade, o princípio da colaboração e da boa-fé... “Os funcionários públicos, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios da neutralidade.” Quer que eu lhe leia mais?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Concordo consigo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E, portanto, os senhores, quando um funcionário público, que neste caso é um profissional de saúde, que foi ao Facebook fazer um comentário... Os senhores sabem que há ordens, que qualquer funcionário

público de uma secretaria, de um hospital, de um centro de saúde, que vai ao Facebook e faça um comentário, é chamado à administração? E aconteceu ainda durante a pandemia de um que foi obrigado a retirar o comentário com a ameaça de processo disciplinar, Sr. Secretário. E, portanto, não me venha vender essa, porque a mim não me vende essa, Sr. Secretário! Com a ameaça de processo disciplinar!

E o senhor sabe, podia-lhe dar mais exemplos de funcionários públicos que para manifestarem a liberdade da sua opinião têm que pedir autorização à chefia. É assim que manda a lei, Sr. Secretário! No GaCS não manda a lei.

E o GaCS não é nenhum gabinete de apoio à comunicação social, Sr. Secretário! Se quer apoiar a comunicação social, apoie nos fatores de produção para que a iniciativa privada possa pagar decentemente aos seus jornalistas. E não as fortunas escandalosas que aqui são pagas. De pura propaganda...

E, Sr. Secretário, se quer investir em informação aos cidadãos...

Sr. Deputado Joaquim Machado, há mais um que não foi cumprido, que é o canal parlamento. 2017, aprovado nesta casa e que os senhores não querem.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O Governo?

O Orador: É! E que os senhores não querem. Porque esse, sim, seria o verdadeiro serviço público e de informação independente a todos os cidadãos!

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A culpa é do Governo?

O Orador: É! E não me peça para explicar porquê!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Sobre este assunto gostaria de dizer, brevemente, duas ou três considerações e, obviamente, também expressar aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

É mais do que óbvio que, nos dias que correm, qualquer entidade que tenha alguma dimensão e alguma intervenção pública, e não só, qualquer entidade pública, qualquer empresa, tem de ter alguém, ou algum gabinete se se tratar de uma entidade de maior dimensão, que seja e tenha como sua função trabalhar na área da comunicação dessa mesma entidade, porque comunicar é essencial para qualquer entidade, e para um Governo, por maioria de razão, é obviamente essencial, como é essencial obviamente também para o Parlamento e para cada um dos partidos nele representados. Isso não está em causa nem pode estar em causa. E o Governo tem todo o direito e toda a legitimidade de ter, efetivamente, um gabinete de informação, que se chama, neste caso, de apoio à comunicação social, embora, julgo eu, que o apoio seja mais ao Governo do que propriamente à comunicação social, mas, obviamente, naturalmente, a informação que é emitida por esse gabinete é de utilização, como não podia deixar de ser, publica pela comunicação social, pelos cidadãos, pelos partidos políticos, por quem dela tiver qualquer interesse e por quem dela quiser fazer uso no seu legítimo interesse.

Aqui, nesse aspeto, obviamente, e dizendo já qual será o nosso sentido de voto, não votaremos a favor porque não consideramos que um gabinete de comunicação não deva existir por princípio. Irei-nos abster. E não vamos votar contra a proposta devido à outra parte dos argumentos que vou, obviamente, apresentar.

O facto é que o GaCS funciona muitas vezes e em muitas ocasiões como uma máquina de propaganda. Isso é factual. Obviamente que é uma avaliação de cada um, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há uns que não têm essa avaliação, é o caso do soldado que marcha sozinho!

O Orador: ... o Governo tem a sua, diz que não, mas eu julgo que isso é uma avaliação que é mais do que legítima perante o conjunto de notícias e a forma como essas notícias muitas vezes são veiculadas. E, nesse aspeto, consideramos, nessa perspetiva, considerando que deve existir um gabinete de comunicação do Governo, nada contra, mas que o gabinete não deve funcionar da forma como funciona.

E, por outro lado, há também a questão da dimensão e do custo que ele tem, que, em nosso entender, é manifestamente exagerado. Não se trata aqui de dizer se as pessoas devem ganhar mais ou menos, mas no seu conjunto é um custo acentuado e exagerado para aquilo que efetivamente deve ser um gabinete de comunicação, para além de que, também, legitimamente, o Governo tem os seus assessores de imprensa, os Membros do Governo que assim o entendam.

Posto isto, a posição do Bloco de Esquerda será de abstenção neste Projeto de Resolução por considerar que não cabe ao Parlamento dizer e promover a extinção por completo desse gabinete. Mas não deixamos de fazer a crítica à forma como ele funciona e à sua dimensão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Bom, as posições de cada uma das partes envolvidas neste debate são perfeitamente claras. O Governo entende que o GaCS é uma estrutura importante por aquilo que já explicou, faz, aliás, até parte daquele que é o dever institucional do Governo de divulgar aquela que é a sua ação. O que seria, Sras. e Srs. Deputados, se o Governo não divulgasse a sua ação? Os senhores acusavam-nos de falta de transparência, ...

Deputado Francisco César (PS): Naturalmente!

O Orador: ... mas por falta de estrutura que possa divulgar essa atividade.

A verdade é que os senhores defendem a extinção do GaCS e, portanto, defendem o despedimento destas pessoas que exercem funções no Gabinete de Apoio à Comunicação Social. É isso o que os senhores estão a fazer de forma muito clara.

E, Sr. Deputado Joaquim Machado, deixe-me dizer-lhe que eu não sou um apreciador do argumentário que recorre a matéria pré-1996 para justificar posicionamentos, quer do Governo, quer do Partido Socialista.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Aconselho-o a recorrer! Pois se não recorrer, recorro eu!

O Orador: No entanto, há matérias que exigem uma exceção nessa abordagem. E o Sr. Deputado é, de facto, uma dessas exceções. É que ouvir o Sr. Deputado falar do GaCS e da extinção do GaCS é mais ou menos como ouvir a raposa a falar da gestão do galinheiro, porque, Sr. Deputado Joaquim Machado, como o senhor muito bem sabe, V. Exa. teve funções de destaque no âmbito do Governo Regional, na altura na Subsecretaria Regional da Comunicação Social, penso que era essa a designação correta, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não era!

O Orador: ... e não há memória de qualquer ação de V. Exa. relativamente à vontade de extinguir o Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Aliás,

este não é do seu tempo, mas eu recordo-me de um Decreto Regulamentar Regional que previa que o GIA pudesse ter o máximo de 35 funcionários. Imagine-se, 35 funcionários!

Voices dos Deputados da bancada do PS: Ui!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é um exército!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, há matérias que, em que falar do período pré-1996 e da responsabilidade política dos Governos do PSD, merecem uma abordagem excecional tendo em conta que V. Exa. teve responsabilidades diretas, de grande destaque e de grande relevo, naquilo que era a gestão da comunicação social nos Açores e da relação institucional entre o Governo e a comunicação social.

Portanto, V. Exa. tem, obviamente, enfim, o direito e a legitimidade que o seu pensamento sobre esta matéria evolua, mas julgo que do ponto de vista político é relevante recordar estes momentos, em tempos idos, na nossa Região.

Sr. Deputado Artur Lima, eu concordo com o professor José Manuel Fernandes, pessoa que, aliás, conheço e com quem tive a oportunidade de me cruzar, em tempos idos, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Concordo e subscrevo tudo aquilo que ele disse, mas nós estamos a discutir outra... isso são questões filosóficas e doutrinárias de outro âmbito, no âmbito daquilo que é o papel da comunicação social nos dias de hoje. Nós estamos a discutir aquilo que está neste projeto resolutivo.

Mas deixe-me dizer, Sr. Deputado: não pode dizer que os trabalhadores do GaCS ganham fortunas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu fiz uma conta!

O Orador: Como se tivessem qualquer tratamento diferenciado relativamente aos trabalhadores da Administração Pública nas mesmas categorias, no âmbito dos conteúdos funcionais que tem na Administração

Pública. Ninguém no GaCS recebe mais do que qualquer outro funcionário público naquele patamar e naquele grau de funções.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então diga lá quanto é que ganha?

O Orador: O Sr. Deputado tem que se entender consigo próprio! O Sr. Deputado irrita-se porque há um trabalhador do GaCS que emite opinião no Facebook, com a qual, pelos vistos, o senhor não concorda e, portanto, insurge-se porque ele tem que garantir que não pode fazer isso, mas depois, ao mesmo tempo, acusa o Governo de ter repreendido um funcionário que, supostamente, no Facebook criticou o Governo e foi obrigado a tirar esse post.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: O Sr. Deputado tem que se entender consigo próprio porque isso não faz sentido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é que os senhores só fazem isso com esses!

O Orador: Aquilo que é importante é que todos tenham liberdade de expressão, que possam escrever no Facebook aquilo que entendem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sabe que eu sei!

O Orador: E não é pelo facto de desempenharem funções na Administração Pública que nós somos donos da sua opinião. Felizmente, não é assim. Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa posição sobre esta matéria é absolutamente clara.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor sabe, Sr. Secretário!

O Orador: O GaCS tem o seu papel, que é absolutamente claro, toda a gente o conhece. E não embarcamos, como já tive oportunidade de dizer, neste discurso de estupidificação das pessoas ou de estupidificação da comunicação social, como pretende fazer o Sr. Deputado Paulo Estêvão ao apresentar esta proposta e ao justificar esta proposta da forma como o fez,

porque aquilo que daqui resultaria no seu limite era o despedimento também destes funcionários que desempenham funções nesse gabinete.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Chegamos à conclusão que o GaCS é uma IPSS!

O Orador: E com isso nós, obviamente, também, além da utilidade e da importância do ponto de vista do interesse público e do dever de prestação de contas e de informação que o Governo dos Açores tem no âmbito do GaCS, também não concordamos, obviamente, que com esta proposta estas pessoas sejam remetidas para uma situação de despedimento e consequente desemprego.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia da mais barata que há e da mais stupidificada que existe! Os funcionários da SPRHI e da SAUDAÇOR onde é que estão?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nas suas casas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Estão a trabalhar, foram transferidos para outros serviços!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(* **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

Antes de mais, eu creio que o senhor se deve retratar perante a Câmara corrigindo a afirmação que colocou nas minhas palavras, que jamais eu proferi. Na intervenção que pude fazer há instantes jamais falei da extinção do GaCS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, vamos ser sérios na discussão...

Deputado Carlos Silva (PS): Vindo de si é difícil!

O Orador: ... e rigorosos! E por rigor, se eu posso parecer porventura a raposa, vai-me permitir que, com a simpatia que é normal nestas circunstâncias, diga que V. Exa. parece o patinho, porque previsível...

Deputada Graça Silveira (Independente): Pode ser galinha! Galinha foi o termo utilizado!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Ganso!

O Orador: E se o senhor não tivesse recorrido a 96 ou antes disso, teria eu feito essa referência, porque já na sua primeira intervenção disse que o GaCS era o herdeiro de uma estrutura existente. É verdade que é herdeiro, mas há herdeiros que gerem bem aquilo que recebem e há outros que, entre outras coisas, o que fazem é engordar. E no caso do GaCS o que aconteceu foi um crescimento, ficou obeso, um crescimento enorme, desproporcional, que choca qualquer um. E começa por chocar a própria comunicação social, porque, efetivamente, se nós considerarmos os 15 jornalistas do GaCS mais os assessores de imprensa todos, incluindo fotógrafos, que têm os Membros do Governo Regional, nós estamos perante a maior redação dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Muito bem!

O Orador: Não há nenhum jornal, nenhuma rádio local, nenhum jornal digital, nem sequer as empresas prestadoras de serviço público da rádio e televisão se têm uma estrutura com essa dimensão. E, portanto, isso diz bem do desajustamento que existe naquilo que é a composição do pessoal afeto à comunicação do Governo, que, volto a repetir, é necessária, não faz sentido que na época da comunicação haja um governo, uma empresa, uma estrutura, seja ela de qualquer natureza, uma junta de freguesia, que não se preocupe com a comunicação, porque isto é essencial nos nossos dias. Agora, isso é

uma coisa, outra é, de facto, esse sobredimensionamento que tem essa estrutura.

E relativamente a 96 ou a 95 ou a 94 ou a 93 ou a 92... posso responder pessoalmente desde 88 e posso responder politicamente desde 76.

O senhor vai-me permitir, mas não foi sério na observação que fez sobre o número de trabalhadores do gabinete de imprensa, nomeadamente o Decreto Regulamentar. Eu tenho aqui comigo três. E o senhor sabe e tem de saber que entre um quadro e o seu provimento muitas vezes também vai uma distância. E, portanto, se queria com rigor e seriedade debater este assunto, devia ter, efetivamente, feito o levantamento do que se passava.

O Gabinete de Imprensa dos Açores, que era assim que se chamava, enquanto fui Subsecretário, tinha três redatores em Ponta Delgada. Quando lá cheguei, tinha dois. Depois teve um terceiro. Três redatores em Ponta Delgada, um redator em Angra, um redator aqui na Horta. Essa foi a estrutura do GaCS. Vai dizer: bom, mas havia mais funcionários. Havia sim, senhor. Havia, designadamente, no caso de Ponta Delgada, cinco operadores de telecomunicações. O que faziam eles? O que faziam eles, em 1988? Faziam a comunicação de mensagens de texto de informação entre Secretarias e Serviços da Administração Regional através de telex, porque, na altura, nem todos os Serviços da Administração Pública Regional dispunham de meios financeiros para adquirir uma tecnologia que era muito recente e, por isso, muito cara, que eram os faxes.

Deputado Carlos Silva (PS): O homem do fax!

O Orador: E a estrutura vinha de trás. Não sei se por essa altura o senhor... não tinha idade ainda para ser militante do PSD ou da JSD, mas, pouco tempo depois, militava na JSD e concordava com isto tudo. Portanto, se quiser fazer uma intervenção séria sobre isto, inscreva-se. Nós temos muito gosto em debater.

Portanto, cinco operadores de telecomunicações. A Delegação de Angra do GIA, além do redator, tinha três operadores de telecomunicações, um auxiliar administrativo e um servente. A Delegação do Gabinete de Imprensa dos Açores na cidade da Horta, além do redator (que creio que ainda trabalha, como bom profissional que era e que é, seguramente, hoje), tinha três operadores de telecomunicações e um auxiliar administrativo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Tudo somado dá quanto?

O Orador: Estou a falar do Decreto Regulamentar que atualizou a orgânica da Presidência do Governo Regional, 1992.

E, portanto, vir insinuar que o Governo Regional de então tinha o número de jornalistas e de assessores de imprensa que hoje pululam pelos gabinetes do Governo e na própria Presidência, Sr. Secretário Regional, há de me permitir a franqueza, não é sério e não é correto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E também lhe devo dizer: quando me referia à dimensão das redações dos nossos jornais, das nossas rádios, dos órgãos de comunicação social de suporte digital, eles vivem dificuldades, eles não conseguem pagar os salários ou as retribuições que os senhores fazem na Administração Pública através das assessorias de imprensa dos gabinetes. O senhor sabe disso muito bem. Sabe que eles não mendigaram, mas receberam, e bem, a ajuda que o Governo deu, e bem, neste tempo de pandemia, onde faltaram os recursos na imprensa, onde faltaram os recursos por via da redução drástica das receitas, nomeadamente da publicidade e da publicação de anúncios que são obrigatórios por lei, receberam como “pão para a boca”, diz o nosso povo, os 90% do salário mínimo regional que o Governo lhes atribuiu. Isso diz bem da dificuldade.

E, portanto, Sr. Secretário Regional, Gabinete de Apoio à Comunicação Social era um gabinete que gerisse verdadeiramente uma política de apoio à

comunicação social, que incidisse sobre os fatores de produção e que deixasse de fazer a propaganda que é feita no GaCS e através dos assessores de imprensa. Mas sobre isso guardo-me para a próxima e última intervenção. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, só para desmontar estas últimas afirmações absolutamente populistas do Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Secretário!

O Orador: ... que agora está muito preocupado com os empregos do Gabinete de Apoio à Comunicação Social e da enorme quantidade, também, de jornalistas que trabalham para o Governo nos diversos gabinetes do Governo.

Bem, eu vou-lhe dizer, no que diz respeito ao Gabinete de Apoio à Comunicação Social, seria fácil de resolver. Olhe, o vosso principal campo de recrutamento foi na Lusa. Devem alguns, muitos deles, manter os seus vínculos à Lusa, portanto, voltavam ao serviço que desempenhavam na altura, porque, como sabem, o que V. Exas. têm feito é recrutar sobretudo nessa área. E, portanto, voltariam ao seu serviço de origem. Aqueles que estão, obviamente, integrados no serviço, que pertencem aos quadros, seriam integrados, como acontece sempre que são extintos serviços, no resto do funcionalismo. Portanto, nenhum problema. Os senhores, até nesta

legislatura, extinguiram vários serviços e todo esse pessoal foi integrado noutros serviços da Administração Regional.

Em relação às perdas de emprego, olhe, eu estou muito mais preocupado com a perda de emprego, por exemplo, do enfermeiro que não foi colocado na Santa Casa da Misericórdia, ...

Deputado Francisco César (PS): A sério?! Ó Sra. Presidente!

O Orador: ... agora durante o verão, que nós necessitamos, por influência do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais especificamente ali pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes, que preferiu prejudicar a população da ilha do Corvo durante 2 meses.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: E se esse enfermeiro não começa a desempenhar funções é porque V. Exa. impediu a aprovação aqui desta iniciativa!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!... Não nos vamos desviar do assunto!

O Orador: E, por isso, se estamos a falar em termos de perda de emprego, eu devo dizer que, evidentemente, essa preocupação não foi a vossa, há pouco, quando foi discutida outra iniciativa.

E devo dizer também, Sr. Secretário, que... Ouça, isto não é nada! Isto é pura propaganda! Eu digo-lhe uma coisa: eu tenho vergonha disto que aqui está, destas notas! São notas de elogio ao Governo. São notas que é uma vergonha, de estar aqui a inventar factos, a tentar descrever para que o Governo apareça o melhor possível em situações em que não tinha nada a dizer, em situações em que não resolveu nada! Olhe, por exemplo, agora vem aqui dizer que vai cumprir a palavra dada em relação aos matadouros, depois do CDS-PP ter aqui demonstrado que os senhores não cumpriram os compromissos...

Deputado Marco Costa (PSD): É verdade, sim, senhor!

O Orador: ... e de os sindicatos o terem feito! Alguma coisa dessas foi referida aqui? Não! O que os senhores aqui vieram fazer foi contrainformação a dizer que estavam a cumprir os compromissos, quando aqui no debate do Parlamento ficou provado exatamente o contrário!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E os senhores fizeram alguma referência a isso? Nada! Não tinham nada para dizer! Isto é uma vergonha! Todos os dias são peças de propaganda, umas atrás das outras, que aqui estão!

Enquanto os senhores, depois, quando têm perguntas difíceis para responder aos senhores jornalistas, os senhores não estão disponíveis para nada disso. Aí dizem que é o assessor que vai responder. Não estão disponíveis para que vos façam perguntas com a possibilidade do contraditório! Isso, sim, seria esclarecimento democrático! E os senhores não estão disponíveis para isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A Mesa pode pôr em pausa o tempo, que já é muito curto? Também essa é uma enorme liberdade democrática...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E se a senhora às vezes também se calasse, não fazia falta!

Presidente: Sra. Deputada, faça favor.

A Oradora: É uma questão de melhorar o equipamento e pôr a teclazinha do *pause*.

Disse, há pouco, em resposta ao Deputado Paulo Estêvão, que era quase hilariante acreditar que o Governo ganhava as eleições por causa do GaCS, que, no fundo, parecia que era a argumentação do Deputado Paulo Estêvão. E que isso era de todo mentira uma vez que os açorianos escolhem em total

liberdade. A questão é que a liberdade só existe quando as pessoas são esclarecidas e têm toda a informação ao seu dispor para poder fazer escolhas livres e esclarecidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa e que é essa!

A Oradora: E quando existe um gabinete de apoio à comunicação social que embrulha as notícias e as faz passar rigorosamente como quer, obviamente que os açorianos não estão a fazer uma escolha em total liberdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: Mas, mais grave do que isso, o que é que acontece com a comunicação social é, de resto, o que acontece com muitos outros setores em que o Governo Regional faz concorrência desleal com a iniciativa privada, ou seja, os órgãos de comunicação social privados na Região estão completamente esvaziados de meios materiais, financeiros e humanos porque vão para o GaCS.

Deputado José San-Bento (PS): Ó senhora, é precisamente o contrário!

A Oradora: E não é uma questão de estarem vendidos, Sr. Deputado Pedro Moura. Ninguém aqui diz que os jornalistas são maus e que estão vendidos. Mas os jornalistas, como todos os outros, precisam de um ordenado ao fim do mês, precisam casar, precisam de sustentar os seus filhos, e o Governo dá-lhes esses meios que os outros órgãos da comunicação social não conseguem! Logo, temos os outros órgãos de comunicação social esvaziados de jornalistas e temos um Gabinete de Apoio à Comunicação Social que engorda todos os dias!

E depois falamos das Secretarias! Não é só o GaCS, são todas as Secretarias, com todos os Secretários que têm todos os seus assessores para a comunicação social. E não são só os Secretários.

E, portanto, tudo isto faz com que o GaCS não seja meramente aquilo que o Sr. Secretário quer fazer passar aqui, um meio de informação, porque não é. Faz notícias, não está disponível para o contraditório, passa no GaCS a informação quer. E os órgãos de comunicação social privados, como não têm jornalistas, não têm capacidade de fazer investigação e de fazer as notícias de outra forma, não têm outra alternativa senão utilizar essa informação.

E o senhor que tutela o apoio à comunicação social, se quer verdadeiramente uma comunicação social forte, com aorianos esclarecidos e com liberdade de escolha, coloque esses jornalistas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não quer!

A Oradora: Porque não me venha dizer que não são... Porque se fosse só informação, não eram precisos jornalistas. No GaCS não estão não é jornalistas? Se é só para passar informação, não são necessários jornalistas. Devolver os jornalistas aos órgãos de comunicação social privados, pagá-los como deve ser, dar-lhes uma segurança laboral para que possam exercer em total liberdade a sua função, para bem de todos nós e da democracia. Era isso que o senhor devia fazer! Porque, sistematicamente, quando um Deputado ou num jornal ou num sítio público faz uma acusação ao Governo, automaticamente o GaCS vem com uma nota de imprensa a fazer contrainformação e a desmontar aquela informação. Não precisa de ficar à mercê que os órgãos de comunicação social queiram aparecer ou queiram publicar. E logo aqui já está um enorme desequilíbrio, Sr. Secretário.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós temos aqui nos Açores é uma limitação tremenda à liberdade de imprensa.

Deputado António Parreira (PS): Não é verdade!

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Diga, diga o seu aparte, senhor. Eu acho que o Sr. Deputado José San-Bento fez um aparte profundamente ofensivo, se eu o percebi bem.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, eu não o ofendi.

O Orador: O senhor acaba de fazer um aparte profundamente ofensivo. E, portanto, ou o senhor se retrata, ou então eu vou ter que insultá-lo exatamente utilizando a mesma linguagem que o senhor acabou de utilizar!

Presidente: Srs. Deputados, por favor...

Deputado Francisco César (PS): Ele não fez nenhum insulto!

O Orador: Eu espero que o senhor se retrate.

Presidente: Srs. Deputados, por favor, apelo a todos a que mantenhamos a calma e o respeito institucional por todos nesta Casa.

Sr. Deputado Paulo Estêvão. Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço que continue a sua intervenção. Peço-lhe que continue a sua intervenção, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Não o ofendi, Sr. Deputado! Pode continuar!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Este é mais um triste episódio que mostra o grau de intolerância... E o Sr. Deputado que nos trabalhos anteriores já tinha tentado insultar-me aqui neste Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira!

O Orador: Aliás, tendo a oportunidade de o fazer duas vezes, com a RTP Açores a passar os seus insultos sem passar as minhas respostas, V. Exa.

agora o que optou foi por fazer aqui apartes insultuosos, porque já não teve a coragem de o fazer diretamente, quando eu estava a usar da palavra.

O que eu lhe quero dizer, Sr. Secretário Berto Messias, é que, de facto, em relação a esta informação, eu coloquei-lhe as questões. Eu pergunto-lhe: porque é que os senhores não estão disponíveis para responder às perguntas da comunicação social e no próprio dia aparece a informação manipulada por parte do Gabinete de Apoio à Comunicação Social? Essa é que é a verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade!

O Orador: E todos os que se sentam na comunicação social e que estão ali sabem que é verdade! Portanto, o que os senhores produzem é informação falsa todos os dias, no âmbito do Gabinete de Apoio à Comunicação Social!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ninguém acredita nisso!

O Orador: E eu desafio-o diretamente, Sr. Secretário, a fazer o seguinte: ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Diga, diga!

O Orador: ... dê-me uma notícia, uma única, de autocritica do Governo Regional numa nota da comunicação social. Uma! Só lhe peço uma única notícia menos favorável.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Ninguém acredita nisso!

O Orador: Só lhe peço para me dar uma única notícia menos favorável que tenha saído na comunicação social. Faça o favor de fazer. Dê-me um único exemplo sobre o Governo, uma notícia em que diga: o Governo não cumpre a promessa. O Governo falhou a promessa. O Governo não fez aquilo que se

tinha comprometido a fazer. Diga-me uma única notícia negativa que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social tenha feito sair.

E, já agora, dê-me mais um exemplo, que é muito importante, dê-me uma única notícia em que se faça referências às críticas da parte da oposição.

Deputado Marco Costa (PSD): Às propostas!

O Orador: Faça-me uma única referência às críticas e reconhecer que algumas delas, obviamente, terão... Faça-me uma única referência. Faça-me uma única referência. Não o consegue fazer, Sr. Secretário. Não o consegue fazer, porque o que o senhor tem aqui é propaganda!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): A partir de agora os partidos da oposição têm que ver nas vossas notas a posição do Governo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, pediu a palavra para uma interpelação à Mesa?

Deputado José San-Bento (PS): Sim, pedi.

Presidente: Tem a palavra.

(* **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, eu lamento fazer esta interpelação, mas era só, não sei se a figura até é muito ajustada, para confessar a todos os colegas que, se alguma fez em algum aparte ou em alguma intervenção eu ofendi, ao longo desta legislatura, algum dos meus ou das minhas colegas, eu peço desculpa. Nunca foi minha intenção, nem deste Grupo Parlamentar, não é esta a nossa cultura política... Ó Sr. Deputado, eu estou a ser absolutamente sincero. Eu nunca tive este sentido, nunca tive esta intenção. E, portanto, isso que fique bem claro.

Mesmo, Sra. Presidente, que eu possa não ter grande apreço por algum dos meus colegas, admito que isso possa acontecer, eu garanto a todos que eu tenho o maior respeito pela figura institucional do Deputado Regional. Eu

posso não ter apreço pelo Deputado x, mas eu respeitarei sempre o facto de ser um Deputado da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, se eu alguma vez ofendi alguma ou algum dos meus colegas, isso foi apenas por alguma falha minha, alguma omissão minha, algum excesso meu, que eu lamento e peço desculpa.

Dito isso, eu quero também frisar uma coisa, Sra. Presidente: eu tenho consciência que o meu estilo contundente muitas vezes cria algum desconforto e alguma discordância nos meus colegas. Eu respeito isso. Agora, também não posso deixar de dizer que eu acho...

Deputada Graça Silveira (Independente): Isto é uma interpelação?

O Orador: ... que está a haver aqui neste Parlamento uma hipersensibilidade à crítica, ...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... que eu, sinceramente, não concordo. Quando um Deputado desta bancada...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento...

O Orador: ... diz a outro Deputado que ele está com má-fé, fazer disso uma ofensa e uma defesa da honra, francamente...

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, já está... Peço desculpa, mas...

O Orador: Mas era só isso, Sra. Presidente, que eu queria dizer. Portanto, eu não tenho como hábito ofender ninguém, nem procurei ofender ninguém. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Também quero uma interpelação dessas!

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exa. autorizou uma interpelação que foi feita nos termos em que foi feita e que todos tiveram oportunidade de ouvir. Que não é uma interpelação. V. Exa. sabe bem. Não me deixou utilizar, há pouco tempo, uma figura, porque V. Exa. achava que não se enquadrava a inscrição, tudo isso. E agora deixou realizar uma interpelação que não foi uma interpelação e que a Sra. Presidente não interrompeu.

Deputado José San-Bento (*PS*): Ó Sr. Deputado, não tinha tempo!

O Orador: Não interrompeu e foi uma interpelação longa.

Eu quero dizer-lhe o seguinte, porque vou utilizar exatamente a mesma figura: eu ouvi as palavras que me foram dirigidas e considere...

Deputado Francisco César (*PS*): Por acaso não ouvi.

O Orador: Eu ouvi e parei imediatamente a intervenção. E não o vou repetir. E não o vou repetir porque o Sr. Deputado não terá o benefício de me ofender duas vezes repetindo o que o senhor aqui disse. O senhor foi ofensivo para a minha honra!

Deputado José San-Bento (*PS*): Eu não o quis ofender! Referi-me ao seu sentido de humor! Eu não o quis ofender!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, eu queria esclarecer uma coisa à Câmara: eu permiti que o Sr. Deputado José San-Bento fizesse esta interpelação, que, de facto, não tinha total enquadramento, porque foi uma exigência que o Sr. Deputado Paulo Estêvão fez. O Sr. Deputado Paulo Estêvão exigiu que o Sr. Deputado José San-Bento se retratasse. E foi efetivamente o que ele fez, pedindo desculpa à Câmara se alguma vez ofendeu algum colega. Portanto, Sr.

Deputado Paulo Estêvão, foi com a melhor das intenções que eu permiti que o Sr. Deputado José San-Bento fizesse a sua interpelação, porque, efetivamente, é a única forma regimental que ele o poderia fazer, era dirigindo-se à Câmara pedindo desculpa pelo facto de alguma vez ter ofendido algum colega. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu achei que ia ao encontro daquilo que o senhor tinha pedido, efetivamente, ao Sr. Deputado José San-Bento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para outra interpelação, não é? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, eu respeito, naturalmente, a posição institucional de V. Exa., mas V. Exa. acaba de dizer que o Sr. Deputado não podia dirigir-se a esta Câmara de outra forma. Que eu saiba, o Partido Socialista tem tempo regimental para produzir essa informação. Portanto, não corresponde à realidade que a Sra. Presidente esteja agora a dizer que só o poderia fazer através de uma interpelação, quando ainda dispõe para aí de 15 minutos para poder produzir essas afirmações. Portanto, a figura regimental é incorreta, a sua decisão não está correta, na minha perspetiva.

Presidente: Fica registado o seu desacordo em relação aos trabalhos da Mesa.

Sras. e Srs. Deputados, de momento não temos inscrições. Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vejo que o Sr. Secretário Berto Messias está remetido novamente ao silêncio. Está novamente apático no debate parlamentar. Aconteceu-lhe demasiadas vezes esta semana. E, portanto, o que eu devo dizer, o que eu

devo concluir é que, neste momento, o Governo não tem mais argumentos, porque o que aqui ficou demonstrado...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Há quem diga que eu falo demais!

O Orador: ... foi que há uma despesa de 1 milhão de euros em propaganda política pura e dura na Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade!

O Orador: Uma Região que tem tantas dificuldades...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não ofenda os açorianos!

O Orador: ... e em que o dinheiro seria tão necessário em tantos setores, como por exemplo na Saúde, como por exemplo na Educação. Mas não, o Governo decide gastar todos os anos 1 milhão de euros em propaganda política.

Ficou aqui demonstrado. Senhor, lancei-lhe um desafio, uma única nota. Só este mês temos para aí... nos últimos 15 dias, umas 90 notas do Gabinete de Apoio à Comunicação.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor quer que o Governo ponha notas a falar mal do Governo.

O Orador: Eu pedi-lhe, nos últimos 10, 20 anos, uma única nota autocrítica para o Governo, um reconhecimento do Governo que se enganou. Como por exemplo foi em relação àquele voo, logo no início da crise da COVID-19, quando, através do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, foi veiculada informação falsa sobre o voo e há quanto tempo aquele voo tinha saído do território de Hong Kong. E, portanto, essa informação falsa é um dos exemplos que posso aqui apresentar. Foi veiculada pelo Gabinete da

Comunicação Social, que nunca assumiu o seu erro, nunca assumiu que se tinha enganado, que se tinha veiculado informação falsa. Podia apresentar aqui centenas de exemplos destes. É este o gabinete, é este o serviço que nós temos: um gabinete ao serviço do Governo, da propagando do Governo... Afinal vai falar. Portanto, termino esta intervenção para ter tempo para responder.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra. Prescinde. Sendo assim, Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas uma nota muito breve depois da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dizer-lhe que o Governo não entra no campeonato da gritaria. E não é por nós gritarmos muito que passamos a ter razão.

Deputado Marco Costa (*PSD*): O senhor também já tem um rol aqui!

O Orador: Não se insurja porque eu falei em gritaria, tenha calma! Estamos no âmbito de um debate sereno, espero eu, normal e democrático.

E, portanto, para lhe dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A posição do Governo sobre esta matéria foi absolutamente clara nas várias intervenções que eu já fiz, aliás, já fiz várias ao longo desta semana. Há quem diga que eu até falo demais. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, V. Exa. entende que falo de menos. Terei isso em conta para Plenários futuros. Quero apenas dizer-lhe, Sr. Deputado, que, independentemente da sua opinião, da sua concordância ou da sua discordância, o GaCS não emite notas com informação falsa. Isso não corresponde minimamente à verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe, acabei de lhe dar um exemplo!

O Orador: O Sr. Deputado fará os juízos de valor que muito bem entender sobre aquela que é a posição do Governo sobre determinadas matérias, mas o GaCS não emite opinião falsa sobre coisíssima nenhuma.

Deputada Graça Silveira (Independente): Opinião ou informação? Já não estou a perceber!

O Orador: Portanto, o GaCS emite a posição do Governo, e os senhores, legitimamente, emitem a opinião que muito bem entenderem.

Mas ficamos a saber de uma coisa, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que a partir de agora, segundo aquela que é a sua visão, ficamos a saber que sempre que o PPM emitir uma nota de imprensa, que também devo dizer que semanalmente são muitas, mas, enfim, é um direito que lhe assiste, abaixo da nota de imprensa do PPM estará também a posição do Governo relativamente a essa matéria.

E ficamos também a saber, segundo a perspectiva do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que sempre que meter os seus vídeos no Facebook com as suas intervenções inflamadas, espera-se que depois dessas intervenções possa pôr também o vídeo das intervenções do Governo no âmbito desses debates. Ficamos a aguardar, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra. Sr. Deputado Joaquim Machado, pode iniciar a sua intervenção.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Posso, Sra. Presidente? Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O debate já vai longo, mas há ainda alguma coisa para dizer, nomeadamente sobre aquilo que é a função do GaCS, melhor dizendo, aquilo que devia ser a função do GaCS e aquilo que efetivamente o GaCS faz. E o GaCS está longe de ser e de fazer aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional da Presidência. A difusão de informação cultural, informação desportiva, ligada aos eventos sísmológicos, aos avisos da Proteção Civil, que é uma matéria importante e que, portanto, cabe, obviamente, naquilo que é a função de um gabinete de comunicação de um governo, seja ele nacional ou regional, mas a realidade é muito diferente desta.

Eu tive a oportunidade de fazer a consulta à produção informativa do GaCS no mês de fevereiro, antes da pandemia, portanto, sem qualquer problema de proteção civil, nem das notas de imprensa sobre saúde e toda esta aflição que nos bateu à porta. E o que é que verifiquei? Que das 304 notícias, ou melhor, 304 takes informativos, 25 não eram efetivamente de conteúdo governativo, aparentemente. Porque é que digo aparentemente? Porque nessas 25 notícias ou notas informativas, 8% do total, estavam notas informativas das bibliotecas, do Museu de Angra e do Centro de Artes Contemporâneas. Curiosamente, todas essas notícias, nomeadamente as que se reportavam a serviços da Secretaria Regional da Educação e Cultura, começavam assim, e eu vou ler: “A Direção Regional da Cultura, através da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (...)”. O último parágrafo da nota informativa, para não lhe chamar notícia e o Sr. Deputado Pedro Moura não ficar aflito, volta a dizer o seguinte: “A Direção Regional da Cultura informa que estes e outros (...)”. Portanto, o próprio GaCS canibaliza toda a

Administração Pública Regional, transformando isso tudo em matéria informativa da autoria do Governo Regional.

Das 304 notícias, 25 era estas. E a outra, porque havia uma que não era de natureza cultural, nem desportiva, nem recreativa, nem de eventos sismológicos, nem de saúde, nem de prevenção, nem de proteção civil, era o quê? O uso do contraditório com um partido da oposição através do GaCS. A notícia é do dia 3 de fevereiro e começa assim: “A Secretaria Regional de Transportes e Obras Públicas, sem prejuízo de resposta formal ao requerimento apresentado pelo PSD, entende ser necessário esclarecer o seguinte (...)”. E esclareceu.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): E o que é que isso tem de mal?

O Orador: O mal, Sr. Secretário da Presidência... E o senhor, como responsável pelas relações com este Parlamento, é que devia saber que um requerimento devia ter sido respondido dentro de 60 dias.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Respondeu no dia a seguir! Se esclarece, esclarece. Se não esclarece, não esclarece.

O Orador: Isso não aconteceu e a resposta ficou dada pelo GaCS!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, portanto, o PSD repete, entende que um governo, como uma empresa ou outras organizações precisam e devem ter estruturas de comunicação, mas não com esta dimensão.

E, repito o que já disse, o Gabinete de Imprensa dos Açores, em 1992, 93, 94, 95, 96, tinha quatro redatores. Eles eram, para memória futura: José

Manuel Baião, Carlos Moniz e Pedro Santos, em Ponta Delgada; Francisco Gomes, na cidade da Horta; e Norberto Barcelos, em Angra do Heroísmo, este já partido para a eternidade. E, citando, “quero com isso simbolizar o respeito e admiração pelo trabalho que fizeram, eles e os outros, ao longo do tempo e ainda hoje”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque os trabalhadores nós respeitamos. Não são eles os culpados por aquilo que produzem. As orientações são do poder político. Defendemos um GaCS reestruturado, que tenha outra finalidade, que jamais seja usado para fazer aquilo que a própria lei condena.

E termino com isto, lembrando que, em 2008, o Presidente do Governo foi, por decisão do tribunal, obrigado a entregar uma verba a uma instituição de solidariedade, por acordo, exatamente por ter, e vou citar, “publicado declarações no portal oficial do Governo que não as podia fazer na circunstância sobre a interrupção voluntária da gravidez”. O próprio tribunal, por acordo, acabou... E é a própria nota de imprensa do Governo Regional...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... (e vou terminar) que diz que foi arquivado o processo por injunção do que havia sido decidido. E, portanto, uma verba dada a uma instituição de solidariedade, que no caso foi o Banco Alimentar, resolveu um assunto que correspondeu a um de entre muitos outros exemplos de uso indevido do GaCS para fins que não aqueles que deviam ter um gabinete de comunicação do Governo.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos. Tenho uns documentos que preciso ir buscar.

Presidente: É regimental. Regressamos daqui a 15 minutos.

Eram 18 horas e 23 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Está inscrito o Sr. Deputado José Contente.

Eram 18 horas e 46 minutos.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

(Aparte inaudível)

Não, o Governo, para esta matéria, tem pouco a dizer. Eu pedi para intervir porque quero mesmo intervir. E quero intervir por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque foi feita uma referência, aqui, ao ex-Presidente do Governo Carlos César, mas é preciso que isso fique claro, ainda que ele não precise de defesa, mas também não está cá. Efetivamente, houve uma declaração produzida no âmbito do referendo ao aborto, que supostamente iria sair depois das 19 horas e saiu antes. E, portanto, o que aconteceu foi que houve não só admoestação, mas teve que haver pagamento de uma multa, que foi entregue a uma instituição de solidariedade social. É tão somente

isso. E, portanto, essa questão que foi aqui referida num parêntese de alguma acrimónia talvez antiga, porque houve aqui muitos debates, nessa altura, entre o Sr. Deputado Joaquim Machado e o Sr. Deputado Carlos César, não me parece que tivesse alguma relevância para o debate que aqui estava a ser tratado.

De resto, há outra coisa que me parece que o tom deste debate, independentemente das posições, deve ficar claro: o Partido Socialista não adianta nem atrasa os seus resultados eleitorais, nem culpa terceiros pelos seus próprios erros. Porque, efetivamente, todos os partidos, provavelmente, têm queixas de situações da comunicação social. Todos têm. Sempre foi assim e provavelmente há de ser. Mas o que nós não podemos fazer é um julgamento no hemiciclo desta Assembleia a um grupo de profissionais, independentemente das nossas queixas, sobretudo se elas são para justificar os resultados eleitorais de cada um dos partidos. Nós não entramos nessa matéria com esse espírito.

E, por isso, nós estamos numa fase, agora, que percebemos que é uma fase final, e eu já vi 6 meses de julho antes das eleições de outubro e em todas elas vi uma coisa que também acontece neste momento: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem tudo a ver!

O Orador: ... há partidos, e neste caso o maior partido da oposição, que parece que chega à fase da insolvência, culpa o seu líder e a seguir dissolve-o.

Nós, efetivamente, temos um pensamento claro sob o ponto de vista do papel da comunicação social dos Açores, mas também é preciso dizer mais algumas coisas. Nos Açores, e eu tutelei também um gabinete, se calhar havia algumas práticas que configuram essa tal propaganda. Olhem, por exemplo, ainda é desse tempo encontrar num gabinete oficial propaganda da JSD.

Deputado Carlos Silva (PS): E eu não estava lá!

O Orador: Era propaganda que lá estava para ser distribuída. Mas também é verdade que no gabinete que eu tutelei, em 1996, no dia 9 de outubro (e as eleições foram no dia 13), em que a PSP é que tomava conta da vigilância e não os vigilantes atuais, havia o registo daqueles que entravam na Secretaria. E fiquem a saber, Sras. e Srs. Deputados, que nesse dia, à noite, houve funcionários que foram buscar cadernos eleitorais à então Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas. Isto funcionava assim!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Era assim!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Hoje em dia é nos cadernos da Segurança Social!

O Orador: Mas mais, nesse tempo, a propaganda chegava a inaugurações, como na rotunda da Príncipe do Mónaco, onde as placas que desapareceram tinham lá o nome dos Secretários que eram os inspiradores artísticos do próprio monumento. Isso é que é o tempo daqueles que tiveram grandes responsabilidades em Subsecretarias da Comunicação Social.

E, então, o Presidente Madruga da Costa, a primeira coisa que fez quando assumiu funções foi extinguir a sua Subsecretaria, provavelmente porque ela não correspondia aos padrões que já então vigoravam.

E vir uma pessoa, Sr. Deputado Joaquim Machado, com as suas antigas responsabilidades, fazer este papel de neutralidade colaborante com o projeto que aqui está em causa, não nos parece que seja a melhor e a maneira mais correta de encarar este problema, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Não podia descer mais baixo!

O Orador: ... porque, efetivamente, a comunicação social nos Açores tem as suas funções e missões.

Mas o Partido Socialista não precisa de acusar a comunicação social, neste caso, para, nas próximas eleições, em outubro, voltar a ter uma grande maioria e a maioria da confiança dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(* Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A primeira informação que eu pretendia obter, Sra. Presidente, é se ainda disponho de tempo para eventualmente depois fazer a intervenção. Essa é a primeira interpelação.

E a segunda é para dizer que vou entregar na Mesa a notícia que eu citei durante a minha intervenção, que não tem nada de acrimónia. Portanto, há argumentos que, sendo pequenos, baixinhos, nunca vão chegar ao seu devido destino. Aquilo que efetivamente eu disse foi citar uma notícia que corresponde àquilo exatamente que nós estávamos a discutir, que foi o uso indevido do Gabinete de Imprensa para fins que não estavam previstos na sua orgânica, nem que são legais. Tanto não são que o próprio tribunal assim decidiu. E, portanto, tinha sido uma quebra do dever de neutralidade que, no caso, o Presidente do Governo Regional dessa altura cometeu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, limitei-me apenas a isso.

Portanto, vou fazer chegar à Mesa, para a Sra. Presidente depois fazer a distribuição, até porque quando mencionei esse episódio, que é factual e, portanto, não tem nada de interpretação, não tem nada de subjetividade, é tão objetivo, portanto, não percebo porque é que há gente, passados estes 24 anos em que deixaram de perder eleições por decisão do povo, da mesma maneira que em 20 anos anteriores foi o PSD, mas continuam com esse trauma.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Bom, há coisas que Freud explica... Eu não consigo e, portanto, eu vou passar adiante, Sra. Presidente.

Pedia-lhe encarecidamente que depois fizesse a distribuição do documento que chegará à Mesa.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Farei a distribuição quando recebermos o documento. E informo que o PSD esgotou o seu tempo na última intervenção, por isso já não dispõe de tempo para participar no debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, em primeiro lugar, para dizer ao Sr. Deputado José Contente que essa propaganda da Juventude Social Democrata ainda está a tempo de a entregar agora ao Sr. Eng.º Vítor Fraga, por quem tem, agora, sei, proximidade. E, portanto, é fácil de fazer chegar ao seu destino essa propaganda.

Depois, dizer ao Sr. Secretário Berto Messias, que falou aqui em gritaria: bem, o Sr. Deputado José Contente falou aqui, na minha perspetiva, no mesmo tom de voz do que eu, mas a diferença entre as minhas intervenções

e as do Sr. Deputado José Contente é que falamos com convicção. E essa é a diferença em relação a V. Exa.

Diz V. Exa. que o acusam de falar demais. Eu nunca o acusei de falar demais. Eu acho é que diz pouco. É uma grande diferença.

Também não quero que diga que estou a falar no vazio. Olhe, vou-lhe lembrar aqui o célebre voo que saiu de Hong Kong. Dizia o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, a 2 de fevereiro de 2020: “Há mais de 15 dias, tendo passado pelo Japão, Islândia, França e Haiti.” Isto no âmbito da COVID-19. Isto era mentira! Alguma vez o Gabinete de Apoio à Comunicação Social reconheceu...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não era!

O Orador: Não! Era verdade, Sr. Secretário, provou-se que este voo saiu no dia 25 janeiro. E portanto, tinha saído há 8 dias e não há 15. E a diferença é que estes 15 dias caíam nos tais 14 dias de segurança que então estavam implementados. Isto é falso! Ficou provado que era falso!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não ficou nada provado!

O Orador: Eu pedi que o responsável pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social fosse à Comissão, tal como o Membro do Governo responsável. Sabe o que é que aconteceu? Não foram, nem o Membro do Governo, nem o membro do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, quer para responderem a esta questão e à falsidade desta informação. E não tiveram a coragem de aparecer lá. Vejam que nem sequer existe hipótese de fiscalização do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Estamos a fazer o quê?

O Orador: Mais um exemplo. Não tenho mais exemplos? Ouça, dou-lhe mais um exemplo: a falsidade absoluta que foi o aumento das notas dos exames do ensino secundário, que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social dizia que tinham subido. E eu provei que filosofia, português, física, geografia, história, matemática, matemática aplicada, biologia e geologia, a verdade é que a diferença entre as notas nacionais e as notas aqui dos Açores tinham diminuído.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É a sua opinião, não passa disso! Mas respeitável, com certeza!

O Orador: Podia dar-lhe... Não tenho tempo. Podia-lhe dar muitos exemplos da falsidade e da propaganda do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Então não tem tempo! Tem tempo o quanto queira, o senhor tem 25 minutos!

Deputado Carlos Silva (PS): Não teve convicção nenhuma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Muito rapidamente e para encerrar este debate que era sobre a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, parece que sobre a extinção, de facto, não há aqui uma unanimidade de opiniões, nem uma maioria de opiniões. Podem não gostar da maneira como é que funciona, mas toda a gente sabe que o gabinete é necessário, como é necessário um gabinete de comunicação.

O gabinete dá as informações, e os jornalistas escrevem as notícias que entendem em pleno clima de liberdade.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Acho que isso é que é muito importante referir.

E quando, há pouco, o Deputado Artur Lima referiu-me a questão da floresta e da árvore, é evidente que estava fazendo a sua interpretação, para mim, a floresta são todos os órgãos da comunicação social. Não falo no caso dos jornalistas, órgãos de comunicação social. E como eu referi, e estou de acordo consigo, a questão de que há jornais que efetivamente fazem o seu papel, eu penso que até a generalidade dos jornais açorianos fazem. E referi ainda agora e não queria que fizesse uma referência por defeito, referi o Correio dos Açores, referi o Diário dos Açores... O Diário Insular, por exemplo, tem falado sobre o extrator, sobre os radares meteorológicos, são tudo questões importantes. O Incentivo, sobre as obras do Porto da Horta, enfim... Isto só para dizer que, de facto, os jornalistas escrevem o que entendem em pleno clima de liberdade.

É evidente que precisam efetivamente de mais apoios. E até concordo com parte daquilo que o Sr. Dr. e Sr. Deputado Artur Lima disse, mas são questões que não estão em debate agora nessa altura. Aproveitou-se, é evidente, o momento e pode ser conveniente, mas o que está em causa...

PROMÉDIA, para próxima legislação há um PROMÉDIA, podem propor alterações, podem fazer um PROMÉDIA diferente.

Até o Sr. Deputado Joaquim Machado falou em respostas a requerimentos parlamentares. Isso não tem nada a ver com isto. O que está aqui em causa é uma Resolução que recomenda a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social. E acho que o que ficou provado aqui é que é essencial que haja um gabinete de apoio.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Pode não ser nesses moldes, mas é essencial que haja um gabinete de apoio ao Governo.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pedro Moura, eu apenas respondi a uma intervenção sua. Eu não tinha feito, neste debate, nenhuma referência. As minhas referências foram todas ao GaCS e ao apoio à comunicação social.

Mas sempre lhe direi que, com a mesma liberdade que um Sr. jornalista tem de emitir opinião sobre a minha pessoa, tenho eu a mesma liberdade de emitir opinião sobre esse jornalista. O que eu lamento é não ter as mesmas oportunidades que esse jornalista tem. E, portanto, eu estou em desvantagem. Como nalguns programas de informação, em que se juntam à sexta-feira a desancarem quem querem, e nós não temos direito de contraditório! Isso é que eu lamento, Sr. Deputado Pedro Moura. E eu sei que o senhor não concorda com isso, porque, a ser assim, como há lá fora nos canais, na SIC, na TVI, no Correio da Manhã, enfim, naquelas todas, há o contraditório, as pessoas vão lá. Aqui, não. Aqui, juntam-se à terça a dizer mal do Artur Lima, à sexta a dizer mal do Paulo Estêvão, à quinta a dizer mal do Luís Maurício. Juntam-se na taberna a dizerem o que querem.

E o Deputado Pedro Moura diga-me lá: que contraditório nós temos? Eu gostaria que me dissesse! Eles escrevem editoriais...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Eu tenho que mandar um artigo de opinião e fico à espera! Quando é publicado, já não tem a bota a ver com perdigota! O povo já não sabe!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E como o senhor é um excelente jornalista, que eu lhe reconheço, e consigo fiz várias peças, e com muito gosto, no seu programa, o senhor sabe que o contraditório é absolutamente essencial em democracia!

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: E é isso que eu pugno e pugnarei sempre, para citar um colega seu, Manuel Alegre, não é verdade, “até que a voz me falte”. Não sei se era a Amália, mas também não interessa. O que interessa é que eu não me vergo perante alguns jornalistas! Não me vergo! Porque há sempre a coisa: a gente não se mete com a comunicação social, porque eles depois vão-nos... E fazem-nos! E perseguem-nos!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente. E peço-lhe a mesma tolerância que já deu aos outros. Eu vou terminar. Respeito-a muito e peço desculpa. Mas este assunto, para mim, é absolutamente crucial. E até, Sra. Presidente, pelo respeito que esta Casa merece e que devia merecer por parte da comunicação social. Esta Casa toda, do Partido Socialista ao Partido Social Democrata, todos os partidos que aqui estão, porque nós todos temos o direito de ter a nossa opinião e de criticar! Que os Srs. jornalistas amuam quando são criticados, mas a nós não! Esses até vão para o Facebook, sendo jornalistas encartados, com carteira profissional, sujeitos à ética e à deontologia profissional, dizerem o que querem. Mas nós não temos a mesma face. E até fazem, Sr. Deputado Pedro Moura, censura nos blogs, nesses sites que eles têm, essas coisas do Facebook. Eles até só permitem

que algumas publicações sejam publicadas e até apenas de alguns partidos que eles são simpatizantes! Mas isso é tudo verdade!

E, portanto, a verdade a mim nunca me incomoda, nunca me incomodará, diga-lhe sempre com frontalidade e com a coragem que exige estar na política. E o que eu espero de um jornalista, como espero de um médico, como espero de um advogado, como espero de qualquer outra profissão, é que sejam competentes, isentos e exerçam a sua profissão no respeito pelo outro e na liberdade do outro, porque a liberdade dele termina quando colide com a minha. E é isso que acontece não poucas vezes nesta Casa. E ainda esta semana aconteceu.

E era isso que eu queria dizer. Peço desculpa, Sra. Presidente, de me ter excedido neste tempo, mas parece-me que era um assunto que convinha deixar esclarecido, no respeito por todos e na convivência de todos que aqui estamos nesta Casa.

E, termino, se tivéssemos o canal parlamento, e o mea-culpa faço, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, talvez tivéssemos um GaCS melhor e diferente e tínhamos este Parlamento em igualdade de circunstâncias com o Governo, também de mandar o trabalho que nós fazemos cá para fora, e que os açorianos...

E os jornalistas dizem e escrevem, Sr. Deputado Pedro Moura, que nós aqui não fazemos nada, como disseram a respeito da CEVERA e como disseram a respeito das outras Comissões. Já que V. Exa. também falou nas Comissões. A CEVERA foi enxovalhada nos jornais. E o senhor sabe que não é verdade, que a CEVERA fez muito trabalho.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem razão, Artur!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Para encerrar o debate, agora sim, para dizer o seguinte: há aqui uma referência que tem que ser feita, é que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, para além de uma instituição de pura propaganda, não é outra coisa, de pura propaganda, dei aqui muitos exemplos já, é uma redundância absoluta, uma vez que os assessores de imprensa é que deveriam remeter essa informação. Trabalham junto do Governo para quê, afinal? Não é? É para fazer essa ligação.

Aliás, eu devo dizer que tem muita comunicação social que o que me dizem é o seguinte... quando telefonam para o assessor de imprensa, dizem: o Gabinete de Apoio à Comunicação Social já deu a notícia, já fez a referência. A grande diferença é que a pergunta foi feita, sabe-se lá por quem e se foi feita mesmo por alguém do Gabinete de Apoio à Comunicação Social. E assim se impede que a pergunta seja feita por um jornalista, com acesso ao contraditório. Isso não foi feito e isso não feito.

E eu devo dizer, e termino, Sra. Presidente, que é uma absoluta redundância e que, de facto, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social é um dos fatores que explicam a preservação do Partido Socialista no poder, porque controla a informação, porque fazem uma propaganda.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está a estupidificar as pessoas!

O Orador: Como todos os regimes, a propaganda é essencial para a permanência no poder. Basta ler um pouco de história. E a propaganda que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social faz com os meios que tem é uma vergonha!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 159/XI foi rejeitado com 27 votos do Partido Socialista; tendo votado favoravelmente 3 Deputados do CDS, 1 do PPM e a Sra. Deputada independente; e 18 abstenções do PSD, 1 do Bloco de Esquerda e 1 do PCP.

Presidente: Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 25 da agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 249/XI - “Pronúncia por iniciativa própria pelo cumprimento das medidas previstas para os Açores no Orçamento de Estado para 2020”**. Este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão é requerido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda solicita o pedido de urgência e dispensa em Comissão deste Projeto de Resolução, esta pronúncia, por dois motivos:

Em primeiro lugar, a urgência porque estamos efetivamente no final de legislatura e parece-nos que esta Assembleia deve, no que diz respeito a um conjunto de investimentos que estão previstos no Orçamento do Estado para 2020, pronunciar-se pelo seu cumprimento, porque há efetivamente alguns cujo andamento não está, no nosso entender, a ter a celeridade necessária;

E, por outro lado, a dispensa em Comissão, julgo eu que se justifica perfeitamente porque é uma pronúncia da Assembleia e dispensa qualquer tipo de diligência adicional relativamente a esta matéria.

Julgo que fica assim justificada a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição. Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra novamente o Sr. Deputado António Lima, agora para apresentar a iniciativa.

Deputado João Vasco Costa (PS): De forma sucinta!

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

De forma sucinta, como alguém disse, como disse o Sr. Deputado João Vasco Costa, é verdade, farei a apresentação. E julgo que também o Projeto de Resolução fala por si mesmo em muitos aspetos.

O Orçamento do Estado para 2020 prevê nos seus artigos um conjunto de investimentos que são da responsabilidade do Governo da República e que têm uma grande relevância e uma grande importância para os Açores. O seu cumprimento e a sua execução é, obviamente, exigível. E esta Assembleia deve pronunciar-se pelo seu cumprimento.

Estivemos, faz agora cerca de 1 ano, a debater, também por iniciativa do Bloco de Esquerda, muitas destas matérias através de um debate que promovemos. E nesse debate denunciámos também muito incumprimentos

relativamente a muitos compromissos que existiam e existem da parte do Governo da República.

Entretanto, poder-se-ia dizer então que o assunto é repetido e que não é novo e que estamos a debater algo que já debatemos por variadíssimas vezes. Tudo isso é verdade, mas se esses investimentos estivessem efetivamente cumpridos, não estaríamos aqui e não traríamos o assunto novamente a esta Casa. Apesar disso, nós consideramos que faz, obviamente, todo o sentido debatê-los.

Tivemos também, aqui, uma situação de, vá, alguma disrupção na nossa vida coletiva, como é sabido, com uma pandemia que gerou a necessidade também de se aprovar, no caso do Orçamento do Estado e também na Região, Orçamentos Suplementares, mas isso, obviamente, não retira nem apaga aquele que é o Orçamento que já existe, no caso do Orçamento do Estado que continua a incluir todos esses investimento.

E passando a dizer quais são, são vários e não me vou referir a todos, o Projeto de Resolução refere um conjunto deles e nomeia um conjunto deles, mas não se resumem exclusivamente àqueles que são nomeados no Projeto de Resolução em si mesmo, porque há outros, efetivamente, que estão presentes no Orçamento do Estado e que consideramos na mesma importantes, mas resolvemos também destacar alguns porque são alguns deles que nos parecem que a sua execução está mais atrasada. E passo a citar: “A instituição, em 2020, de um regime especial e transitório para a majoração dos apoios sociais aos trabalhadores da fábrica da COFACO, da ilha do Pico.” Já o debatemos muito recentemente aqui;

“O reforço das tripulações de busca e salvamento na Região Autónoma dos Açores.”;

“A instalação e operacionalização do chamado Observatório do Atlântico, na Horta.”;

“A abertura de procedimentos concursais para a prestação de serviços aéreos.” Ou seja, transporte de carga aérea nas rotas Lisboa-Terceira e Lisboa-Ponta Delgada, concurso esse que já deveria ter sido lançado até final do passado mês de junho, que é isso que está no Orçamento do Estado;

“O início dos trabalhos do novo estabelecimento prisional de Ponta Delgada, começando pela identificação de um novo terreno em colaboração com o Governo Regional dos Açores.” E friso esta matéria, porque tem sido até referido pela Sra. Ministra da Justiça que insistirão na remoção das bagacinas e que não é efetivamente isso que está escrito no Orçamento do Estado. É preciso que se respeite o que está no Orçamento do Estado e não se insista no erro que é escavar durante 2 anos um monte de bagacina, que certamente levará a que não se cumpram os prazos que estão em vigor;

Para além disso, “a concretização da rede de radares”, que já discutimos esta semana, que tem tido durante este ano, aparentemente, desenvolvimentos, mas consideramos que deve ter um destaque importante;

Também, “a promoção dos procedimentos necessários para a antecipação da ampliação do Aeroporto da Horta”.

E estou apenas a nomear alguns, porque há outros com a mesma importância que estão vertidos na Lei do Orçamento do Estado.

Importa, por isso, na opinião do Bloco de Esquerda, vincar a opinião e a posição desta Assembleia no sentido de afirmar a importância que estes investimentos têm para os Açores e reafirmar aquela que é a responsabilidade do Governo da República na sua implementação. E alguns deles também exigem a colaboração do Governo Regional na sua implementação, que também está aqui representado e também poderá dizer da sua justiça, se assim entender, naqueles em que tem alguma intervenção.

Posto isto, fica apresentada aqui a iniciativa, que julgo que pelo seu conteúdo, pela sua importância, pela importância dos seus propósitos terá uma aprovação por parte desta Assembleia.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprisse o Governo com aquilo que o Sr. Primeiro-ministro tanto gosta de prometer e dar palavra, que este Projeto de Resolução, certamente, não só seria desnecessário, como até descabido.

É já uma certeza que vários dos compromissos assumidos não serão, de facto, cumpridos nesta legislatura. E, com muita preocupação, verificamos que as posições desta Assembleia continuam por cumprir por parte do Governo da República.

Deputado José San-Bento (PS): O que é isso agora?

O Orador: É o caso da majoração do valor e prolongamento da duração dos apoios sociais aos trabalhadores em situação de desemprego de todos os ex-trabalhadores da COFACO.

Preocupação também não parece ter o Governo em dar cumprimento à Resolução quanto ao aumento da pista do Aeroporto da Horta, isto apesar do próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter também ele próprio apresentado uma proposta nesse sentido, apesar de ser um facto inegável que está em causa a operacionalidade da estrutura aeroportuária de uma das gateways de uma região como a nossa, tão dependente dos transportes aéreos. É que estamos a falar de questões tão importantes para a

operacionalidade do Aeroporto da Horta, como o aumento da pista, como a criação da faixa de segurança.

Questão importante e que diz diretamente respeito à operacionalidade do meio de transporte aéreo é a questão da rede de radares meteorológicos, que também não passaram de mais um compromisso até agora por cumprir, que já nesta sessão foi tão falado.

E que dizer do não cumprimento do compromisso acerca da descontaminação dos solos da Base das Lajes? Será que para o Governo da República uma questão ambiental de tal monta não merece senão o desinteresse e o desprezo?

E por falar na Ilha Terceira, não podemos também deixar de fazer esta pergunta: em que ponto de execução está o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, artigo 80.º do Orçamento do Estado de 2020? Ou será necessário pedir à Mesa a sua distribuição para lembrar o que foi lá prometido?

Deputado José San-Bento (PS): E os seus camaradas na República?

O Orador: Nós relembramos alguns valores, como:

Para a dinamização do investimento privado e desenvolvimento empresarial eram previstos 29 milhões de euros/ano;

Para os solos contaminados eram previstos 100 milhões de euros/ano;

Para a dinamização das instalações portuárias do Porto da Praia da Vitória eram previstos 77 milhões de euros;

Deputado José San-Bento (PS): Mas que intervenção é essa?

O Orador: Para o apoio ao capital humano tinha sido previsto um financiamento de 16 milhões/ano.

E aqui só estamos a falar de questões da responsabilidade da República, porque não temos tempo para as restantes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Claro que não deve cair em esquecimento a importância do nosso mar, que, aliás, foi reconhecida pela decisão de criar o Observatório do Atlântico, só que também aí não passou de mais um compromisso até agora não cumprido pelo Governo da República para com a nossa Região.

Ainda relembramos outras propostas que ainda não tiveram avanços, inseridas no Orçamento do Estado de 2020, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, como por exemplo:

Artigo 87.º, a responsabilidade de efetuar, em 2020, obras de conservação, manutenção e reabilitação do edifício que alberga a Cadeia de Apoio da Horta;

Artigo 88.º, a responsabilidade de elaborar, em 2020, um Plano de Remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores, acompanhando o correspondente cronograma operativo;

Artigo 82.º, a responsabilidade de garantir os recursos humanos adequados e necessários para que existam sempre duas tripulações de helicóptero disponíveis na Região Autónoma dos Açores, como forma de garantir a segurança e o auxílio das populações perante situações urgentes.

Não podemos finalizar sem referir o compromisso assumido pelo Ministério da Justiça, nomeadamente quanto ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, esta complicada obra que parece não existir espaço para ela em São Miguel.

Deputada Graça Silveira (Independente): É das feiticeiras!

O Orador: Devido a uma má escolha do terreno e a muitos outros obstáculos que não são claros, este projeto está ao lado de todos os outros, caído no esquecimento.

Termino, deixando desde já uma garantia: por parte do PCP, não deixaremos de exigir, quer aqui, quer na República, o cumprimento dos compromissos

assumidos e que consideramos essencial ao nosso povo e ao desenvolvimento da nossa sociedade.

O conteúdo do Orçamento do Estado referente aos Açores não passa de ilusões ou meras intenções eleitorais. Não passam de intenções.

Desta forma, volto a frisar, meus senhores, cumprisse o Governo com aquilo que o Sr. Primeiro-ministro tanto gosta de prometer e dar palavra, que este Projeto de Resolução, certamente, não só seria desnecessário, como até descabido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Antes de mais e depois da intervenção que me precedeu do Deputado João Paulo Corvelo, é com agrado que registo que pelo menos desta vez a culpa não é da direita, mas sim à esquerda e do partido que o seu partido apoia na República. É com agrado que fazemos este registo.

Deputado João Corvelo (PCP): São propostas, Sra. Deputada! Ao contrário do Governo do PSD e CDS!

A Oradora: Relativamente à iniciativa agora apresentada pelo Bloco de Esquerda e das propostas que são apresentadas no Orçamento do Estado de 2020, efetivamente, temos aqui diversos investimentos que foram prometidos pela República à Região e que até agora não foram cumpridos, investimentos estes que já por diversas vezes foram discutidos nesta Casa. Relembro a questão do apoio social aos trabalhadores da COFACO. No Plenário passado, tivemos a oportunidade de discutir uma iniciativa do PCP e que foi aprovada por unanimidade. Ainda durante esta semana, tivemos a questão dos radares meteorológicos, que foi aqui amplamente discutida. E pelo Grupo Parlamentar do CDS também foram apresentados argumentos e

feito um debate esclarecedor sobre aquilo que não está a ser cumprido também pelo Governo da República.

E foi enumerado nesta iniciativa outros investimentos que foram prometidos. A verdade é que não pode, o Governo da República, apresentar ou trazer ou visitar os Açores com um saco cheio de promessas que depois não as cumpre. Não é isso que se pretende e tem que haver consequências daquilo que são as promessas e o que é aprovado. A verdade é que alguns destes investimentos que estão no Orçamento do Estado já vieram de Orçamentos do Estado passados, outros que já tinham sido promessas e que até agora não foram cumpridas. E acho que é necessário que esta Casa, que esta Assembleia marque a sua posição em relação a esta situação, porque estes investimentos, sem dúvida, são importantes para a Região e não podem passar de promessas que não veem a luz do dia, investimentos que se vão protelando e arrastando e que não são concretizados.

Até também no sentido do que é a posição do Governo Regional, porque a verdade é que, ainda, aquando da aprovação deste Orçamento do Estado, o Governo Regional dizia que este Orçamento cumpria com os compromissos com a Região e estavam satisfeitos com o Orçamento. Mas acredito que, para o Governo, estará satisfeito quando estes investimentos que estão previstos no Orçamento sejam executados, porque, até lá, estarem apenas no papel, certamente, não servirão os açorianos.

E, como tal, acho que é necessário lembrar à República que, efetivamente, não é chegar aqui aos Açores, anunciar um grande número de investimentos e fazer só a notícia disso e mais nada se passar. E, como tal, é pertinente esta iniciativa do Bloco de Esquerda e é importante marcarmos a nossa posição firme naquilo que são os compromissos da República com a Região, porque senão temos aqui mais um exemplo do que é a solidariedade e o que é que a República considera da Região, porque não tem que cumprir e basta estar no

Orçamento e ficamos todos muito contentes. E, como tal, temos que ser consequentes e marcar a nossa posição de uma forma firme, para que a República de uma forma definitiva avance com estes investimentos na Região.

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado António Lima, nós aprovamos a vossa iniciativa. Achamos que está em causa a defesa do interesse dos Açores e esta Assembleia afirmar a necessidade de o Governo da República cumprir aquilo que foi assumido quando se procedeu à votação do Orçamento do Estado, no dia 6 de fevereiro de 2020. E eu sublinho esta data, porque não deixa de ser, para mim, impressionante e um sinal que deve ser também salientado o facto de o Orçamento Suplementar aprovado há cerca de 15 dias atrás não ter alterado nenhum dos compromissos, nenhum dos investimentos que estavam previstos na proposta original do Orçamento do Estado para 2020, na proposta aprovada no dia 6 de fevereiro. E isso merece um destaque, porque isto significa que é um Governo que está particularmente sensível às questões das Regiões Autónomas, até porque o mesmo se passou com a Madeira, e também, no nosso caso particular, um Governo que tem uma consideração especial pelo arquipélago dos Açores.

E isso é por demais notório quando, todos sabem, entre o dia 9 de março e até sensivelmente meados de junho, meados do mês passado, o país passou por uma fase muito difícil com a paralisação de parte da economia nacional e, obviamente, com a necessidade de uma atenção e de uma focagem muito

especial do Governo da República em outras prioridades emergentes, imponderáveis e que ninguém imaginaria, no dia 6 de fevereiro, que viessem pelo menos a ter a intensidade que acabaram por revelar.

E, portanto, nós sublinhamos este aspeto, sublinhamos este compromisso do Governo da República. Todos os investimentos mantêm-se. Todos os compromissos ficam também assumidos. E isso, para nós, é um grande motivo de satisfação.

Desejamos que tudo corra bem e que seja possível que o Governo tenha condições para poder realmente concretizar a sua vontade, que é cumprir esses compromissos e executar esses investimentos. E isso, certamente, dará azo a que este Governo, mais uma vez, também confirme uma das tradições que nós registamos nestes 44 anos de autonomia: o facto de os Governos da República do PS serem sempre governos muito positivos para as Regiões Autónomas. É esta a lição que nós retiramos da história. E este Orçamento Suplementar confirma isso, porque a única alteração que foi introduzida foi a suspensão dos limites de endividamento no âmbito da Lei de Finanças Regionais. E, portanto, é isso que deve ser salientado. Foi a única alteração que foi introduzida, todo o resto se mantém. Isso é um motivo de confiança. Isso é um motivo de regozijo.

E, por isso mesmo, Sr. Deputado, nós, de uma forma convicta e com confiança, aprovamos a proposta do Bloco de Esquerda.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM também vai votar favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda, mas queremos fazer alguns reparos:

A primeira é dizer ao Bloco de Esquerda que o Bloco de Esquerda Açores teve uma grande oportunidade de ser realmente decisivo quando, na legislatura anterior, viabilizou um Governo do Partido Socialista, fez um acordo, rubricou um acordo com o Partido Socialista. O que eu lhe pergunto: nessa altura, qual foi a diferença que fez o Bloco de Esquerda Açores? O Bloco de Esquerda Açores, nessa altura, tinha um partido nacional, uma estrutura nacional que podia influenciar fortemente para que existissem decisões para os Açores. Quais foram elas? Quais foram as decisões que os senhores meteram no acordo que fizeram com o Partido Socialista? Quais foram as prerrogativas, quais foram os projetos que os senhores exigiram? Os senhores colocaram uma série de exigências. Nenhuma delas, Sr. Deputado, tenho que lhe fazer essa referência, porque muitas destas questões que aqui estão, ...

Deputado José San-Bento (PS): O objeto da iniciativa não é esse!

O Orador: ... como por exemplo radares meteorológicos, só para não ir mais longe, radares meteorológicos que o senhor tem aqui nesta proposta, essa questão já existia. O Bloco de Esquerda não se preocupou em conseguir retirar vantagens para os Açores. Vem agora de fininho, mas quando teve poder não o fez. É importante que isto fique dito.

E, depois, dizer também que é de facto chocante verificar o baixíssimo grau de execução do Governo da República em relação às questões açorianas. Dizia agora, uma intervenção agora do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que está lá tudo e fica lá tudo. Claro que fica lá tudo. Fica lá tudo, ninguém vai retirar nada até outubro. Não se retira nada. Mas isso é muito diferente de se concretizar. Mas isso é muito diferente de algumas dessas medidas se concretizarem. Continua lá tudo. O que eu não vejo é nenhum compromisso.

Em relação ao apoio da Região, também, nas circunstâncias tão difíceis que nós estamos a atravessar, qual foi a resposta? Os senhores podem ir à banca. É esse o apoio que veio! Em circunstâncias tão difíceis, é o que nós temos! É propaganda atrás de propaganda!

E, hoje, foi anunciado pelo Sr. António Costa Silva, o assessor, o consultor do Governo da República, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O paraministro!

O Orador: ... o paraministro, foi anunciado um plano extraordinário. Eu acho que o Partido Socialista vai basear muita da sua campanha nestas novidades. No âmbito do Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020/2030, o que é que se propõe? Uma Universidade do Atlântico, criar uma Universidade do Atlântico. Tem-se uma grande perspetiva estratégica. Ora, e que é apostar fundamentalmente em mitigar a ocorrência de fenómenos climáticos extremos, que os Açores têm essas características muito específicas. É preciso um forte investimento do país para criar aqui uma zona tecnologicamente desenvolvida em todas estas matérias, nomeadamente na defesa do ambiente. Bom, e o que eu pergunto é: mas há quanto tempo é que a Região Autónoma dos Açores diz isso? Há muitos anos. Veja bem, para estudar fenómenos meteorológicos... Se nós temos uma rede de radares meteorológicos em que o atraso para a implementação dessas medidas tem sido...

Quer dizer, eu não acredito, eu acho que isto é mais uma peça de propaganda, embora corresponda de facto ao potencial que os Açores têm, mas que irá ser utilizado pelo Partido Socialista como uma nova visão estratégica para o futuro.

Agora, o que é preciso é chamar a atenção dos açorianos para a baixíssima execução daquilo que o Governo da República coloca todos os anos no

Programa do Governo. É verdade que o coloca, mas também é verdade que não faz.

E em relação a todos os outros pontos desta grande visão estratégica dos Açores do futuro, eu devo dizer que estou de acordo. Agora, eu sou é muito cético em relação ao Estado ou em relação à execução dessas medidas.

E não vejo, ao contrário do que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse, que existe um grande empenho do Governo da República. Eu pergunto: onde é que ele está? Onde é que está o dinheiro? Eu pergunto: onde é que está o dinheiro?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu intervenho em nome da bancada do PSD para, naturalmente, transmitir o voto favorável a este Projeto de Resolução, apresentado pelo Bloco de Esquerda, em que faz um ponto de situação relativamente a algumas matérias que, apesar de constituírem compromisso do Governo da República para com a Região, ainda não estão cumpridas.

Eu diria que o célebre memorando que António Costa, Primeiro-ministro, e Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, assinaram, na sua expressão ortográfica já está tão esbatido que já não se consegue ler o que lá está.

Deputada Graça Silveira (Independente): Decalcado!

O Orador: Já foi de tal forma dedilhado por tantas vezes que não se consegue decifrar aquilo que lá está escrito. E não se consegue porque não foi cumprido.

E poderia aqui falar de vários dos compromissos assumidos pelo Governo da República para com a Região, mas vou cingir-me a dois ou três daqueles

que aqui estão. Um deles, e naturalmente entre comas, “a célebre construção do novo Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada”, que, é certo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Qual é a sua dúvida?

O Orador: ... foi compromisso de vários Governos da República e não cumprido, mas em que o Primeiro-ministro atual mais uma vez reafirmou, e os então candidatos à Assembleia da República por parte do Partido Socialista, que desta vez é que era. Aliás, disseram que era seu compromisso que até final da legislatura o estabelecimento prisional iniciava a sua construção. Nada de mais falso!

E não está nada em marcha, porque o que deveria estar em marcha era a procura de uma nova localização para a sua construção. Foi essa a Resolução que foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República, de que o célebre, também, lugar da Mata das Feiticeiras não deveria ser o local para a construção de um estabelecimento prisional, mas sim outro. Ou seja, eu diria que quase iria levar, e eu estou a colocar no condicional porque pressuponho que o Governo da República respeitará uma decisão da Assembleia da República, quase levaria tanto tempo a remover a bagacina do que a construir um novo estabelecimento prisional.

E, na verdade, nunca é demais aqui dizer que a situação que se vive no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada é de uma verdadeira, total e absurda desumanidade, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em relação à qual nenhuma das Sras. e dos Srs. Deputados concordará, tenho absoluta certeza.

Mas o que se dirá da segunda tripulação de busca e salvamento para os Açores? As vestes que aqui se rasgaram quando o Governo de Passos Coelho, ...

Deputado José San-Bento (PS): E de Berta Cabral!

O Orador: ... melhor dito, do PSD e do CDS-PP, na República, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que ganhou as eleições!

O Orador: ... que ganhou as eleições mas não governou o país, foi acusado pelo Partido Socialista bastas vezes neste Parlamento, e pelo Sr. Deputado José San-Bento, por não cumprir com a segunda tripulação para os Açores. Ó Srs. Deputados, onde é que está esta tripulação? Qual é a dificuldade? Aquilo que era a vossa verdade no passado, eu pressuponho que se mantenha no presente. E a realidade é que ela continua a não existir.

Agora, nós, como sempre, no passado e no presente, independentemente da cor política dos Governos que estão na República, fomos coerentes com a nossa posição, não mudamos a nossa posição quando estão em causa os interesses dos Açores. Batemo-nos por eles, criticamos quando é preciso criticar, elogiamos quando o é preciso fazer.

Uma última nota, em relação aos trabalhadores da COFACO, e para aqui sublinhar a iniciativa que o PSD, no âmbito da Assembleia da República, apresentou no sentido de que, finalmente, aquilo que foram as promessas feitas em relação aos trabalhadores da COFACO possam ser cumpridas.

Sempre que os interesses dos Açores estiverem em causa, independentemente da cor política dos Governos da República, o PSD aqui estará para defender os interesses dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Secretária... Sra. Presidente (é do adiantado da hora), Sras. e Srs. Deputados:

Ora bem, Sr. Membro do Governo, não podemos aqui passar uma esponja sobre a responsabilidade da esquerda unida, para não lhe chamar geringonça, porque parece que eles já se zangaram e agora já não é geringonça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A geringonça avariou!

O Orador: Aquilo agora parece que é uma aranha...

E, portanto, a esquerda unida é que tem as responsabilidades nessa matéria. A esquerda unida é que pôs um governo legitimamente eleito no chão. E, portanto, foi a esquerda unida que é a grande responsável por não se ter cumprido essas promessas, porque além da esquerda unida ter posto um governo no chão, a esquerda unida votou os sucessivos Orçamentos do Governo do Partido Socialista. Votou a favor todos eles, Sr. Deputado António Lima. E já constava o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada. E já constava a descontaminação da ilha Terceira. E já constava, Sr. Deputado, o cumprimento da Lei das Finanças Regionais, aprovado nesta Casa. E os senhores aprovaram sucessivamente até orçamentos sem verba. E os senhores é que viabilizaram os Orçamentos do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o PCP. E esta responsabilidade os senhores não podem... Porque os senhores eram lesto a vir ali acima a atirar as responsabilidades à direita de Passos Coelho e Portas. Agora é a esquerda de Catarina, a esquerda de Jerónimo e a esquerda de António. É essa esquerda toda. E, portanto, a esquerda toda é a responsável por isso.

Mas eu peguei aqui no telemóvel para fazer uma... Estas máquinas são muito boas, eu estou vendido às novas tecnologias. E eu peguei aqui no telemóvel para fazer uma busca rápida e escrevo Observatório do Atlântico. Olha, aparece-me Gui Menezes: “Observatório do Atlântico será gerido por associação privada sem fins lucrativos com sede na Horta.” Em 2018.

Seguidamente aparece Frederico Cardigos: “Açores participam na primeira reunião da Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico.” Eh pá!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é tudo Air Center!

O Orador: Depois aparece novamente Gui Menezes: “Observatório do Atlântico poderá ser alavanca para o desenvolvimento da economia do mar nos Açores, afirma Gui Menezes.”

Mas vou continuar. Depois aparece aqui o inefável João Casto: “Ministra do Mar confirma radar meteorológico de Santa Bárbara em 2018 e Observatório do Atlântico nos Açores.”

Depois aparece aqui a calota terrestre: “Portugal vai investir 15 milhões de euros no Observatório do Atlântico nos Açores.” Eh pá, isto é que é!

“Portugal propõe em Nova Iorque (...)”, imagine-se, “(...) criação nos Açores de uma rede internacional de cientistas para a investigação e inovação marinha.” A inefável Ana Paula Vitorino.

E depois ainda: “Observatório do Atlântico nos Açores proposto pela Comissão Europeia tem o envolvimento dos Estados Unidos da América e do Canadá.” Eh pá, isto é que é!

E, portanto, não contentes com isto, hoje assistimos à criação, ao grande desenvolvimento, ao Sr. António Costa e Silva (que também é António, curiosamente), da Universidade do Atlântico. Eh pá, isso é que era! Depois do Observatório do Atlântico, a Universidade do Atlântico! Eu não sei se eles depois vão subir mais uma coisinha em 2024, porque aquilo é 16, 20, 24. É de 4 em 4 que eles sobem de patamar. E, portanto, devem ir...

Mas eu quero terminar dizendo o seguinte, porque achei graça e até vou ler que é para não me enganar, já se sabe que isto a pessoa às vezes engana-se, porque eu achei piada a um slogan que eu li hoje, curiosamente... O Partido Socialista então diz agora na sua campanha eleitoral, aliás, enquadrada em

tudo o que eu disse, Sr. Deputado José San-Bento, o que o PS acaba de dizer é que “para a frente é que é caminho”.

Deputado José San-Bento (PS): Normalmente é!

O Orador: E eu digo-lhe, Sr. Deputado, o que o PS acaba por revelar e quer dizer é que na realidade o caminho é a fuga para a frente, que os senhores fizeram em 2016 e estão a fazer em 2024. Portanto, não é para a frente é que é caminho! É a fuga é que é para a frente, Sr. Deputado José San-Bento! E as provas são apenas estas singelas que lhe dei aqui.

Mas se tivesse tempo e numa busca mais refinada, mais fina, ...

Deputado José San-Bento (PS): Mas o debate não é esse!

O Orador: ... naturalmente, arranjava mais. Mas eu julgo que estas chegam. O debate é a responsabilidade política da não excussão daquilo.

Deputado José San-Bento (PS): Não, senhor! O Orçamento!

O Orador: E nós concordamos com aquilo que o Bloco de Esquerda diz. Não podemos é esquecer a responsabilidade política.

E vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado: ao contrário do senhor e, em alguns casos, da sua bancada, o CDS, nesta Casa, sempre disse presente quando esteve em causa os interesses dos Açores na República, até contra a sua própria presidente do partido a nível nacional. Nós dissemos presente aqui, Sr. Deputado, ao contrário do senhor, que se verga.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor fazia isso com muito prazer!

O Orador: O senhor verga-se até a testa lhe bater no chão ao seu camarada António Costa!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu penso que este tipo de iniciativa que o Bloco de Esquerda trouxe, hoje, aqui, à discussão é recorrente, é importante, não nos podemos esquecer das promessas não cumpridas, mas é basicamente um debate político estéril porque passa-se de quatro em quatro anos e as coisas não acontecem. Há quatro anos atrás, estávamos exatamente durante esta altura de campanha eleitoral para as eleições regionais, e vem António Costa à Região autointitular-se como um autonomista militante e diz que ia inaugurar uma nova era de verdadeira parceria a favor da autonomia, na qual se afirmaram, e cito, “as ideias fundamentais de solidariedade, sobretudo no desenvolvimento das potencialidades económicas e científicas do mar”. E até, por acaso, na altura, nem sequer foi o Observatório do Mar. Aquilo que ficou prometido que iria acontecer era o Centro de Investigação Oceanográfica, que seria no Faial, e a Plataforma Científica nas áreas do espaço, meteorologia, climatologia, oceanografia, para o aproveitamento futuro da Base das Lajes. Aliás, foi escrito a duas mãos uma lista infindável de compromissos, que até hoje não há um único desses compromissos, assumidos entre Vasco Cordeiro e António Costa perante os açorianos, que tenha sido cumprido.

Portanto, eu penso que isto já não é novidade para ninguém. É nossa obrigação lembrar, mas a verdade é que isto é um enorme descrédito, porque os açorianos, independentemente do nível de relação entre os governos de cá e os governos de lá, ficam sempre numa situação de dependência e ficam sempre a assistir as iniciativas a serem colocadas no Orçamento de legislatura atrás de legislatura e as coisas não acontecem.

Mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado Luís Maurício, se, em relação à questão do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, o Governo da República tem muitas culpas, o Governo Regional, no acordo escrito a duas mãos, a parte que lhe cabia era encontrar um terreno para a construção. Eu peço desculpa, mas eu não acredito que o Governo Regional não poderia encontrar um terreno melhor a não ser a tal Mata das Feiticeiras, que mais parecia uma pedreira, que tinha tanta brita para tirar que ia custar 3 milhões só para tirar a brita toda de lá. Portanto, se o Governo Regional tivesse tanta vontade que isso acontecesse, teria encontrado, seguramente, em São Miguel, um terreno com possibilidade de ter uma construção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi mau demais para ter sido por acaso!

A Oradora: E tanto que aconteceu que depois o Governo da República não gostou da Mata das Feiticeiras porque ia custar 3 milhões e, portanto, além do tempo todo que ia custar essa operação complexa. E volta a encontrarem um outro terreno, adiando só mais o processo e depois vai ter que se fazer outra vez o lançamento de um concurso público, etc., etc.

E os açorianos vão vendo promessa atrás de promessa. Quando é altura pré-eleitoral, toda a gente se lembra das promessas, mas depois passa-se uma legislatura inteira sem nada ter acontecido. Basicamente é isto que acontece. Portanto, não vale a pena este exercício do empurra de culpas de qual é o Governo da República que é mais autonomista e mais amigo da Região, porque a verdade é que nós não conseguimos afirmar a nossa autonomia e fazer as coisas acontecer para os açorianos, com muita pena.

Sra. Presidente, muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que tive oportunidade de ser muito claro na minha primeira intervenção. Eu não vou aqui reabrir um debate, com todo o respeito, que não tem a ver, no nosso entendimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não lhe dá jeito!

O Orador: Não é isso, Sr. Deputado, de maneira nenhuma. Que não tem a ver com o objeto desta proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem, tem!

O Orador: Meus amigos, o que está aqui em causa...

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor está a denunciar alguma coisa?

O Orador: Deixem-me terminar. Isso é uma semana longa de trabalho, deixem-me terminar. Eu prometo que serei rápido.

O que está em causa, houve um processo que é um processo natural, é um processo recorrente de negociação tendo em vista a preparação do Orçamento do Estado para 2020. Esses debates, esses trabalhos preparatórios, essas negociações normalmente decorrem em setembro e em outubro e os orçamentos são aprovados em novembro. Como tivemos eleições o ano passado, o Orçamento do Estado foi aprovado, como eu também já aqui tive oportunidade de referir, no dia 6 de fevereiro de 2020. E, portanto, houve aqui um trabalho durante o mês de dezembro, durante o mês de janeiro, em que permitiu inscrever no Orçamento do Estado para 2020 várias propostas, vários compromissos, vários investimentos do Governo da República na Região Autónoma dos Açores. E algumas dessas propostas, justiça seja feita, foram propostas pelo Bloco de Esquerda e também algumas, menos, pelo PCP e muitas pelo Partido Socialista. Ora bem, isso é que nos interessa aqui salientar.

Entretanto, aprovado o Orçamento do Estado no dia 6 de fevereiro, como todos sabem, durante o mês de março, durante o mês de abril, durante o mês

de maio e ainda uma parte significativa do mês de junho, o país teve os problemas que teve decorrentes da pandemia COVID-19.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez!

O Orador: E, portanto, o que está agora aqui em causa, tendo havido um Orçamento Suplementar, é se o Governo da República poderia, ou não, num cenário em que, recorde-se só a título de exemplo, se prevê uma contração do PIB de 7% e, portanto, uma quebra claríssima de receitas fiscais, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Mas o senhor está a querer dizer alguma coisa?

O Orador: ... o que está aqui em causa é se essa alteração dos pressupostos macroeconómicos iria, ou não, afetar o nível e os compromissos que o Governo da República, em sede de Orçamento do Estado, tinha assumido com a Região Autónoma dos Açores. Ficamos a saber, quando se aprovou o Orçamento Suplementar, que não. Todos os compromissos, todos os investimentos mantêm-se. Mesmo assim, o Bloco de Esquerda entendeu propor uma iniciativa própria nesta Assembleia para, expressão minha, reforçar esse sinal político da Assembleia dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que isso tem a ver com a proposta?

O Orador: ... para que o Governo cumpra aquilo que já se comprometeu a cumprir. E, portanto, isso é que é a proposta. Isso é que é a proposta.

E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou aqui reabrir debates sobre esta ou aquela obra. Percebo a vossa intenção. Para nós, o que é importante salientar é que esta iniciativa do Bloco de Esquerda reforça a nossa posição de defesa dos interesses dos Açores no sentido de o Governo da República cumprir, em sede de Orçamento do Estado de 2020, aquilo que já se tinha comprometido a cumprir depois do Orçamento Suplementar. É disso que se

trata. É isso que nós estamos a discutir. O PS vota a favor. E o PS não tem muito mais a dizer.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu tenho mais uma coisinha a dizer só. É que é absolutamente espantoso quando o Sr. Deputado José San-Bento vem aqui, na legitimidade da sua liberdade de opinião e democrática, dizer que nós estávamos a desenquadrar o debate. Mas o que eu não sabia é que o António Costa... Eu já sabia que ele não cumpria promessas. Agora, que ele tinha a capacidade de prever que vinha uma pandemia que lhe ia dar um aumento do défice para 7.5 e, como tal, não podia fazer as promessas que ele fez há quatro anos atrás, esta parte é que eu não sabia.

Deputado José San-Bento (PS): Também não foi nada disso que eu disse!

O Orador: Mas vim a perceber hoje. Ou seja, o que é que a COVID tem a ver e que a pandemia tem a ver com coisas de 2014, 2015, 2016, 17, 18, 19? O que é que tem a ver, senhor?

Deputado José San-Bento (PS): O debate não é esse!

O Orador: O que é que tem a ver? E, portanto, as coisas têm a ver é com o Orçamento do Estado de 2016, Orçamento do Estado de 17, Orçamento do Estado de 18, Orçamento do Estado de 19, Orçamento do Estado de 20! Isso é que tem a ver! Mas a pandemia, que o António Costa já previa que ia acontecer e por isso contratou o outro António, e juntaram-se os dois Antónios. E mandaram o Mário... o Ronaldo, eles despediram o Ronaldo. E, pronto, o problema não foi a pandemia, foi o Ronaldo que os senhores despediram e agora fazem... Quer dizer, é o que tem agora o caminho...

E, portanto, Sr. Deputado San-Bento, a questão é esta. E o senhor não pode vir aqui e apagar a história porque isto não é sério.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Obviamente que o debate sobre a formação da geringonça é sempre um debate interessante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso é verdade! Essa parte é verdade!

O Orador: É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estamos de acordo!

O Orador: Eu julgo que ele já foi feito muitas vezes, embora nunca seja demais relembrar.

E sobre o que é que fez o Bloco de Esquerda, eu convido o Sr. Deputado Paulo Estêvão a ler a posição conjunta entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista, a ler o que lá está e dizer-me o que é que não foi cumprido, porque tudo o que lá está foi efetivamente cumprido porque o acordo foi efetivamente cumprido, daí ter-se mantido até fim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! O que é que tinha para os Açores?

O Orador: E o que tinha para os Açores? O que teve para os açorianos e para as açorianas foi por exemplo sucessivas subidas do salário mínimo anualmente.

Deputado José San-Bento (PS): E redução de impostos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Oh!

O Orador: E a extinção da sobretaxa, por exemplo.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o debate não é esse, António. Isso é uma casca de banana!

O Orador: E não vou, como é óbvio, fazer a listagem do que lá está. E julgo que poderá existir algum trauma relativamente a 2015, mas é assim, foi a democracia a falar, foi a democracia a funcionar.

Bem, o Sr. Deputado José San-Bento diz, e bem, que estivemos num período de pandemia. É verdade. E não foi alterado, e muito bem, nada no Orçamento Suplementar relativamente aos Açores. E ainda bem que não foi, porque seria um erro, um grande erro, porque é em alturas de crise, como já se demonstrou anteriormente, em que o investimento público deve, efetivamente, ser mantido e até, se possível, reforçado, porque se ao mesmo tempo que a economia, que o setor privado entra numa situação de profunda crise, como nós sabemos, porque a economia vai efetivamente cair muito, se o Estado tiver o mesmo papel, se o Estado se retrair e deixar de fazer aquele que é o seu papel, se deixar de fazer investimentos, aí é que a recessão, em vez de 6 ou 7%, será ainda superior. Por isso também não deixa de ser esta uma pronúncia, não é o que lá está, mas pelo investimento público é fundamental.

E também se poderá dizer, bem, como disse o Sr. Deputado José San-Bento, foi aprovado o Orçamento do Estado há alguns meses, em fevereiro, é verdade, e poderá ser até um pouco, vá, cedo para se estar a lembrar daquilo que lá está e daquilo que nós, enquanto Região... e julgo que esses investimentos são todos unânimes, será um pouco cedo a Região lembrar o Governo da República para o seu cumprimento. Cedo, desde que foi aprovado o Orçamento do Estado. Mas julgo que para além de que muitos investimentos já têm anos, senão décadas, como é o caso do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, há alguns sinais que ao Bloco de Esquerda preocupam.

Preocupa, por exemplo, que as obrigações de transporte de carga aérea, cujo concurso deveria ter sido lançado até final de junho, não tenha sido.

Deputado José San-Bento (PS): Não percebe porque é que não foi?!

O Orador: Podemos dizer que veio a pandemia, mas, quer dizer, a pandemia não pode servir de desculpa para tudo porque o Governo continuou em funcionamento ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é desculpa!

O Orador: ... e os Ministérios continuaram em funcionamento, como é óbvio. E há aqui um sinal de que algo não está a correr bem.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores não vivem neste mundo!

O Orador: O Bloco de Esquerda já questionou o Governo da República sobre esta matéria, na Assembleia da República. E se o Governo Regional tiver alguma informação sobre esta matéria, o Sr. Secretário não sei se estará a ouvir, mas julgo eu que também seria útil perceber o que é que o Governo Regional sabe, se tem alguma informação relativamente ao concurso de obrigações de transporte de carga aérea entre o Continente e os Açores. É porque no modelo de transporte aéreo que foi criado a partir de 2015 esta área nunca foi resolvida. Estamos desde 2015 com a carga aérea sempre entre o Continente e São Miguel e entre o Continente e Terceira por resolver, com os problemas que existiram durante todos estes anos, mas que, como vimos, nesta fase, com a redução dos voos, ainda se tornaram muito mais evidentes, para além do outro problema que também já se discutiu, pelo menos em parte, que é a degradação do serviço dos CTT. Ou seja, é uma verdadeira tempestade perfeita no que diz respeito ao transporte de carga dos Açores para o Continente e vice-versa.

Também há outro sinal que nos parece preocupante, e aqui o Governo Regional tem um papel não só de exigência, como não pode deixar de ser, mas também de parceria, que é a questão do tal Observatório do Atlântico.

Ainda há dias, ouvimos o Governo da República a dizer que teria 2 milhões de euros. Bem, estes 2 milhões de euros, já ouvimos falar deles há pelo menos 2 anos.

Deputado Luís Maurício (PSD): 2 milhões e 200 mil!

O Orador: Mais precisamente 2 milhões e 200 mil. O Sr. Secretário Regional do Mar, que não está aqui, da Ciência e Tecnologia, já por diversas vezes, em meses diferentes, referiu-se, quando questionado, a esses 2 milhões de euros. E agora o Governo da República refere que terá 2 milhões de euros. Se fossem 2 milhões de euros de cada vez e se eles somassem, já seria qualquer coisa. O problema é que me parece que são sempre os mesmos 2 milhões de euros. Para além dessa instituição, como já foi também aqui referido, ser mais uma instituição para funcionar em rede, o que quer que isso seja.

E outro sinal que nos parece também muito preocupante e que aqui o Partido Socialista também tem responsabilidades e o Governo Regional também tem responsabilidades, aliás, o Partido Socialista dos Açores tem responsabilidades, porque vejo com alguma estupefação que os Deputados, que as Deputadas, neste caso, do Partido Socialista na Assembleia da República se revelem satisfeitas com as respostas da Sra. Ministra da Justiça quando diz que vai avançar com o processo da remoção da bagacina, porque não é isso que está escrito no Orçamento do Estado. O que está escrito é a identificação de um novo terreno, em colaboração com o Governo Regional. E aqui pergunto novamente ao Sr. Secretário...

Deputado José San-Bento (PS): Mas, entretanto, houve uma alteração!

O Orador: ... qual foi exatamente o papel do Governo Regional na identificação desse novo terreno. E se o Governo da República solicitou ao Governo Regional alguma diligência no sentido de identificar na ilha de São Miguel outro terreno que não aquele.

E parece-me que é importante responder a estas questões. Claro que as medidas são muitas. Centrei-me nestas em concreto, não só pela sua importância, mas também pelo papel que o Governo Regional tem em algumas delas, deixando algumas questões ao Governo.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Bem, Sra. Presidente, não há condições...

Presidente: Penso que já estão reunidas as condições.

O Orador: Muito obrigado.

Ó Sr. Deputado Francisco César, se quiser, participe no debate, mas não interrompa a minha intervenção, que será a última se, entretanto, não for provocado.

Eu gostaria de dizer o seguinte sobre esta matéria: bom, reafirmar aquilo que disse ao Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda teve uma oportunidade de ouro. A história não se pode esquecer e em política é muito importante. É preciso ter memória. O Bloco de Esquerda teve um papel decisivo na legislatura anterior e a verdade é que não conseguiu trazer nada para os Açores. Nada!

E o que lhe quero dizer é que todas as medidas que V. Exa., em aparte, me estava a referenciar eram todas medidas de carácter nacional. Era só o que faltava que depois se colocasse na legislação: menos para os Açores. Não pode ser.

E, portanto, o que V. Exa. não me conseguiu provar é que o Bloco de Esquerda tivesse influência suficiente junto do executivo nacional.

Deputado José San-Bento (PS): Ó António, o PPM é que tem!

O Orador: E isso para ter influência era ter colocado nas responsabilidades, ter colocado na negociação pontos fundamentais para os Açores. V. Exa. não conseguiu. Daqui a pouco, daqui a uns meses, temos aqui a Deputada, a líder do Bloco de Esquerda a prometer tudo e mais alguma coisa. E eu, na altura, vou-lhe perguntar também o que é que a senhora fez para os Açores quando tinha influência e uma influência decisiva. E aí vou-lhe perguntar e também lhe vou responder, faço as duas coisas ao mesmo tempo, também lhe vou dizer que a senhora não fez nada quando estive na posição de fazer muita coisa para os Açores. Portanto, estamos conversados.

Depois, gostava de referenciar aqui ao Partido Socialista, também, que o Partido Socialista estava há pouco a dizer: não, não, mas não é isso que está em discussão, nós não queremos saber mais nada. O Partido Socialista que leva o tempo todo a dizer: então, e em 96 e no século passado e no milénio passado... Quer dizer, o Partido Socialista, que faz aqui um discurso constantemente... que é cada vez mais difícil porque há 24 anos que está no poder, não quer que lhe falem no passado recente, não lhe podem falar porque há 2 anos já foi muito tempo, há 2 anos já foi na pré-história. Mas não se lhe pode falar no passado recente, porque não lhe interessa, porque, obviamente, o incumprimento é total.

Finalmente, terceiro ponto e para terminar esta intervenção, dizer o seguinte: eu estou muito preocupado com o futuro dos Açores, porque já vi que para além da propaganda não há muito mais, para além da banca não há muito mais. E quando eu olho e quando vejo que no futuro depois desta crise tremenda que se vai abater sobre a Região e grande parte da Europa, que as Canárias partem numa situação de endividamento do PIB na ordem dos 13.8%, repito aqui, 13.8%, e que estão preocupadíssimos, o que é que vão fazer, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E a Madeira?

O Orador: ... como é que será possível superar as dificuldades tremendas que a região vai enfrentar, eu vejo os nossos números, que são de 44.5%, sem contar com o endividamento que se vai proceder e que irá ocorrer agora e, portanto, que irá aumentar muitíssimo o grau de endividamento da Região, eu não vejo, não perspetivo que sem a solidariedade do Governo da República se possa ultrapassar esta situação. E essa solidariedade não aparece, não surge, não há nenhuma resposta, a não ser: os senhores podem ir à banca. E, portanto, esta é que é a grande preocupação.

E depois disse o Sr. Presidente do Governo Regional: não, mas lá já foi perdoado uma vez. Então, mas o senhor o que é que está à espera, o Presidente do Governo Regional, o que é que está à espera, o Partido Socialista, para ter uma posição mais afirmativa? É porque eu não vejo o Governo dos Açores a ter uma posição afirmativa em relação a esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que seja feita campanha!

O Orador: E não chega daqui a 3 meses dizerem que há compromissos, porque isso já não engana ninguém nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima, mas também me parece importante referir, porque essa é uma matéria que ainda não foi aqui referenciada e julgo importante também fazer...

Desde logo, dizer que, obviamente, o Governo Regional, e é isso que já por diversas vezes e em várias frentes foi transmitido ao Governo da República, obviamente que tudo aquilo que são os seus compromissos com a nossa Região têm, obviamente, que ser cumpridos.

Dizer também e realçar, aqui, aquilo que já foi, aliás, referenciado pelo Sr. Deputado José San-Bento, que é fundamental, quando discutimos essa matéria, que não nos esqueçamos aquilo que, infelizmente, assolou o nosso país nos últimos 3 meses e que, obviamente, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não estamos a falar nos últimos 3 meses!

O Orador: ... condiciona as opções económicas e políticas do Estado Português e do Governo da República. E é importante referir e realçar e reforçar aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado José San-Bento e que acho que é um bom indicador, ou seja, depois da pandemia que, infelizmente, assolou o mundo, não apenas o nosso país, a verdade é que o Orçamento Suplementar que foi aprovado na Assembleia da República não altera em nada aquilo que eram os compromissos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro! Eleições em outubro!

O Orador: ... consagrados no Orçamento do Estado. E isso é um dado e um indicador político de grande relevância, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é para fazer!

O Orador: ... no âmbito da execução de um Orçamento do Estado para 2020, estando nós no mês de julho de 2020.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já lá vai metade!

O Orador: E também é importante dizer, porque ninguém aqui referiu, eu não posso, em nome do Governo dos Açores, deixar de realçar a prontidão, a capacidade de ação e a disponibilidade imediata, desde a primeira hora, do Governo da República de apoiar os Açores...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por amor de Deus!

O Orador: ... em tudo aquilo que for necessário no âmbito dos prejuízos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em quê?

O Orador: ... que ocorreram do furacão “Lorenzo”, na nossa Região, no fim do ano passado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não venha com histórias!

O Orador: Diria mesmo numa postura e numa disponibilidade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quanto dinheiro é que chegou à Região?
Quanto dinheiro é que chegou?

O Orador: ... da qual não há memória. E, portanto, isso parece-nos também muito importante realçar, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Continuidade territorial, foi isso que nos deram!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quanto é que chegou?

O Orador: ... porque na enumeração dos investimentos e dos projetos que o Sr. Deputado António Lima referiu não fez qualquer menção a essa questão. E julgo que esse é também um evento e uma ocorrência que marcou, sem sombra de dúvida, a nossa realidade no final do ano passado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário está como o Ministro, está cegando!

O Orador: E, felizmente, desse ponto de vista, tivemos uma grande solidariedade e disponibilidade imediata por parte do Governo da República para assumir, como sabem, um valor muito considerável, uma responsabilidade financeira muito considerável...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quanto é que foi enviado para a Região?

O Orador: ... naquilo que se refere às responsabilidades de reconstrução na nossa Região, fruto daquilo que aconteceu, infelizmente, através do furacão “Lorenzo”.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lima, relativamente ao Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, eu diria que o Governo fez a sua parte aquando daquilo que foi solicitado pelo Governo da República para a indicação de um terreno para a instalação desse estabelecimento prisional. O Governo referenciou esse terreno, deu todas as

indicações necessárias, disponibilizou os serviços da Região para tratar de tudo aquilo que tinha que ser tratado. E, portanto, ficou referenciado como sendo na Mata das Feiticeiras, sendo que, também, para esse investimento ser executado, ser necessário remover a bagacina daquele terreno, bagacina essa que reverterá para a nossa Região.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): 3 milhões de bagacina?! Sr. Secretário, isso é uma pedreira!

O Orador: E não temos até ao momento qualquer solicitação formal por parte do Governo da República para a indicação de outra localização para esse estabelecimento prisional.

Quanto àquilo que são as obrigações de serviço público, a fixação das obrigações de serviço público para transporte, por via aérea, de carga, são conhecidos, enfim, todos os episódios no âmbito dessa questão, aquilo que foi o serviço prestado por um consórcio e que depois desistiu, também dos concursos lançados que ficaram desertos. E aquilo que posso informar é que o Estado Português, como sabem, informou a ANAC da necessidade de ser feito um trabalho de avaliação sobre a oferta e a procura sobre as necessidades da Região relativamente a essa matéria. Esse memorando, esse documento foi feito pela ANAC. Já foi entregue ao Governo Regional, que está a proceder à sua avaliação, ouvindo também aqueles que são os parceiros interessados relativamente ao transporte de carga e às obrigações de serviço público do transporte de carga na nossa Região, sendo certo, porém, que, Sras. e Srs. Deputados, todos estes dossiers tiveram aqui, eu diria, algum compasso de espera, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Compasso de espera é no mínimo um eufemismo sobre coisas que prometeram e não cumpriram!

O Orador: ... tendo em conta também todas as ocorrências dos últimos 3 meses, que condicionaram, infelizmente, toda a nossa ação e que implicaram

que todos os esforços fossem concentrados na prioridade imediata no âmbito da pandemia que assolou também a nossa Região.

E, portanto, Sra. Presidente, sobre esta matéria, era isto que o Governo gostaria de transmitir para já.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Agradecendo e registando as respostas do Governo às questões que tinha colocado, obviamente dizer que é lamentando que nós vemos que pelos vistos a insistência pela Mata das Feiticeiras é mesmo uma teimosia que vai em diante.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É quase um fetiche!

O Orador: É porque, em primeiro lugar, não é isso que diz o Orçamento do Estado, não foi essa a vontade dos Deputados da Assembleia da República, da maioria que votou aquela alteração. E, julgo eu, até, não diria mais importante, mas tão importante ou mais importante do que isso, julgo eu que qualquer açoriano ou açoriana que conheça o processo mais ou menos percebe que ele é perfeitamente disparatado, insistir naquela solução. E naturalmente que o Bloco de Esquerda fará tudo o que estiver ao seu alcance para que efetivamente seja identificado outro terreno e não aquele. E não se insista no erro, porque o erro trará como consequência, em primeiro lugar, um custo enorme...

Deputado José San-Bento (PS): Qual outro terreno? Nem sabe o que está a dizer!

O Orador: ... e depois outro problema que é um atraso muito significativo no início da construção do estabelecimento prisional, para não falar da própria localização, que é, diria, indigna para se colocar pessoas a viver naquele local, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não viu o projeto inicial?

O Orador: ... a uma altitude e num local ermo do centro da ilha de São Miguel.

Relativamente à questão da carga aérea, eu registei a resposta, não tinha, obviamente, conhecimento de qualquer reavaliação. E a questão que coloco, Sr. Secretário, é: que tipo de reavaliação é essa, em termos de frequências, em termos de capacidade? É porque chegaram a ser lançados, como se sabe, dois concursos em que todos esses pormenores estavam efetivamente definidos. O que me está a dizer é que os pressupostos para aqueles concursos serão alterados num eventual próximo concurso. É essa questão que lhe deixo.

Eventualmente, a última intervenção depois terei a oportunidade de a fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos

Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado António Lima, é precisamente isso, ou seja, foi, a pedido do Estado Português, solicitado à ANAC um trabalho de avaliação tendo em conta o mercado, a procura, as necessidades de transporte de mercadoria, aquela que é a disponibilidade atual relativamente a essa matéria, para ser feito um trabalho de avaliação relativamente aos pressupostos que devem ser tidos em conta. Esse trabalho foi feito e já foi entregue ao Governo Regional, no âmbito da fixação das obrigações de serviço público para esse serviço.

Aquilo que o Governo está a fazer, é: no âmbito daquilo que recebeu da ANAC, está a avaliar aquilo que recebeu da ANAC, esse memorando com aquilo que eu acabei de referir e vai, obviamente, falar com os parceiros envolvidos nessa matéria, com as Câmaras do Comércio, com os intervenientes no setor e dar resposta a esse memorando, de concordância, de discordância, de alterações, enfim, daquilo que entende ser pertinente salvaguardar no âmbito dessas obrigações de serviço público.

Pergunta-me V. Exa. se vai alterar os pressupostos atuais. Neste momento, não lhe consigo dizer e julgo que ninguém consegue dizê-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, também para fazer a minha última intervenção, se não for interpelado por outra bancada e tiver de responder. Mas apenas para dizer que ficamos, obviamente, com algumas informações acrescidas sobre esta matéria.

E julgo que o que me parece ser uma aprovação unânime desta pronúncia é um sinal positivo que a Assembleia dará no sentido de se concretizarem um conjunto de investimentos que são essenciais para os Açores. E porque estamos no final de legislatura, é importante que, de forma unânime, eles sejam sinalizados para a memória futura, porque certamente que teremos oportunidade, espero eu, de os ver concretizados em breve e se não tivermos de os debater novamente no futuro.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 249/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a ler a proposta de deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Uma boa noite a todos e um bom regresso a casa.

Eram 20 horas e 22 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Mário José Diniz **Tomé**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Marta Cristina Moniz do Couto

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Documentos entrados

1 - Projetos de Lei:

Assunto: Programa de Investimento Ferroviário de Longo Curso (PIFeLoC)
- n.º 461/XIV (Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira) - n.º 333/XI-
AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 23

2 – Proposta de Lei

Assunto: Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual - n.º 44/XIV (GOV) - n.º 330/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 08

Assunto: Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131 - n.º 45/XIV (GOV) - n.º 331/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2020 – 07 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 07 – 08

3 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 59/XI

Assunto: [Segunda alteração ao DLR n.º 16/94/A, de 18 de maio, alterado pelo DLR n.º 13/2018/A, de 9 de novembro, que adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-](#)

[Lei n.º 298/93, de 28 de agosto, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 324/94, de 30 de dezembro e 65/95, de 7 de abril e pela Lei n.º 13/2013, de 14 de janeiro](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 03

4 - Projetos de Resolução:

N.º 245/XI

Assunto: [Obrigatoriedade de votar e aprovar, previamente, uma Deliberação, em reunião plenária da ALRAA, para que seja possível acionar os mecanismos regimentais previstos para fixação da ordem do dia nas sessões legislativas da Assembleia da República](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2020 – 09 – 03

N.º 246/XI

Assunto: [Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2020 – 07 – 07

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

N.º 247/XI

Assunto: [Processo de descongelamento da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2020 – 07 – 07

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

N.º 248/XI

Assunto: [Cumprimento das medidas de combate à precariedade criadas no âmbito do Competir+](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

N.º 249/XI

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria pelo cumprimento das medidas previstas para os Açores no Orçamento de Estado para 2020](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão

5 - Requerimentos:

Assunto: [Clube Naval da Madalena \(Rampa de acesso ao mar e acesso às instalações\)](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 951/XI

Assunto: [Eletrificação do Caminho do Bacelo - Criação Velha \(Fornecimento de Energia Elétrica às Explorações Agrícolas\)](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.03.06 – N.º 952/XI

Assunto: [Falta de licenças de pesca para jovens na ilha de São Jorge](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Referência: 54.01.05 – N.º 953/XI

Assunto: [Porto do Comprido continua sem condições adequadas](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 954/XI

Assunto: [O péssimo serviço prestado pelos CTT na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 955/XI

Assunto: [O Governo Regional recua na questão das candidaturas de listas de cidadãos independentes à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 956/XI

Assunto: [Programa da Cidadania e Autonomia](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 957/XI

Assunto: [A irresponsabilidade do Governo Regional no âmbito da distribuição dos dividendos no Grupo EDA](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 958/XI

Assunto: [Para quando a implementação da prometida campanha conjunta de controlo integrado de roedores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 959/XI

Assunto: [Encerramento da Lacticorvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 960/XI

Assunto: [Aquisição de um camião com "ampliroll" para o Centro de Processamento de Resíduos do Corvo, de forma a garantir o transporte de resíduos em contentores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 961/XI

Assunto: [Construção da Aerogare do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 962/XI

Assunto: [Continua o incumprimento da SATA com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários das Velas](#)

Autora: Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.01.05 – N.º 963/XI

Assunto: [O Projeto Corvo Digital deixou de funcionar 2](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 964/XI

Assunto: [Relações contratuais existentes entre o Governo Regional e as empresas do setor público empresarial regional com as empresas de segurança privada](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.00 – N.º 965/XI

Assunto: [Projeto da "Casa dos Pássaros"](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 966/XI

Assunto: [Os matadouros não podem parar porque o Governo não honra a sua palavra](#)

Autores: António Almeida e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2020 – 07 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 967/XI

6 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Apoios às empresas afetadas pelo Furação Lorenzo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 872/XI

Assunto: [Integração de precários na Administração Pública](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 886/XI

Assunto: [Projeto de Estabilização da Arriba Adjacente à Vila do Corvo \(2\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 912/XI

Assunto: [Relatório Único](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 913/XI

Assunto: [Consolidação da arriba do Boqueirão, na ilha do Corvo \(2\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Referência: 54.07.09 – N.º 916/XI

Assunto: [Acompanhamento e tratamentos dos doentes oncológicos na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.01.05 – N.º 868/XI

Assunto: [Distribuição de máscaras comunitárias ou de uso social na RAA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 876/XI

Assunto: [Renúncia da Direção Clínica do Hospital da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 875/XI

Assunto: [Discriminação nas tarifas de residentes dos Açores de Lisboa para as ilhas sem gateway](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 880/XI

Assunto: [Orla costeira Santa Cruz das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Referência: 54.04.08 – N.º 899/XI

7 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 240/XI - Recomenda ao Governo Regional que crie instrumentos de cooperação e/ou apoio financeiro que permitam a urgente contratação de um enfermeiro para prestar serviço, a tempo inteiro, no lar da Santa Casa da misericórdia da ilha do Corvo

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2020 – 07 – 02

Assunto: Ofício sobre prémios de desempenho para os trabalhadores do SNS durante o período em que o país esteve em estado de emergência: questionamento sobre a aplicação aos trabalhadores do SRS de idênticas medidas

Proveniência: Francisco Pimentel, Presidente do SINTAP

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: Ofício a remeter a lista de verificações internas de contas, realizadas pelo Tribunal de Contas em 2020 - 1.º semestre, objeto de homologação simplificada

Proveniência: Fernando Manuel Quental Flor de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Assunto: Ofício a remeter novo parecer - Parecer relativo à proposta de alteração da Lei de Enquadramento Orçamental

Proveniência: Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2020 – 07 – 07

Assunto: Ofício a apresentar a substituição integral do projeto de Resolução n.º 149/XI - Carreira Especial de Polícia Florestal da RAA

Proveniência: Luís Maurício, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2020 – 07 – 07

Assunto: Ofício remetendo a publicação da Casa dos Açores de Lisboa

Proveniência: Gualter Furtado

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 159/XI - Recomenda ao Governo Regional a extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores

Proveniência: Paulo Estêvão, Deputado do PPM

Data de Entrada: 2020 – 07 – 08

Assunto: Ofício no âmbito do Debate sobre "Estudos sobre a População dos Açores"

Proveniência: Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

Data de Entrada: 2020 – 07 – 09

8 - Relatórios:

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 159/XI \(PPM\) - Recomenda ao Governo Regional a extinção do gabinete de apoio à comunicação social do Governo Regional dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XI - Sistema de recolha e gestão de informação cadastral](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Proposta de Resolução n.º 18/XI - 1.º orçamento suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 162/XI \(PSD\) - Requalificação do polo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Relatório, nos termos do artigo 103.º do regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de julho de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2020 – 07 – 07

Assunto: [Relatório, nos termos do artigo 103.º do regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de julho de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XI \(PS\) - Cria o Comité de Bioética da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Relatório, nos termos do artigo 103.º do regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de julho de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XI - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que procede à aprovação do Plano Anual Regional para 2020](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XI - Segunda alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Audição n.º 326/XI-AR - Proposta de Lei 37/XIV \(GOV\) - Altera a Lei de Enquadramento Orçamental](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 03

Assunto: [Relatório, nos termos do artigo 103.º do regimento da ALRAA - Ante Período Legislativo de julho de 2020](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2020 – 07 – 06

9 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia n.ºs 125, 126, 127, 128, 129, 130 e 131.

Os redatores, Renata Costa e André Silva